U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

MESTRADO
CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA

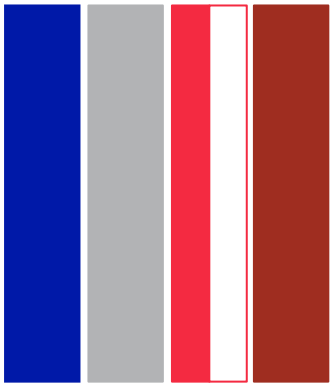
A Comunicação de Donald Trump: Entre o Populismo e o Fascismo

O Caso da Captura de Nicolás Maduro

Francisca Pereira Santiago

M

2026



Francisca Pereira Santiago

A Comunicação de Donald Trump: Entre o Populismo e o Fascismo
O Caso da Captura de Nicolás Maduro

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Ciências da Comunicação, ramo de Comunicação Estratégica, orientada pelo Professor Doutor Vasco Ribeiro.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2026



Este trabalho está licenciado ao abrigo de uma licença CC BY 4.0

Declaração de honra / *Declaration of Honour*

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (textos, trabalhos, ideias) respeitam escrupulosamente as regras de atribuição de autoria e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

I hereby declare that this dissertation is of my authorship and has not been used previously in another course, degree, curricular unit or subject, at this or any other institution. References to other authors (statements, ideas, thoughts) scrupulously respect the rules of attribution and are duly indicated in the text and bibliographical references, in accordance with the rules of referencing. I am aware that the practice of plagiarism and self-plagiarism is an academic offence.

Declaro, ainda, que utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa (chatbots baseados em grandes modelos de linguagem) para realização de parte(s) da presente dissertação, encontrando-se todas as interações (prompts e respostas) transcritas em anexo ao trabalho.

I further declare that I have used generative artificial intelligence tools (chatbots based on large language models) to carry out part(s) of this dissertation, and that all interactions (prompts and responses) have been transcribed in the annex to this work.

Vila Nova de Gaia, 15/09/26

Francisca Pereira Santiago

Agradecimentos

Em primeiro, à minha madrinha, Elisabete.

Mi, se não fosses tu, e a tua chantagem emocional, a menina rebelde que não queria ir para a faculdade nunca teria conseguido alcançar uma licenciatura, muito menos um mestrado. Obrigada por teres sido minha madrinha e minha melhor amiga. Serás, para sempre, o meu exemplo de coragem e vida. Onde quer que estejas, esta vitória é dedicada a ti.

Aos meus pais, Carla & Pedro.

Porque graças a vocês nunca me faltou nada. Obrigada por todo o esforço, acompanhamento, amor, e força. Como disse Newton, com a frase que já sabem que vos dedico, " Se vi mais longe, foi por estar aos ombros de gigantes".

À minha companheira de vida, Eva.

Não existem palavras para descrever o teu apoio, quer no percurso académico, que temos o prazer de partilhar, quer na vida pessoal. Obrigada por estares sempre ao meu lado, em qualquer fase, e, fundamentalmente por teres sido a minha maior motivação para nunca desistir. Sou grata por crescermos juntas.

Resumo

Esta dissertação analisa a comunicação política de Donald Trump nos dias que se seguiram à captura de Nicolás Maduro, em janeiro de 2026, confrontando-a com duas matrizes de comportamento construídas a partir da literatura sobre populismo e fascismo. Não se pretende classificar o trumpismo de forma essencialista, mas identificar padrões discursivos, simbólicos e performativos e compreender em que medida estes mobilizam lógicas populistas, elementos de radicalização autoritária ou uma combinação entre ambos.

No que concerne ao enquadramento teórico este é uma articulação entre os contributos de Finchelstein, Moffitt, Gentile, Paxton, Griffin e Payne. No que diz respeito ao plano empírico, a análise incide sobre o Instagram da Casa Branca, uma publicação no Truth Social e as declarações públicas de Trump entre 3 e 12 de janeiro de 2026, bem como sobre a forma como essas declarações foram posteriormente enquadradas e colocadas em circulação pela CNN e pela Fox News.

Os resultados apontam para uma sequência recorrente, a força e o comando são apresentados em primeiro lugar, enquanto o povo venezuelano e a "democracia" surgem posteriormente, funcionando sobretudo como formas de legitimação da ação. A autoridade aparece fortemente personalizada, o adversário é criminalizado e a operação militar é apresentada através de uma narrativa de tutela. Assim, o caso aproxima-se da matriz populista na convocação do povo, na construção da crise e na promessa de redenção, mas revela também elementos que ultrapassam essa lógica, sobretudo quando a força e a capacidade do líder para definir o curso da sucessão passam a ocupar um lugar central no discurso.

***Palavras-chave**:* comunicação política; populismo; fascismo; Donald Trump; enquadramento mediático

Abstract

This dissertation examines Donald Trump's political communication in the days following the capture of Nicolás Maduro in January 2026, comparing it with two behavioural frameworks developed from the literature on populism and fascism. Rather than seeking to classify Trumpism in essentialist terms, it aims to identify discursive, symbolic and performative patterns and to understand the extent to which these mobilise populist logics, elements of authoritarian radicalisation, or a combination of both.

The theoretical framework draws on the contributions of Finchelstein, Moffitt, Gentile, Paxton, Griffin and Payne. The empirical analysis focuses on the White House's Instagram account, a post on Truth Social and Trump's public statements between 3 and 12 January 2026, as well as on how these statements were subsequently framed and circulated by CNN and Fox News.

The findings point to a recurring sequence in which force and command are presented first, while the Venezuelan people and "democracy" emerge later, functioning primarily as means of legitimising the action. Authority is strongly personalised, the adversary is criminalised, and the military operation is presented through a narrative of tutelage. The case therefore aligns with the populist framework in its appeal to the people, construction of crisis and promise of redemption, but also reveals elements that go beyond this logic, particularly when force and the leader's ability to determine the course of the succession come to occupy a central place in the discourse.

Key-words: political communication; populism; fascism; Donald Trump; media framing

Sumário

1. O Populismo **11**
1.1. Delimitação conceptual 11
1.2. O debate histórico do populismo 12
1.3. O populismo nos Estados Unidos 18
1.4. Matriz de comportamento populista 19
2. O Fascismo **22**
2.1. Delimitação conceptual 22
2.2. Enquadramento histórico 24
2.3. O fascismo de Mussolini 26
2.3.1. A crise do liberalismo italiano e a construção do movimento 26
2.3.2. Mussolini e a transformação da política em espetáculo 27
2.3.3. Violência, esquadristas e a conquista do poder 29
2.3.4. O mito do líder e a construção do Estado fascista 31
2.4. O fascismo nazi 32
2.4.1. A crise de Weimar e a construção do movimento 33
2.4.2. Raça, espetáculo e redefinição do demos 34
2.4.3. Violência e conquista do poder 35
2.4.4. O mito do Führer e o Estado racial 35
2.5. Fascismos pelo mundo 37
2.6. Matriz do comportamento fascista 39
3. O comportamento político-comunicacional de Donald Trump **41**
3.1. A construção da figura e a ascensão do trumpismo 41
3.1.1. Contexto económico e contradições do neoliberalismo 44
3.1.2. Empreendedorismo étnico 46
3.1.3. Fragmentação mediática, câmaras de eco e liderança carismática 49
3.1.4. Comícios e identificação grupal 52
4. Objetivos **54**
4.1. Objeto e corpus 55
4.1.1. Instagram da Casa Branca e Truth Social 55
4.1.2. Declarações públicas e cobertura mediática 57
4.2. Metodologia 59
4.2.1. Análise de conteúdo do Instagram e Truth Social 60
4.2.2. Análise de conteúdo das declarações e do noticiário 60
4.2.3. Instrumentos, limitações e uso da IA 61
5. Análise e resultados **63**
5.1. Análise do Instagram da Casa Branca 63
5.1.1. Comparação com a matriz populista 74
5.1.2. Comparação com a matriz fascista 78
5.2. Análise das declarações e da cobertura mediática 82
5.2.1. Comparação com a matriz populista 98
5.2.2. Comparação com a matriz fascista 101
6. Considerações Finais **106**

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Matriz do Comportamento Populista 21

Tabela 2 – Matriz do Comportamento Fascista 40

Tabela 3 – Aplicação das Matrizes ao Corpus 110

Índice de Figuras

Figura 1 – Anúncio da large scale strike 126

Figura 2 – Nicolás Maduro a bordo do USS Iwo Jima 126

Figura 3 – Fotograma do reel «If you don't know, now you know» 127

Figura 4 – Stands with the Venezuelan people 127

Figura 5 – Democrats have switched their tune 128

Figura 6 – Acting President of Venezuela 128

Lista de Abreviaturas e Siglas

POTUS	PRESIDENT OF THE UNITED STATES
EUA	ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
DEA	DRUG ENFORCEMENT ADMINISTRATION
CNN	CABLE NEWS NETWORK
FOX	FOX NEWS
MAGA	MAKE AMERICA GREAT AGAIN
GOP	GRAND OLD PARTY
NSDAP	NATIONALSOZIALISTISCHE DEUTSCHE ARBEITERPARTEI
SA	STURMABTEILUNG

Introdução

O debate público entre o populismo e fascismo voltou a ganhar espaço na sociedade contemporânea, no entanto, surge sem o rigor que lhe é necessário. Ambos os conceitos são frequentemente usados como acusações e, não raras vezes, tratados como sinónimos. Esta sobreposição acaba por condicionar inevitavelmente a forma como se lê a própria comunicação política atual.

A presente dissertação não procura determinar se Donald Trump "é" populista ou fascista, o objetivo é perceber de que forma a sua comunicação constrói autoridade, define o *demos* e o inimigo, mobiliza o *pathos*, se posiciona perante as instituições e legitima o recurso à força. Procura-se, a partir daí, perceber em que medida estes padrões aproximam-se das duas gramáticas ou revelam uma zona de sobreposição.

O recorte empírico desta investigação corresponde ao período entre 3 e 12 de janeiro de 2026, imediatamente após a captura de Nicolás Maduro. Trata-se de um intervalo curto, mas particularmente relevante para observar a forma como se constroem a autoridade, a definição do inimigo, a representação da força e, posteriormente, a mobilização de referências ao povo e à democracia. É neste contexto que se coloca a questão que orienta o trabalho: de que forma a comunicação de Trump, neste período, se aproxima da matriz populista, da matriz fascista ou de uma zona de sobreposição entre ambas?

O primeiro capítulo delimita o conceito de populismo e constrói a primeira matriz de análise, o segundo capítulo segue o mesmo procedimento com o fascismo. No terceiro é situada a figura de Trump e a ascensão do trumpismo. Já no quarto capítulo são definidos os objetivos, o *corpus* e a metodologia. De seguida, as duas matrizes são aplicadas ao corpus empírico, constituído por *posts* da Casa Branca no Instagram, a unidade da Truth Social e as declarações presidenciais, considerando também a forma como estes conteúdos foram posteriormente enquadrados e difundidos pela CNN e pela Fox News. Por fim, as considerações finais retomam os principais resultados, relacionando-os com o objetivo da investigação e discutindo os seus limites.

1. O Populismo

1.1. Delimitação conceptual

Ainda que frequentemente descrito como um fenómeno recente ou uma "nova ameaça" às democracias contemporâneas, o populismo está longe de constituir uma novidade histórica. Trata-se, pelo contrário, de uma categoria recorrente, reconfigurada e adaptada em diferentes contextos e conjunturas, ao longo dos anos. A perceção de que se trata de um tema particularmente atual resulta, em grande medida, da intensificação da atenção mediática, académica e política que lhe tem sido dedicada nos últimos anos, fazendo inevitavelmente deste tema uma centralidade na agenda contemporânea. Contudo, a centralidade que este tema tem adquirido não equivale necessariamente a um aumento do fenómeno em si, mas em alternativa pode refletir uma mudança no que concerne ao olhar analítico que sobre ele recai. Assim sendo, é crucial começar desde já por clarificar o que entendemos por populismo, tal exercício exige não apenas a definição do próprio termo, mas também a problematização das múltiplas perspetivas teóricas que o procuram explicar, tendo em conta a diversidade de abordagens e os seus respetivos pressupostos normativos e metodológicos. É apenas a partir desse enquadramento que nos será possível mobilizar o conceito com consistência analítica e coerência argumentativa que lhe é necessária.

O termo populismo é reiteradamente invocado no debate público e mediático com um sentido relativamente acessível. É importante esclarecer que, embora a utilização deste conceito seja frequentemente associado à direita, este fenómeno não lhe é exclusivo. Existem sim populismos de direita, geralmente marcados pelo nacionalismo e narrativa anti-imigração, mas existem também populismos de esquerda, centrados no que é a crítica às elites económicas, a redistribuição e questões socioeconómicas (Mudde & Rovira Kaltwasser, 2017). Distinguir estes conceitos é fundamental para evitar interpretações simplistas e compreender de melhor forma as diferentes facetas deste termo, que se manifesta de formas distintas perante diferentes contextos ideológicos.

Jan-Werner Müller (2016) acrescenta que o populismo não se resume a um apelo ao povo, trata-se da afirmação de que existe uma única forma legítima de o representar. A

esta ideia está inerente uma deslegitimação moral da oposição que é apresentada como estando fora do verdadeiro povo. Já Ruth Wodak (2015), centra-se na dimensão mais discursiva deste fenómeno, realçando a forma como a fronteira em torno do "nós" e "eles" é reforçada através da repetição e da dramatização. Wodak também aborda a ampliação da ameaça e a existência da política do medo, que torna aceitável aquilo que, à partida, nunca o seria. Estes contributos ajudam a sustentar a matriz que analisaremos posteriormente, onde o populismo é entendido como uma forma de organizar e comunicar a realidade política, não sendo apenas uma ideologia.

Segundo leituras académicas mais recentes, o populismo não pode ser analisado sem antes compreendermos a densidade histórica que acarreta, a sua ideologia, a estratégia e a própria dimensão performativa. Como argumenta Federico Finchelstein (2017) o populismo "é uma forma autoritária de democracia que surgiu inicialmente como uma reformulação do fascismo no pós-guerra" no entanto, segundo o autor, sofreu uma enorme transformação após a Segunda Guerra Mundial. É neste sentido que podemos dizer que pertencem à mesma história política moderna, não sendo fenómenos equivalentes, nem opostos, partilhando afinidades significativas mas também diferenças substanciais.

1.2.O debate histórico do populismo

A origem do Populismo permanece em constante debate dentro do mundo académico, assim sendo não podemos dizer que existe um consenso quanto à sua cronologia histórica. Esta falta de consenso explica-se, na sua maioria, pela dificuldade existente em delimitar de forma conceptual o próprio fenómeno. A incerteza sobre traduzir este fenómeno em ideologia, estratégia política ou estilo de liderança conduz a interpretações variadas quanto à sua génese histórica.

Margaret Canovan(1981) e Michael Kazin(1995) defendem que as raízes deste termo se encontram em movimentos políticos presentes no século XIX. Para Canovan (1981) o populismo não está circunscrito a uma cronologia, trata-se de uma configuração política que se molda a diferentes moldes ao longo do tempo, identificando como exemplos os

Narodniki russos, o People's Party norte-americano, e o peronismo argentino. Por outro lado, Kazin(1995) afirma que a consolidação do populismo como linguagem política surge baseada na oposição entre "o povo" e as elites através da People's Party norte-americana, posteriormente apropriada por diversos atores políticos das mais variadas orientações ideológicas.

Todas estas perspetivas são contestadas por Finchelstein (2017), que identifica o populismo como um fenómeno político moderno que surge justamente com o fim da Segunda Guerra Mundial. O historiador argentino encontra em Juan Perón a primeira expressão de populismo consistente na história, identificando-o como primeiro líder a utilizar mecanismos característicos do fascismo europeu dentro do contexto democrático do pós-guerra. Neste sentido, a escolha do peronismo não é algo casual, é escolhido precisamente pelos mecanismos de mobilização herdados do fascismo, tendo como pilares a liderança carismática, a relação direta com o povo e a construção da identidade coletiva. Tradições estas que, no populismo, têm que desenvolver uma relação com a própria democracia.

A presente dissertação adota como principal enquadramento histórico a perspetiva de Federico Finchelstein (2017). O ponto fulcral para esta decisão parte da relevância da proposta do autor para compreender a evolução histórica das relações entre estes dois fenómenos, populismo e fascismo. Ao defender que o populismo moderno emerge como uma reformulação democrática de elementos anteriormente associados ao fascismo, Finchelstein oferece um quadro teórico para analisar de forma comparativa estas duas tradições políticas.

É deste processo de transformação que surge o que Finchelstein identifica como populismo moderno. Este populismo conserva alguns dos elementos presentes na tradição fascista que conhecemos, a figura do líder como peça central, a edificação da relação direta entre um povo e esse mesmo líder, a oposição a uma comunidade e seus respectivos valores, vistos como inimigos, e a implementação da incerteza e desconfiança em instituições representativas. Dadas estas semelhanças, é importante realçar também os traços distintivos que separam estes dois termos. Enquanto o fascismo ansiava uma substituição da democracia liberal, o populismo convive de perto

com a democracia, utilizando-a para reivindicar a representação da “verdadeira” vontade popular. É esta coexistência que delimita o que conhecemos hoje como populismo, uma dicotomia entre elementos democráticos e tendências autoritárias, onde o processo eleitoral não é rejeitado, mas as mais variadas dimensões democráticas são hostilizadas. Neste sentido, podemos afirmar que não se trata de uma rejeição formal à democracia, mas na redefinição do que é a representação política, onde apenas um líder ou um movimento demonstram ter as ferramentas necessárias para representar o “verdadeiro povo” e a sua “verdadeira vontade”. Desta forma compreendemos que o populismo como fenómeno historicamente situado e, em simultâneo, adaptável a diferentes contextos políticos. Esta capacidade de adaptação é o que lhe configura as bases para a permanência enquanto fenómeno político, tornando-se central para compreender a sua expressão e atual relevância nas democracias contemporâneas, em particular, no contexto norte-americano.

1.2.1. O populismo em democracia

Em democracias já consolidadas o populismo manifesta-se de forma diferente. Ao contrário daquela que caracteriza os regimes autoritários, ou os contextos marcados por instituições frágeis, esta tende a desafiar o funcionamento das instituições a partir do interior do próprio sistema democrático. Para tal acontecer, recorre às regras eleitorais e aos mecanismos legítimos de participação e contestação já existentes para colocar em causa a legitimidade das elites políticas e das próprias instituições representativas.

Cas Mudde (2004) desenvolveu o conceito de ideologia fina, thin-centred ideology, sendo uma das principais chaves para compreender o populismo dentro das democracias contemporâneas, este conceito foi posteriormente desenvolvido em conjunto com Cristóbal Rovira Kaltwasser (2017). No caso do populismo esta visão é clara, o seu núcleo ideológico organiza-se em torno de três ideias fundamentais, a oposição entre o "povo puro" e uma elite dita corrupta, a defesa de que a soberania pertence ao povo, e a forte convicção de que a política deve refletir a vontade geral desse mesmo povo. Trata-se de valores fixos, mas que por si só não constituem um

programa político completo. Embora esta questão possa ser vista como uma limitação, é também ela que explica a flexibilidade presente no populismo, espelhando a capacidade que este tem de se adaptar a diferentes contextos ideológicos. O populismo pode associar-se tanto a projetos de direita como de esquerda, mas a sua estrutura mantém-se inalterada. Como salientam Mudde e Rovira Kaltwasser (2017), é a capacidade de se combinar com outras tradições ideológicas que torna o populismo um fenómeno versátil e persistente, demonstrando-se influente nas democracias contemporâneas.

A ambivalência é a característica chave do populismo. Enquanto reivindica a hegemonia popular, continua a constituir o quadro institucional que mantém o pluralismo político e a alternância no poder. É importante compreender que estes movimentos não recusam a lógica democrática, o seu principal alvo serão sempre as instituições intermédias, como partidos políticos, os meios de comunicação social e tribunais, que servem de antagonistas monopolizados pelas elites. Neste sentido os conflitos e tumultos existentes dentro desta ideologia não passam pela democracia em si, mas pela sua dimensão liberal e pluralista. Para Moffitt (2016) este populismo assenta sob a dramatização permanente da crise, a construção de uma relação próxima com o povo, e a promessa de solução redentora como estilo político performativo.

Este populismo democrático assume as mais variadas expressões consoante o contexto político e regional. Atualmente, na Europa, revela-se frequentemente através de partidos de direita radical que têm como bandeira o discurso anti-elitista e posições nativistas, com uma forte oposição à imigração. Podemos tomar como exemplo a Rassemblement National, fundada por Jean-Marie Le Pen em 1972, em França, sob a designação Front National e rebaptizado em 2018, a Freedom Party na Áustria, ou a Lega em Itália, de Matteo Salvini.

No caso português, o surgimento e rápida afirmação do Chega, colocou um fim ao apelidado “excepcionalismo português”. Este conceito surge após Portugal, durante décadas, se demonstrar aparentemente imune ao crescimento do populismo de direita radical (Marchi, 2020; Zúquete & Pimenta, 2025). O grupo liderado por André Ventura tem, ao longo dos anos , adotado um discurso *anti-establishment*, assente na denúncia

da corrupção das elites políticas, na crítica às instituições tradicionais e na defesa de uma identidade nacional apresentada como perto do abismo.

É importante ressaltar que, embora esta dinâmica decorra, em termos formais, dentro do que são as regras democráticas, contribui para a intensificação de tensões em torno da representação política e da deliberação pública. É precisamente este equilíbrio, simultaneamente instável, entre a mobilização emocional dos cidadãos e a manutenção das regras democráticas que caracteriza o populismo nas democracias contemporâneas e o distingue das formas mais radicais de personalismo político analisadas no ponto seguinte.

1.2.2. O populismo em contextos autoritários

Em contextos marcados por baixa qualidade democrática o populismo deixa de atuar como estratégia de mobilização eleitoral e assume-se como ferramenta fundamental na organização do poder. É dentro destas circunstâncias que a relação direta, emocional e personalizada entre líder e o povo assume um papel central na legitimidade política, deixando para trás as instituições representativas. Como defendido por Finchelstein (2017), esta forma de populismo não se traduz numa ditadura clássica, mas sim numa forma autoritária de democracia onde o líder se apresenta como a encarnação da vontade popular.

Esta coexistência entre a manutenção formal de mecanismos democráticos e o esvaziamento progressivo do conteúdo pluralista que Finchelstein (2017) apelida de "forma autoritária de democracia", onde os procedimentos democráticos são colocados ao serviço da legitimação do líder. É dentro desta perspetiva que (Weyland (2001) e Levitsky e Loxton (2013) sustentam que, sobretudo nestes contextos marcados por instituições frágeis, que o cariz personalista do populismo tende a evoluir para formas de *competitive authoritarianism*, onde as eleições continuam a existir, mas o contexto em que decorrem é cada vez mais desigual, favorecendo quem exerce o poder de forma sistemática.

No caso latino-americano do século XX conseguimos observar de forma particularmente clara esta lógica. O peronismo e o varguismo demonstram como esta construção discursiva do "povo" (Laclau, 2005), juntamente com o controlo dos meios de comunicação, e a dramatização da crise, são viscerais para a consolidação de regimes personalistas.

No peronismo a construção da ideia de povo teve por base a integração de setores trabalhadores que se encontravam politicamente marginalizados, ao mesmo tempo, apostava na exclusão sistemática dos opositores e das classes médias e altas, apresentadas como o "anti-povo". Para fortalecer a ligação com as massas, Perón recorreu à rádio, aos seus comícios, e à propaganda estatal, de forma a promover uma identificação emocional que ultrapassava os já conhecidos meios tradicionais de representação política (Finchelstein, 2017). De forma distinta mas semelhante, Getúlio Vargas no Brasil edificou a imagem de "pai dos pobres", enquanto que reforçava o controlo imposto aos meios de comunicação e aos próprios sindicatos. Estes casos ilustram o que Weyland (2001) apelida de populismo estratégico, onde a mobilização popular já não serve apenas para alcançar o poder, mas também para o consolidar e prolongar.

Estes exemplos evidenciam uma dimensão performativa do populismo do ponto de vista da comunicação estratégica. Para o pesquisador Moffitt (2016), o populismo está assente sob a encenação permanente da crise, a proximidade com o cidadão e a promessa de redenção. Em contextos autoritários esta dimensão adquire contornos especialmente evidentes, assumindo um carácter ritualístico. Dentro desta dinâmica, o líder não apenas se limita a representar o povo, mas procura encarná-lo simbolicamente, o que acaba por transformar a política numa espécie de espetáculo contínuo de identificação coletiva. Mesmo pertencendo a um contexto histórico específico, estas experiências fornecem instrumentos analíticos importantes para compreender formas atuais de personalismo político que colocam sob pressão os princípios da representação, do pluralismo e do equilíbrio institucional (Mudde & Rovira Kaltwasser, 2017). Importante realçar que esta lógica performativa também se aplica a

experiências posteriores como o chavismo na Venezuela, e o fujimorismo no Peru, demonstrando a persistência deste padrão.

1.3.O populismo nos Estados Unidos

O populismo norte-americano mostrou-se distinto das experiências europeias e latino-americanas, acarretando uma história própria relativamente contínua, apresentando casos de populismo quer do lado republicano, como do democrata. O seu começo moderno, enquanto linguagem política, remonta para o final do século XIX, com o People's Party, ou Populist Party, fundado em 1892. Este movimento visou a oposição entre um povo trabalhador e as elites, vistas como exploradoras (Hicks, 1931; Kazin, 1995). Um grupo de agricultores endividados provenientes do Sul e Meio-Oeste em confronto declarado com as companhias de caminhos-de-ferro e as elites financeiras do Leste. Como observado por Michael Kazin (1995), esta narrativa acabaria por se transformar num dos elementos mais persistentes da cultura política norte-americana sendo, ao longo do tempo, reinterpretada sucessivamente por diferentes atores e movimentos. Nesta dissertação, tendo em vista a sua periodização, este ciclo é compreendido como um antecendete, antecipando a gramática povos *versus* elite utilizada, mesmo que não corresponda ao populismo moderno descrito por Finchelstein (2017).

Ao longo do século XX , esta metodologia discursiva foi sendo utilizada por protagonistas com as mais variadas orientações ideológicas. Durante a presidência de Franklin D. Roosevelt o discurso centrava-se na defesa do "homem comum" em oposição ao poder dos grandes interesses económicos. Já George Wallace, décadas mais tarde, adaptou esta lógica a um populismo conservador, onde combinou o anti-elitismo com a defesa da segregação racial e os valores do "homem branco trabalhador". Nos anos 1990, Ross Perot demonstrou o seu descontentamento face ao sistema bipartidário e aos efeitos da globalização económica, resultando em cerca de 19% dos votos em 1992. Já o Tea Party (2009-2011) remonta à retórica do antiestatismo, desconfiança em relação a Washington e pela defesa da América "autêntica", em oposição às elites políticas e

culturais (Skocpol & Williamson, 2012). Embora exista uma grande clivagem entre estes movimentos, todos partilham algo em comum, a construção de um antagonismo entre o cidadão comum e o establishment.

Esta continuidade histórica fez aumentar a procura por identificar as características estruturantes da cultura norte-americana. Richard Hofstadter (1965) foi um dos autores interessados por desenvolver este tema, destacando a existência de um "estilo paranoico" na política dos EUA. Ou seja, existe a predominante convicção de que forças ocultas ou elites poderosas conspiram contra o povo, desse estilo nasce a valorização de líderes vistos como outsiders, que procuram restaurar a ordem. Esta perspetiva acabou por ser criticada posteriormente dada a sua atribuição excessiva a fatores psicológicos, no entanto, continua a oferecer um enquadramento útil para compreender o sentimento de desconfiança duradouro presente na comunidade norte-americana quanto a instituições, elites políticas e aos mecanismos de representação tradicionais.

É neste quadro histórico que se insere a emergência do trumpismo. Embora Donald Trump não tenha inaugurado a tradição populista norte-americana, soube reinterpretá-la à luz do ecossistema contemporâneo tornando-a efetiva. O atual presidente dos Estados Unidos da América radicalizou a personalização de liderança, a comunicação direta com o público e a permanente lógica de confrontação com adversários. A análise empírica desenvolvida ao longo desta dissertação permitirá discutir até que ponto o trumpismo é uma continuidade desta tradição populista, ou uma reconfiguração qualitativamente distinta.

1.4. Matriz de comportamento populista

De forma a sintetizar as principais características do populismo que fomos identificando foi desenhada a seguinte matriz de comportamento populista. Para a construção desta tabela foram privilegiadas as dimensões comunicacionais, performativas e relacionais presentes na literatura sobre o fenómeno (Mudde & Rovira Kaltwasser, 2017; Moffitt, 2016; Laclau, 2005; Finchelstein, 2017; Weyland, 2001).

Como ponto de partida queremos ter presente a definição proposta por Mudde e Rovira Kaltwasser(2017), em que o populismo é entendido como uma thin-centred ideology, esta ideia está assente na oposição moral entre o "povo puro" e a "elite corrupta". Esta definição torna-se especialmente útil pelo facto de não associar o populismo a um programa económico, ou cultural, específico. O populismo movimenta-se portanto, tanto à esquerda como à direita, assumindo as mais variadas orientações. Neste sentido, o que permanece é a lógica da divisão de campo político, acompanhada pela reivindicação de representar a vontade popular. Esta perspetiva é ainda aprofundada por Laclau (2005) que encara o populismo como forma de construção do político, nesta lógica, o povo não preexiste como uma entidade homogénea, mas é produzido através do discurso, onde são articuladas demandas coletivas e a nomeação do adversário comum. Partindo destes contributos, a matriz está organizada em cinco dimensões: a liderança, a construção do *demos*, a mobilização do *pathos,* a relação com as instituições e o conflito e força simbólica.

Para a análise do populismo estas dimensões devem ser lidas em conjunto, e não separadamente. O comportamento populista é reconhecível quando a liderança personalista, a divisão moral entre povo e elite, a dramatização da crise, a hostilidade às mediações liberais e a polarização afetiva são identificados, e se articulam numa pretensão de restauro democrático.

A presente matriz não procura afirmar que todos os populismos são iguais, longe disso, afirma que, embora diferentes, partilham uma gramática comum, que se adapta a diferentes conteúdos ideológicos.

Tabela 1 – Matriz do comportamento populista

Dimensão	Características
Liderança	O líder apresenta-se como voz do povo e como *outsider* que fala contra as elites. A autoridade é personalista, enquanto reivindica legitimidade democrática (Weyland, 2001; Moffitt, 2016).
Construção do povo	O povo é uma comunidade moral: o "povo puro" contra a "elite corrupta" (Mudde e Rovira Kaltwasser, 2017). É produzido pelo discurso e não preexiste como corpo orgânico (Laclau, 2005).
Pathos e crise	Dramatização da crise, proximidade com o cidadão e promessa de redenção democrática (Moffitt, 2016).
Relação com as instituições	Convive com a democracia eleitoral, mas hostiliza mediações liberais como partidos, media, tribunais e checks and balances (Mudde e Rovira Kaltwasser, 2017; Finchelstein, 2017).
Conflito e força simbólica	Estigmatiza adversários e polariza o conflito. A força funciona sobretudo como linguagem de confronto e de deslegitimação (Weyland, 2001).

Fonte: Elaboração própria, a partir de Mudde e Rovira Kaltwasser (2017), Moffitt (2016), Laclau (2005), Finchelstein (2017) e Weyland (2001).

2. O Fascismo

2.1. Delimitação conceptual

À semelhança do que acontece com o populismo, o fascismo tornou-se um conceito frequentemente invocado no debate público, no entanto, raramente é utilizado com o rigor analítico que lhe é necessário.

No discurso corrente, vemos a sua utilização reduzida a um insulto político, ou a uma categorização moral, afastando-o do seu conteúdo e significado histórico e conceptual. A utilização indiscriminada do termo reflete-se numa banalização do seu conceito, dificultando a compreensão do fenómeno e tornando as suas afinidades e diferenças, face a outras tradições políticas, obscuras. Esta banalização da palavra não se limita à linguagem mediática. Machado, Ribeiro e Meneses (2022) mostram a forma como a candidatura de André Ventura mobilizou jovens eleitores, sobretudo pela oposição que suscitou dentro do cenário das presidenciais portuguesas de 2021. Nas respostas analisadas esta oposição foi frequentemente expressa através do vocabulário "fascismo". Ora, mesmo o estudo não esclarecendo a distinção conceptual entre populismo e fascismo, permite-nos perceber como é que o termo é utilizado no espaço público, muitas vezes como forma de contestação política, em vez de conceito histórico.

Esta mistura de ideologias é frequentemente verificada entre fascismo e populismo. Como Finchelstein (2017) argumenta, estes partilham uma história comum e temas centrais, como a importância central do líder, a construção do "povo" antagonístico, o anti-liberalismo e a desconfiança em relação às instituições representativas. Contudo, esta proximidade não é sinónimo de fenómenos equivalentes. O fascismo rejeita a democracia enquanto sistema político, instrumentaliza e legitimiza a violência em prol da ação política e procura a construção de um Estado com graus variáveis de totalização. A compreensão desta relação genealógica é parte fundamental para evitar cair no erro de uma narrativa simplista e analisar com maior profundidade as formas contemporâneas de personalismo político.

Quando falamos de fascismo não o devemos entender como um fenómeno estático e restrito a uma única definição, limitá-lo às experiências históricas do início do século XX

torna-se restrito e condicionante. Este fenómeno deve ser encarado como um processo político que, consoante as circunstâncias históricas, emerge, adapta-se e radicaliza-se (Paxton, 2004). Dentro do debate sobre o trumpismo esta distinção mostra-se ainda mais relevante. Dennis Tourish (2024), defende que o ataque ao Capitólio, a 6 de janeiro de 2021, e toda a agenda associada ao segundo mandato, antes deste acontecer, constituem uma transformação dentro do trumpismo. Para Tourish, estes fatores aproximam cada vez mais o trumpismo de uma forma aberta de fascismo tornando legítima a utilização do termo para o descrever. Além disto, o autor afirma que o fascismo e o populismo surgem entrelaçados e, neste sentido, o fascismo surge como um processo em desenvolvimento, não um regime plenamente construído e com uma definição estática. Robert Paxton, que já citamos, e que durante anos se mostrou resistente à aplicação deste rótulo, reviu a sua posição após os acontecimentos de janeiro de 2021. O cientista político e historiador norte-americano vê na invasão um incentivo à violência cívica, com o propósito de reverter uma eleição, um limite, que não poderia ter sido ultrapassado (Paxton, 2021).

Jason Stanley (2018) e Ruth Ben-Ghiat (2020) demonstram uma preocupação semelhante, mesmo que com sinais de alerta diferentes. Para Stanley o fascismo é entendido sobretudo como um repertório discursivo, que é marcado pela oposição entre "nós" e "eles", pela recuperação de um passado mítico, pela valorização da hierarquia e pela utilização da lei como um instrumento contra o adversário, estas questões podem, segundo o autor, circular sem que se reproduzam necessariamente as características dos Estados fascistas. Por sua vez, Ruth Ben-Ghiat, foca-se na figura do *strongman*, onde a personalização do poder, a encenação da virilidade, o recurso á propaganda e o enfraquecimento das instituições a partir do seu interior são destacados.

É, para esta dissertação, fundamental sublinhar que estas contribuições não são tomadas como um veredicto sobre Trump e o trumpismo. Estas servem para que nos possamos situar dentro do debate para enquadrar o problema de investigação da melhor forma possível. É a partir deste enquadramento que o material empírico será analisado, não para determinar se Trump é ou não fascista, mas para compreender,

dentro de um recorte delimitado, quais são os elementos dessa gramática que podem ser identificados dentro da sua comunicação e, consequentemente, quais permanecem ausentes.

2.2. Enquadramento histórico

A ascensão do fascismo está intrinsecamente ligada a crises profundas dentro das democracias liberais europeias. Neste sentido, não o podemos encarar como um resultado espontâneo derivado de uma mentalidade autoritária, mas sim da incapacidade, cada vez mais acentuada, de resposta por parte das instituições representativas em relação às tensões económicas, sociais e políticas no período pós-guerra. Segundo Robert Paxton (2004), é de contextos onde a ordem liberal perde a força que surge o fascismo, os partidos tradicionais deixam de ter capacidade de intervenção e dão lugar a regimes totalitários que prometem ordem e unidade nacional. Mas quais foram as condições históricas que permitiram que esta forma de mobilização política ganhasse tanta força?

É no leito da Primeira Guerra Mundial que surgem as sementes deste regime, que mais tarde constituem o ponto de rutura decisivo. Além de provocar milhões de mortes, a destruição material era massiva e a experiência de uma violência industrializada deixou um profundo sentimento de ressentimento e frustração. É desta incapacidade de garantir ordem, dignidade e reconhecimento que as instituições perdem a credibilidade aos olhos de quem governam. Finchelstein (2017) argumenta que é precisamente nesse intervalo, sinalizado pela fragilidade da democracia liberal, que a política de massa se desenvolve, e o fascismo assume o comando. Esta crise assumiu diferentes moldes em países europeus distintos. Itália, mesmo integrando o bloco dos vencedores, saiu com a perceção de uma "vitória mutilada", *vittoria mutilata*, contribuindo para a ideia generalizada de que o Estado foi incapaz de defender os interesses nacionais. Na Alemanha, a grande derrotada, os efeitos das condições impostas pelo Tratado de Versalhes, a derrota militar e a instabilidade na República de Weimar serviram de

alimento para frustrações e desconfianças face às instituições democráticas. Já na Europa Central e de Leste as consequências originaram do colapso dos grandes impérios e da redefinição de fronteiras, consequentemente, surgiram os conflitos identitários, a instabilidade política e a incerteza sobre o futuro nacional. Embora distintos, todos estes contextos, cooperaram para a implementação de um ambiente de crise, onde movimentos autoritários e nacionalistas beneficiaram do sentimento de insegurança, ressentimento e desejo de regeneração para apresentar alternativas eficazes para restaurar a ordem, a unidade e a grandeza nacional (Paxton, 2004; Payne, 1995).

Perante este cenário, a ideia de falibilidade do sistema liberal levou à sua associação aos interesses das elites em detrimento das classes médias e trabalhadoras. Assim, discursos autoritários encontraram o cenário ideal para crescer, apresentando-se como a alternativa que oferecia a proteção que o povo procurava.

Dentro deste cenário, o nacionalismo assumiu um papel de destaque no que concerne à mobilização política, ao definir quem pertence à comunidade nacional e quem dela deve ser excluído (Griffin, 1991).

A centralidade deste enquadramento recai sobre a forma como o fascismo transformou situações de crise numa oportunidade de mobilização. Assim, a sua existência não pode ser reduzida à existência de uma doutrina, ou a determinadas ideias autoritárias, deve ser contabilizada a fragilidade institucional, a insatisfação, a desordem, e a capacidade de construção de uma narrativa de unidade nacional em torno de um líder e de um projeto. É através desta articulação entre crise, política de massas, construção de comunidade e a exclusão que nos é permitido compreender a ascensão dos movimentos fascistas analisados nos próximos capítulos.

2.3.O fascismo de Mussolini

O fascismo italiano não se resume a uma ideologia previamente definida, nem pode ser reduzido à figura de Benito Mussolini. Trata-se de um processo político, construído progressivamente sobre a crise do liberalismo, onde a violência, a mobilização de massas e a alta exploração de emoções coletivas, resultaram num novo modelo de poder. Para uma análise cuidada do fascismo italiano precisamos de ir além dos acontecimentos históricos, compreendendo a redefinição que este movimento implementou na relação entre líder, povo e emoção, resultando numa fonte de legitimidade política.

2.3.1. A crise do liberalismo italiano e a construção do movimento

Após a Primeira Guerra Mundial o clima de instabilidade recaiu sobre o Estado Liberal, originando uma profunda crise de confiança. A percepção de uma vittoria mutilata aliada à instabilidade económica, ao aumento de conflitos sociais e ao receio da expansão do socialismo refletiram-se num terreno fertil para a radicalização política (Paxton, 2004; Payne, 1995). Itália, apesar de posteriormente aliada da Tríplice Entente, não recebera aquilo que considerava ter-lhes sido prometido, deixando desvanecer o sentimento de país vencedor da guerra. Uma das principais reivindicações italianas referia a Dalmácia, entre outros territórios previstos no Pacto de Londres de 1915, no entanto, as expectativas de Itália saíram frustradas após as negociações de paz. Os sacrifícios feitos durante a guerra não aparentavam ter sido devidamente recompensados, alimentando o sentimento já implementado de desilusão e ressentimento. Este sentimento não só foi dirigido às potências vencedoras, como às próprias elites liberais italianas. A frustração nacional foi aproveitada pelo movimento fascista, que a utilizou como instrumento crucial para a mobilização política e emocional (Scurati, 2018; Gentile, 2004).

É em março de 1919, na Piazza San Sepolcro, em Milão, que Benito Mussolini reúne antigos combatentes, nacionalistas, sindicalistas interventistas e descontentes da pequena burguesia, fundando os Fasci di Combattimento. Segundo Paxton (2004), é

pela incapacidade de resposta por parte da ordem liberal e dos partidos tradicionais em controlar o descontentamento, que o fascismo encontra espaço para expandir.

A emergência do fascismo está também relacionada ao que é designado por Roger Griffin (1991) como *palingenetic myth*. Ou seja, a ideia de que a nação está num estado de decadência tal que apenas uma rutura profunda, numa espécie de morte simbólica da ordem liberal, conseguiria renascê-la. Neste sentido, o fascismo não se resume a uma alternativa política apenas, mas apresenta-se como um projeto de regeneração da comunidade nacional. A recuperação da grandeza outrora perdida, ultrapassando a humilhação associada à "vitória mutilada" e a construção de um "homem novo" eram as promessas que ajudavam à mobilização fascista. Mais do que uma proposta fechada num conjunto de medidas políticas, o fascismo construía a narrativa de crise, renovação e combate, em que a violência era apresentada como meio necessário para a transformação da sociedade.

Como Antonio Scurati (2018) argumenta, o movimento fascista não surgiu de uma doutrina completamente definida e coerente. O líder italiano interpretou e explorou diversos descontentamentos que atravessavam a sociedade italiana, a frustração dos ex-combatentes, o medo perante a instabilidade social, o avanço do socialismo e a desconfiança nas elites liberais. Mussolini soube transformar este conjunto de sentimentos dispersos numa narrativa que apelava à ação, ao nacionalismo, e à identificação de inimigos internos. Esta capacidade de conversão de ressentimentos e emoções coletivas em mobilização política foi crucial para a expansão do fascismo como movimento de massas.

2.3.2. Mussolini e a transformação da política em espetáculo

É dentro deste contexto político que Mussolini constrói a sua figura como líder capaz de interpretar e conduzir os sentimentos coletivos, o verdadeiro *duce del fascism*. Segundo Scurati (2018), Mussolini demonstrava-se como alguém capaz de compreender os estados emocionais da sociedade e convertê-los em energia política, esta visão oferece

uma perspetiva particularmente interessante sobre a forma com que este regime atuava.

Prontamente o fascismo compreende a política como representação e espetáculo, recorrendo a discursos inflamados, gestualidades teatrais, símbolos, rituais públicos e linguagem de exaltação nacional. Mussolini não se limitava a falar, ele performava. Os discursos eram cuidadosamente preparados como verdadeiras encenações, em que o corpo, a voz e a postura assumiram um papel fulcral na persuasão e no controlo das emoções. Este regime desenvolveu uma liturgia política própria, que não se baseava apenas no discurso individual, mas também na construção de um espetáculo coletivo. Emilio Gentile (1996) argumenta que o fascismo recorria frequentemente a símbolos como o *fascio littorio*, a *camicia nera* e a saudação romana, além da utilização de uniformes e rituais públicos. Ao estudar a estética do poder fascista, a socióloga Simonetta Falasca-Zamponi, realça que estes elementos estavam longe de se resumir a simples adornos, eram instrumentos através dos quais o poder se afirmava e era produzido por meio do espetáculo (1997). Era principalmente nas grandes concentrações na Piazza Venezia que o espaço público era convertido em palco político, onde o fascista italiano discursava para a multidão. O povo respondia em coro, fazia a saudação e participava ativa e fisicamente no ritual. Nestes momentos, a plateia deixava de ser uma mera espectadora, entrava em cena e incorporava a própria encenação. Desta forma, todos os locais utilizados transformam-se em espaços de afirmação do poder, onde era criada uma sensação de unidade coletiva.

A conjunção destes elementos torna-se fundamental para estipular uma ligação direta entre o líder e as massas. É dentro deste processo que a nação, o Estado e a figura do líder adquirem uma dimensão quase que religiosa, à qual Emilio Gentile (1996; 2004) apelida de "sacralização política". Aqui, a política deixa de assentar apenas sobre o eixo do debate e da confrontação de interesses, passando a ser vivida como uma experiência coletiva, onde a identificação emocional, o sentimento de pertença e o ritual são pilares fundamentais.

Em simultâneo, esta mobilização do *pathos* é crucial para a transformação do próprio conceito de demos. No lugar da comunidade plural, onde existiam diferentes interesses,

classes e posições políticas, surge a unidade nacional homogénea, organizada e alicerçada na figura do Duce. Como sublinha Gentile (2004), o fascismo procura, através de uma experiência emocional partilhada, produzir uma comunidade nacional única, na qual o indivíduo faz parte de um corpo coletivo. Assim, a construção do *demos* fascista recai sobre o sentimento de pertença, orgulho nacional e ressentimento, que auxiliam a perceção de uma comunidade unida, que partilha a vontade, e consequentemente, a identidade (Griffin, 1991; Gentile, 1996). Embora envolvida na narrativa de bem comum, esta construção é indiscutivelmente exclusivista. Enquanto define quem pertence à comunidade nacional, categoriza e exclui os "anti-nacionais", como socialistas e liberais, que devem ficar de fora dela. A identidade nacional precisa assim de estabelecer uma fronteira clara entre aqueles que são reconhecidos como parte da comunidade, e aqueles que passam a ser vistos como ameaça à unidade.

2.3.3. Violência, esquadristas e a conquista do poder

A violência estava longe de ser um detalhe dentro do regime, a força exercida pelas *squadre d'azione* foi utilizada de forma deliberada e seletiva, acarretando consigo uma forte dimensão comunicacional. Segundo Robert Paxton (2004), o *squadrismo* era utilizado como forma de ocupação do próprio espaço público, órgãos como sindicatos, cooperativas, sedes de partidos socialistas, jornais e opositores políticos eram alvo de intimidação sistemática. Esta violência era direcionada, localizada e teatralizada de forma a enfraquecer os adversários, enquanto que, em simultâneo procurava demonstrar a incapacidade do Estado liberal em garantir a ordem (Millan, 2013; Paxton, 2004).

A violência fascista demonstrava-se estrategicamente eficaz no campo da comunicação política. Segundo Scurati (2018), desde cedo Mussolini percebeu que a desordem podia ser um recurso político, desde que ele próprio conseguisse canalizar e controlar. Esta violência gerava medo e contribui significativamente para a desestabilização social e política, mas era ambivalente, permitia também a Mussolini se apresentar como uma força de rutura, alguém capaz de restabelecer a ordem. Neste sentido, a demonstração

de força funcionava como prova, mostrava quem tinha o controlo sobre as ruas, e quem detinha a capacidade para impor uma nova hierarquia política.

Embora bastante física, a violência fascista funcionava também como forma de espetáculo político. As *squadre* destruíram sedes da oposição e praticavam recorrentes humilhações públicas, como a purga do subversivo, conhecida pela utilização do óleo de rícino, além das demonstrações de força pelas ruas de Itália, estas práticas da milícia fascista tinham uma forte dimensão teatral e comunicativa. Nestes contextos, a violência era seletiva e cuidadosamente encenada, o objetivo era claro, produzir uma demonstração de poder capaz de intimidar opositores e a população em geral (Paxton, 2004). Além da perspetiva de intimidação, a violência funcionava também como ferramenta que reforçava a união entre os apoiantes e transmitia às elites que o fascismo era a única força capaz de controlar o espaço público. Já não se tratava apenas da criação de símbolos ou imagens de poder, mas de produzir publicamente medo, submissão e uma sensação concreta de domínio sobre os corpos e sobre o espaço urbano.

A 28 de outubro de 1922, assinala-se o momento decisivo desta estratégia. Embora frequentemente seja descrita como uma revolução incompleta, ou até mesmo uma espécie de bluff, a Marcha sobre Roma constituiu uma importante demonstração de força. Esta marcha não se pode resumir apenas à tomada de Roma através das forças militares, a sua ação foi política e comunicacional. Milhares de *camicie nere* se mobilizaram ocupando diferentes pontos estratégicos espalhados pelas cidades italianas, a mensagem era clara, era inevitável a chegada de Mussolini ao poder. Como reforça Emilio Gentile, este acontecimento foi uma das chaves principais para a construção de uma estratégia ampla de intimidação e de negociação através duma posição de força. Neste sentido, é importante realçar que a Marcha revelou as fragilidades das instituições liberais, bem como a hesitação da própria monarquia italiana, no entanto, a chegada de Mussolini ao governo resultou também da colaboração e hesitação de setores das elites liberais e conservadoras, que acreditavam ser possível utilizar o movimento fascista em seu próprio benefício (Scurati, 2018; Paxton, 2004), não dependendo apenas da violência dos *squadre italianos.*

2.3.4. O mito do líder e a construção do Estado fascista

Após o assassinato do deputado socialista Giacomo Matteotti e o discurso de Mussolini a 3 de janeiro de 1925 , o fascismo consolida-se e dando início ao regime ditatorial. A censura, a propaganda oficial, a dissolução dos partidos de oposição e a construção do Estado corporativo transformam progressivamente um movimento de massas num sistema político autoritário e centralizado (Gentile, 2004). Mais do que apenas uma transformação institucional, este processo marca o momento em que a lógica performativa e emocional construída nas fases anteriores se cristaliza numa forma estável de poder.

É neste contexto que a figura do Duce ganha uma dimensão que ultrapassa a liderança partidária, Mussolini passa a ser apresentado como a personificação da própria nação. O líder italiano mostra-se capaz de interpretar a vontade coletiva e de representar os interesses superiores do povo italiano, uma figura que, pela sua presença, resolve a crise de representação do liberalismo. Como defendido por Emilio Gentile (1996, 2004), o culto ao Duce insere-se numa dimensão quase religiosa. Assim, a legitimidade política deixa de depender das instituições liberais e é substituída por uma legitimidade baseada na identificação emocional e simbólica com o líder. Dentro destes parâmetros, a política deixa de ser um espaço de debate ou confronto de interesses, passa a ser uma experiência de pertença e de fé na figura do líder.

Hannah Arendt (1951) na sua análise aos regimes totalitários mostra a importância da relação direta entre o líder e as massas na construção do poder político. Embora o fascismo em Itália não tenha atingido o mesmo grau de controlo total sobre a sociedade que o nacional-socialismo alemão, manteve uma relação mais complexa com a monarquia e a própria igreja, a transformação da relação entre liderança e representação é também evidente no contexto italiano. O Duce não se limita a governar em nome do povo, apresenta-se como a expressão viva da sua vontade (Gentile, 2004; Arendt, 1951).

Este mito do líder assume um papel central do ponto de vista da comunicação estratégica. A figura sacralizada de Mussolini, já presente nas fases anteriores de

mobilização, está agora presente de forma prolongada e institucionalizada. O *pathos* coletivo, que alberga o sentimento de orgulho, medo, ressentimento e esperança de regeneração, é canalizado para uma identificação cada vez mais próxima com o Duce, ao mesmo tempo o demos distingue aqueles que pertencem verdadeiramente à comunidade nacional de forma exclusivista, marginalizando os elementos que lhe são externos. Esta estética do poder bem como a propaganda, os rituais de Estado e as concentrações de massas convergem de forma a transformar a liderança carismática numa estrutura permanente de dominação (Falasca-Zamponi, 1997).

A construção do Estado corporativo, onde o fascismo apresentava a sociedade como um corpo unido, reforça esta mesma lógica. A substituição da representação plural por uma organização hierárquica da sociedade, alegadamente orgânica, em que o estado é apresentado como a expressão unificada da nação, procura reduzir o espaço de mediação dos partidos e dos interesses divergentes. Assim, o estado passa a ser apresentado como a verdadeira expressão unificada da nação, sempre sob a direção do líder (Gentile, 2004).

Dentro deste processo, a própria violência sofre uma transformação. Se numa fase anterior era sobretudo exercida pelas *squadre*, neste momento passa a ser integrada e disciplinada pelo aparelho estatal, nomeadamente através da *Milizia*. Já não se trata de uma função apenas de conquista, mas de um mecanismo de manutenção e consolidação do regime (Paxton, 2004; Millan, 2013).

2.4.O fascismo nazi

O nacional-socialismo partilha com o fascismo italiano alguns elementos centrais, como a importância do líder, a mobilização das massas, a construção de um inimigo e a rejeição do liberalismo. No entanto, este fascismo consegue levar essas dimensões ainda mais longe e atribui-lhes um significado específico, se Mussolini procurou construir o *demos* como uma unidade nacional e atribui à política uma dimensão quase sagrada, Hitler redefine o próprio povo a partir de um critério genético e racial. O *pathos* político é intensificado pelo medo, pelo ódio e por uma ideia de regeneração em que a violência deixa de ser apenas um meio de conquista do poder e passa a integrar a própria conceção do que é a ordem política (Paxton, 2004; Griffin, 1991; Gentile, 2004).

2.4.1. A crise de Weimar e a construção do movimento

A República de Weimar, regime político que vigorou na Alemanha entre 1919 e 1933, nasce num contexto marcado pela derrota alemã de 1918, pelo Tratado de Versalhes, pela inflação de 1923, pelo desemprego provocado pela crise de 1929 e pelo receio do avanço do comunismo. Da mesma forma como aconteceu em Itália, o fascismo alemão não surge a partir de uma doutrina completamente definida, foi-se desenvolvendo no contexto de uma crise profunda, em que a ordem liberal se mostrou incapaz de responder às tensões sociais e políticas. É assim que um movimento organizado consegue apresentar-se como alternativa, através da promessa de unidade, desforra e um novo começo (Payne, 1995; Paxton, 2004). Os partidos tradicionais foram, ao longo do tempo, perdendo a capacidade de resposta e, assim, o parlamento passa a ser associado à impotência política e setores das elites conservadoras acreditam que podem utilizar o movimento nacional-socialista em seu próprio benefício.

A principal diferença em relação a Mussolini torna-se evidente na forma como é definida a unidade prometida ao próprio povo. O mito palingenético identificado por Griffin, a ideia de que a nação só pode renascer através da rutura com uma ordem considerada decadente, deixa de ser apenas uma questão de regeneração nacional e passa a assentar numa conceção biológica da comunidade. Aqueles considerados como o "verdadeiro

povo" não são simplesmente aqueles que reconhecem o Führer como seu líder ou que partilham um projeto nacional, neste caso, a construção do "verdadeiro povo" pertence à comunidade racial definida pelo nacional-socialismo. Esta conceção está presente tanto na linguagem do *Volk*, como na mobilização do NSDAP e na construção de um inimigo interno apresentado como responsável pela derrota e pela humilhação da Alemanha, que tem que ser derrotado.

2.4.2. Raça, espetáculo e redefinição do *demos*

A política nazi não se limita à propaganda no sentido convencional. Existe uma dimensão ritual e performativa que transforma a política num espetáculo. Os comícios de Nuremberga, os uniformes, a suástica, os discursos, a música e a organização das massas transformam o espaço público num cenário político, há aqui uma aproximação evidente à teatralização do poder presente no fascismo italiano e, em particular, à utilização da Piazza Venezia, embora no caso alemão a escala e o grau de disciplina sejam completamente diferentes. É a partir de Gentile (1996, 2004), que podemos compreender esta dimensão como uma forma de sacralização da política, na medida em que a nação, o Estado e o líder passam a assumir uma dimensão que ultrapassa a política institucional e se aproxima de uma espécie de religião política.

O *pathos* nacional-socialista constrói-se a partir de vários elementos, a humilhação associada a Versalhes, o ressentimento, o medo do colapso social e político e a promessa de um renascimento nacional. Mas esse renascimento é apresentado como dependente da eliminação daqueles que são identificados como elementos de corrupção do corpo nacional.

É neste ponto que o *demos* se fecha de forma particularmente radical, se no fascismo italiano, a fronteira entre o povo e os seus adversários era sobretudo política e ideológica, no nacional-socialismo, esta fronteira passa a ser definida também pela raça. Judeus, opositores políticos e outros grupos classificados como estranhos ao *Volk* foram colocados fora da comunidade (Griffin, 1991). A pertença deixa, assim, de depender

apenas da adesão ao líder ou ao projeto de regeneração nacional e passa a ser apresentada como uma característica determinada pelo sangue e pela origem.

Esta transformação tem consequências profundas para o significado da exclusão. Já não está em causa apenas afastar ou silenciar um adversário político. Está em causa estabelecer quem pertence à comunidade e, consequentemente, quem pode ser reconhecido como parte dela.

2.4.3. Violência e conquista do poder

As SA, tropas de assalto alemãs, ocupam o espaço público de uma forma comparável às *squadre* italianas. A intimidação de sindicatos, partidos, jornais e opositores, bem como a utilização pública da violência, eram frequentes e contribuíam para criar a perceção de que o Estado liberal perdeu a capacidade de controlar a rua e garantir a ordem (Paxton, 2004). Assim, a violência possui uma dimensão simultaneamente prática e simbólica, ao mesmo tempo que serve para enfraquecer os adversários, serve também para transmitir a ideia de que o movimento nacional-socialista é a única força capaz de restabelecer a ordem.

A diferença torna-se especialmente clara depois da chegada de Hitler ao poder, em 1933. Se, nos meandros italianos, a violência das *squadre* é progressivamente integrada e disciplinada pelo Estado, na Alemanha, pelo contrário, a violência política radicaliza-se e transforma-se num elemento estrutural do próprio regime. O terror passa a ser institucionalizado e utilizado não apenas contra os adversários políticos, mas também para redefinir a composição da comunidade nacional (Paxton, 2004). A força deixa, portanto, de ser apenas um instrumento para conquistar o poder e passa a fazer parte do projeto de transformação da sociedade.

2.4.4. O mito do Führer e o Estado racial

A liderança de Hitler aprofunda a sacralização política identificada por Gentile. O Führer não é apresentado simplesmente como alguém que representa a vontade popular. É

construído como aquele que encarna essa vontade. Arendt (1951) chama a atenção para a relação direta estabelecida entre o líder e as massas como uma característica importante dos totalitarismos de massas. No caso nacional-socialista, esta relação é acompanhada por uma tentativa muito mais profunda de subordinar a sociedade ao projeto político do regime.

A comparação com a Itália também é relevante neste ponto. Embora o fascismo italiano tenha procurado controlar diferentes esferas da vida social, a monarquia e a Igreja continuaram a funcionar como centros institucionais de mediação do poder. Na Alemanha nazi, essas mediações assumem um peso diferente. A legitimidade política desloca-se progressivamente das instituições da República de Weimar para a identificação com Hitler e para a defesa da comunidade racial.

O Estado que resulta deste processo não é apenas um Estado autoritário ou corporativo. É um Estado que transforma a exclusão em política institucional e concentra a autoridade numa figura apresentada como expressão do destino nacional. Propaganda, ritual e terror articulam-se, deste modo, numa estrutura de dominação que procura tornar permanente a liderança carismática e eliminar os limites colocados pelas instituições liberais.

Para esta dissertação, o caso nazi não deve ser utilizado como um inventário do regime nem como uma analogia automática com o presente. O seu interesse está sobretudo na possibilidade de estabelecer um contraste com Mussolini e com o populismo. O nacional-socialismo permite observar até onde pode ser levada a articulação entre líder, povo exclusivo, emoção coletiva e legitimação da violência quando o critério de pertença é definido racialmente e a rutura com o liberalismo deixa de admitir qualquer forma de negociação.

É precisamente por isso que a comparação com Trump exige alguma cautela. Como salienta Finchelstein (2017), vários elementos associados às experiências fascistas foram posteriormente reconfigurados no interior do populismo democrático do pós-guerra. Comparar diretamente Trump com Hitler ignoraria essa diferença histórica e política,

mais útil é observar em que medida, determinadas dimensões da gramática que o nacional-socialismo levou ao extremo, a encarnação do líder, o fechamento do *demos* e a utilização da força como linguagem de ordem, reaparecem, de forma necessariamente distinta, na comunicação política contemporânea.

2.5. Fascismos pelo mundo

Para evitar uma narrativa redutora, é necessário sair do eixo Roma–Berlim, sem, no entanto, transformar todas as ditaduras de direita do século XX em experiências fascistas, após identificá-los, o objetivo deste ponto não é reconstituir cada um desses regimes, mas perceber aquilo que permanece em comum e aquilo que se modifica de um caso para outro.

Stanley Payne (1995) propôs uma distinção particularmente útil entre fascismos "plenários", autoritarismos conservadores e movimentos protofascistas ou parafascistas. Os primeiros aproximam-se de forma mais completa do modelo fascista, combinando partido de massas, liderança carismática, milícias, rejeição do liberalismo e um projeto de regeneração nacional, já os segundos, nos quais se enquadra o franquismo, mantêm uma forte preocupação com a ordem, a Igreja e as elites tradicionais, mas não apresentam o mesmo nível de mobilização palingenética. Já os terceiros podem partilhar determinados elementos da linguagem, da construção do inimigo ou da estética fascista, sem, contudo, chegarem a constituir um Estado fascista em si. Esta distinção permite evitar dois erros irónicamnete opostos considerar fascista qualquer ditadura de direita ou limitar o conceito às experiências de Mussolini e Hitler.

Robert Paxton (2004) reforça esta perspetiva ao entender o fascismo sobretudo como um processo, e não como uma doutrina fechada e imutável. Diferentes movimentos podem partilhar uma determinada gramática política, o líder, um povo apresentado como exclusivo, a ideia de crise e o recurso à força, sem que isso signifique que desenvolvam as mesmas formas de poder. A Guarda de Ferro, na Roménia, radicaliza a dimensão mística e antissemita, a Falange, em Espanha, acaba integrada num

autoritarismo militar e católico que não reproduz o modelo de Estado construído por Mussolini, na Hungria, a Cruz Flechada combina nativismo e violência paramilitar, mas não alcança nem a duração nem a maquinaria política do nacional-socialismo alemão. Mais do que reunir estes casos numa lista simplista, importa perceber precisamente essa variação que existe neles.

No contexto extra-europeu, Finchelstein (2017) chama a atenção para os riscos de transportar diretamente o conceito de fascismo clássico para todas as experiências autoritárias do século XX. Algumas das técnicas políticas circulam entre contextos diferentes, o culto do líder, a propaganda de massas, a construção do inimigo ou o apelo à regeneração nacional, sem que isso implique a reprodução integral do Estado fascista. Em vários contextos extraeuropeus, estes elementos foram reinterpretados e acabaram por contribuir para formas políticas que viriam a alimentar o populismo moderno.

Apesar destas diferenças, é possível identificar um núcleo de elementos recorrentes, desde a centralidade do líder, a construção de um *demos* exclusivo, a mobilização emocional, a rejeição do liberalismo pluralista e a legitimação da força. O que varia é a intensidade com que cada uma destas dimensões se manifesta, o critério utilizado para definir a exclusão, político, religioso, nacional ou racial, e o grau de controlo exercido sobre a sociedade. É a partir desta relação entre um núcleo comum e diferentes formas de concretização que se constrói, no ponto seguinte, uma matriz operacional.

2.6.Matriz do comportamento fascista

Após as análises anteriores, começando com o fascismo italiano, passando pelo nacional-socialismo e as diferentes variações de fascismo existentes no mundo, foi possível identificar algumas características comuns, ainda que assumam formas distintas consoante o contexto em que estão inseridas. Foi a partir destas regularidades que nos foi possível construir uma matriz de comportamento fascista. O objetivo desta não é definir o fascismo a partir de uma essência única, nem tão-pouco estabelecer uma equivalência direta entre os fenómenos contemporâneos e os regimes de Mussolini ou Hitler, o seu propósito é, sobretudo, operacional. Com este instrumento em mãos pretendemos observar e comparar padrões de comunicação política, formas de construção de autoridade e os respetivos modos de relação com o "povo". Neste ponto, é decisiva a distinção em relação à matriz populista. Se por um lado o populismo tende a apresentar-se como reivindicação da "verdadeira" vontade popular dentro da própria linguagem democrática (Mudde & Rovira Kaltwasser, 2017; Finchelstein, 2017), o fascismo, por outro lado, assenta numa ideia mais orgânica de comunidade, numa liderança fortemente sacralizada e num projeto de regeneração nacional, onde a total ruptura com a ordem liberal não é negociável.

É através dos contributos de Griffin (1991), Paxton (2004), Payne (1995), Gentile (1996; 2004) e Finchelstein (2017), que esta matriz se organiza em torno de cinco dimensões principais.Estas dimensões ganham sentido quando analisadas em conjunto, aliás, é sobretudo na forma como se articulam que se torna possível reconhecer um padrão de comportamento fascista. Ao mesmo tempo, a matriz permite-nos ter em conta os diferentes graus de intensidade que encontramos em cada caso. É de salientar que todos os movimentos, ou regimes, combinam e articulam estas dimensões das mais variadas formas, nem todos chegam ao nível de radicalização extrema que acabou por marcar o nacional-socialismo. O interesse da matriz reside precisamente em permitir perceber essas diferenças sem perder de vista os elementos que aproximam os vários casos.

Tabela 2 – Matriz do comportamento fascista

Dimensão	Características
Liderança	O líder é intérprete e encarnação da vontade nacional. A política sacraliza-se e a fé no chefe substitui a mediação partidária (Gentile, 1996, 2004)
Construção do demos	O povo é apresentado como unidade orgânica e homogénea. Quem fica fora é classificado como anti-nacional — opositor, minoritário, estrangeiro ou racializado (Griffin, 1991; Payne, 1995)
Mobilização do pathos	Mobiliza medo, ressentimento, orgulho ferido e o mito palingenético: a regeneração nacional pela destruição da ordem considerada decadente (Griffin, 1991).
Relação com as instituições	Rejeita o liberalismo pluralista. O partido único, o corporativismo ou o Estado total substituem a deliberação (Paxton, 2004; Payne, 1995).
Legitimação da força	A violência, a intimidação e a força estatal são apresentadas como defesa e regeneração da comunidade (Paxton, 2004).

Fonte: Elaboração própria, a partir de Griffin (1991), Paxton (2004), Payne (1995), Gentile (1996, 2004) e Finchelstein (2017).

3. O comportamento político-comunicacional de Donald Trump

3.1. A construção da figura e a ascensão do trumpismo

A figura de Donald J. Trump ilustra a metáfora de Erving Goffman de que a vida social é um palco, com bastidores, representação, fachada e gestão de impressões. Mais do que a representação do "Eu na Vida Quotidiana", a comunicação de Trump assenta sob uma personagem e tudo a seu redor circula em torno da representação, algo performativo.

A primeira questão que nos vem à cabeça passa pela sua ascensão, foi criada e consolidada, erroneamente, a ideia de que o caminho de Trump era um caminho óbvio. Um empresário de renome, levado pelo seu sucesso ao caminho da política. A verdade é que esta construção em volta da personalidade empreendedora de Trump não passa de um mito, ou encenação. Esta encenação do atual presidente dos Estados Unidos da América ganha uma escala nacional a sua jornada no Reality Show "O Aprendiz", onde vários executivos competiam por uma posição numa das grandes empresas de Donald Trump. A questão que se levanta desta premissa passa pelo facto de que o atual presidente dos EUA teve sim empresas, mas não necessariamente de sucesso. À data da primeira exibição do programa, em 2004, o empresário vinha de uma sequência de múltiplos investimentos mal-sucedidos que levaram à queda das suas finanças. Pelo menos 6 pedidos de falência empresarial foram arquivados, sobretudo no sector relacionado a casinos e hotéis (O'Connor, 2016). Nestes processos, todos de Chapter 11, as empresas associadas ao atual presidente norte-americano procuraram reestruturar dívidas e negociar com credores sem liquidação imediata. Embora estas falências sejam juridicamente legais, demonstram um padrão predominante de endividamento e alto risco sustentado por alavancagem financeira que, frequentemente, resultou em perdas efetivas de propriedade e controlo dos ativos por parte dos credores, deixando assim fornecedores e trabalhadores em situação de prejuízo. No decorrer de parte destes negócios, Trump acaba por ver a sua vida económica alavancada pela performance no programa e, ironicamente, acaba por malbaratar em grande parte a sua conquista num conjunto de novos episódios de insolvência e reestruturação financeira.

Paralelamente, investigações jornalísticas, como a reportagem do The New York Times de 2018, detalham que a estrutura financeira de Trump foi mobilizada, no início da sua carreira, por vantagens financeiras herdadas e práticas fiscais algo questionáveis. A reportagem em questão concluiu que Trump recebeu mais de 413 milhões de dólares da fortuna de Fred Trump, seu pai, através de empréstimos, "presentes", e transações com o intuito de reduzir possíveis impostos. Nesta mesma investigação foi demonstrado que, ao longo da década de 1990, a família de Trump terá tirado partido de empresas e estruturas jurídicas para mascarar valores, bem como para reduzir a carga fiscal sob transações e propriedades.

A conjunção destes elementos compõe uma trajetória empresarial complexa e pouco linear, que acaba por contrastar a narrativa pública de sucesso empresarial incontestável e do empresário bem-sucedido, apelidado de *self-made man*, com a história factual sobre a sua trajetória empresarial.

É, no entanto, importante realçar que esta complexidade não diminuiu de nenhuma forma a atenção mediática inerente à figura de Donald Trump, mas possibilita uma leitura mais crítica e contextualizada da forma como a imagem empresarial foi performaticamente construída, comunicada e, em vários cenários politicamente instrumentalizada. A estrutura que se segue tem como base o percurso proposto por Tourish (2024) para explicar a ascensão de Trump, esta organização é um ponto de partida, mas não adota a conclusão do autor que identifica o trumpismo com o fascismo. Relativamente à ascensão, o autor identifica fatores como a criação da celebridade mediática, as contradições do neoliberalismo, o empreendedorismo étnico, a fragmentação mediática e identificação grupal.

Celebridade mediática e o mito do empresário de sucesso

Como analisado anteriormente, existe uma dissonância evidente entre o que é a sua performance mediática enquanto empresário genial, e a realidade empírica do seu percurso financeiro de Donald Trump. No entanto, mais do que uma mera contradição, esta dissociação é elemento central para a eficácia do que foi a sua ascensão na política.

Neste contexto, a capacidade de produzir reconhecimento, identificação e autoridade no espaço mediático assume-se primária, ultrapassando a veracidade da narrativa. Seria, contudo, reducionista da nossa parte olharmos apenas para a sua passagem em The Apprentice e atribuímos-lhe o título de típico *celebrety politician*. John Street (2019), distingue diferentes tipos de *celebrity politicians* e sustenta que Trump representa um caso avançado de superstar *celebrity politician*. Ou seja, alguém que não só transporta a fama pré-existente, como também funde de forma indissociável o conceito de entretenimento e de política. Assim, estes políticos são favorecidos pela relação prévia que estabelecem com o público fora do contexto político tradicional, desta forma conseguem mobilizar reconhecimento e confiança, sem dependência dos mecanismos clássicos de legitimação institucional.

A narrativa do homem que construiu tudo a partir de um pequeno empréstimo do pai funcionou como mito fundador que, especialmente no contexto americano, alavancado pelo *american dream*, revelou-se particularmente poderoso. Evidências robustas de transferência de riqueza familiar, somando mais de 413 milhões de dólares em valores atuais (Barstow et al., 2018) foram transformadas numa história de resiliência, genialidade e triunfo individual, e assim, a encenação *goffmaniana* de vencedor incansável consolidou-se num símbolo de enorme valor político. Esta construção da celebridade permitiu o posicionamento de Donald J. Trump como um autêntico outsider, que desafia o establishment político de Washington. Assim, a celebridade mediática que desenvolveu, não apenas atuou como veículo para a sua entrada na política, como criou o próprio fundamento performativo do Trumpismo, que converte fraquezas pessoais e empresariais em fortes narrativas mobilizadoras.

3.1.1. Contexto económico e contradições do neoliberalismo

Dentro do cenário das últimas quatro décadas nos Estados Unidos é, para nós, crucial analisar as contradições estruturais do próprio modelo económico neoliberal. Trata-se de um sistema que é caracterizado pela primazia do acionista, *shareholder primacy*, pela desregulação financeira, precarização laboral, privatizações e redução do papel do

próprio Estado no *welfare*. Como resultado deste modelo, a concentração de riqueza aumentou exponencialmente nas elites enquanto crescia um sentimento alargado de precariedade económica, estagnação salarial e perda do estatuto social na classe trabalhadora e média, atingindo especialmente os antigos centros industriais do *Rust Belt*.

Este período é apelidado por Nancy Fraser (2017, 2019) de *progressive neoliberalism*, onde a articulação de políticas económicas neoliberais e pautas culturais progressistas originou numa formação hegemónica. Dentro das classes profissionais mais cosmopolitas das costas leste e oeste existiam benefícios, enquanto entre a classe trabalhadora branca sem formação universitária o sentimento de abandono era cada vez mais acentuado. Esta dinâmica gerou o que Federico Finchelstein (2017) designou como uma crise de representação democrática, onde as instituições tradicionais aparentam ser incapazes de responder às preocupações quotidianas de grandes setores da população, abrindo espaço para líderes que se apresentam como porta-vozes do "povo", contra o establishment.

Como Dennis Tourish (2024) argumenta, a situação americana está longe de catástrofes do passado, como a hiperinflação alemã de 1923 ou a Grande Depressão de 1929, no entanto, não deixa de ser verdade que "desde 1989, a qualidade de vida da classe trabalhadora branca sem formação universitária vem declinando em praticamente todos os indicadores" (Walter, 2022, p. 149 *apud* Tourish, 2024).

A crise financeira de 2008 constituiu um ponto de viragem na história norte-americana. A perceção de que os bancos foram resgatados através de dinheiro público, enquanto famílias comuns enfrentavam perdas de habitação e emprego, veio reforçar a ideia já existente de um sistema manipulado, "rigged". Auxiliado pela inflação, o poder de compra dos trabalhadores americanos diminuiu significativamente nas últimas três décadas, enquanto a riqueza dos 1% mais ricos crescia de forma estratosférica, reforça Peter Turchin (2023). Por consequência, desenvolveu-se um sentimento de privação relativa (Goethals, 2018), onde os indivíduos não se sentem apenas economicamente desfavorecidos, como também percebem que a distribuição dos recursos e

oportunidades é injusta, atribuindo essa desigualdade ao sistema em que se encontram inseridos.

Diante desta fragilidade, Trump soube explorar o eleitorado estrategicamente ao enquadrar estes problemas estruturais como resultado de uma traição por parte das instituições de Washington, elites corporativas e concorrência externa. A narrativa binária de "nós" *versus* "eles" colocava o povo americano esquecido contra as elites globais, imigrantes e governos anteriores. Os discursos prometiam, de forma calculosa, restaurar a grandeza industrial americana através de uma agenda protecionista e ao abrigo do lema "America First", demonstrando resultados efetivos nos estados industriais decisivos.

Poucos casos ilustram de forma tão clara a lógica neoliberal quanto o da General Electric. Na era de Jack Welch a empresa eliminou centenas de milhares de empregos transferindo-os para o exterior em prol da maximização absoluta do valor para o acionista. Esta reorganização refletiu uma mudança ideológica profunda, os trabalhadores deixaram de ser vistos como parte integrante da empresa para se tornarem variáveis ajustáveis na equação financeira, o retorno financeiro imediato substituiu a responsabilidade social empresarial, redefinindo o capitalismo contemporâneo. O seu sucessor, Jeff Immelt, comentou posteriormente "Não pensamos muito nas consequências" (Immelt, 2021, p. 177). As comunidades afetadas, por outro lado, suportaram as consequências.

Em 2017, no discurso de posse, Trump sintetizou esta narrativa de forma poderosa:

> "For too long, a small group in our nation's Capital has reaped the rewards of government while the people have borne the cost. […] we are transferring power from Washington, D.C. and giving it back to you, the American People. […] The forgotten men and women of our country will be forgotten no longer." (Trump, 2017)

O que era um ressentimento legítimo fruto de um diagnóstico económico real transformou-se numa narrativa emocional de traição, vitimização e redenção. Assim,

converteu a ansiedade económica existente e o sentimento de insegurança num combustível político duradouro.

Ao articular o declínio económico com a narrativa forte de restauração nacional, Trump mobilizou setores da população que se sentiam ameaçados, utilizando o contexto económico neoliberal como o terreno fértil para a sua retórica performativa encontrar uma ressonância massiva.

3.1.2. Empreendedorismo étnico

Trump não operou num vácuo identitário, muito pelo contrário, articulou-se estrategicamente com questões de identidade cultural, racial e nacional. Tourish (2024), recorrendo a Barbara F. Walter (2022), designa este conceito como ethnic entrepreneurship. Este empreendedorismo étnico descreve-nos líderes políticos que identificam, exploram e amplificam as já existentes tensões étnicas, raciais ou culturais para consolidar o seu poder, assim, transformam a ansiedade difusa em lealdade tribal e mobilizam apoiantes.

Após o declínio económico, ligado à desindustrialização, estagnação salarial e perda de status, o atual presidente dos EUA conseguiu, com mestria, relacioná-lo a uma narrativa de ameaça à identidade americana tradicional, frequentemente reconhecida como branca, cristã, e associada à classe trabalhadora industrial. Assim, foi desenvolvido um sentimento de pertença, no qual as perdas materiais para este "povo americano real" foram também transformadas em perdas simbólicas.

Prontamente na sua incursão na política Trump instrumentalizou esta estratégia, um exemplo disso foi a ampla divulgação da Teoria Birther. Nesta campanha não procurou apenas questionar administrativamente o local de nascimento de Barack Obama, mas, principalmente, gerar um sentimento de dúvida sob a legitimidade cultural do anterior presidente dos EUA enquanto representante da identidade americana. Este enquadramento inicial deu azo à normalização das narrativas de exclusão identitária, que a partir daí, foram sistemáticas.

A 16 de junho de 2015, no anúncio oficial da sua candidatura à presidência, Donald J. Trump deu início a um dos principais motes da sua comunicação, onde abertamente declarou que o México enviava para os EUA criminosos e violadores, associando explicitamente a imigração mexicana a criminalidade e violência:

> "When Mexico sends its people, they're not sending their best. They're not sending you. They're not sending you. They're sending people that have lots of problems and they are bringing those problems with us. They're bringing drugs. They're bringing crime. They're rapists. And some, I assume, are good people."

Esta mensagem foi amplamente divulgada durante a sua presidência, a disseminação de slogans como "Build the Wall" e "America First" foi constante, e não demorou muito para a responsabilização da perda de empregos dos trabalhadores americanos e a erosão da cultura nacional ser também atribuída à imigração ilegal. Mais recentemente, a 16 de dezembro de 2023, num comício em Durham, New Hampshire, Trump afirmou que os imigrantes estavam "poisoning the blood of our country", frase com um profundo peso histórico, remontando à pureza racial eugenista utilizada no século XX (Stanley, 2018; Finchelstein, 2017).

O atual presidente utilizou eficazmente o status threat, onde membros de um grupo socialmente dominante têm a sua posição, de alguma forma, colocada em causa por mudanças sociais, e beneficiou ainda da polarização entre *ingroup* e *outgroup*. Os grupos ditos externos, como os imigrantes, elites globais e minorias progressistas, foram demonizados, reforçando o valor moral e o foco do seu eleitorado, ao qual se dirigia como "os esquecidos", "verdadeiros americanos" ou até "os patriotas". Assim, o que outrora era ansiedade difusa, torna-se raiva direcionada, que, numa espécie de sentimento de urgência é sintetizado na ideia de que "estamos a perder o nosso país". Segundo investigações como a Identity Crisis (Sides, Tesler & Vavreck, 2018), uma parte significativa dos eleitores brancos desenvolveu uma consciência identitária defensiva, alavancada pelas mudanças demográficas e a consequente perceção de perda de estatuto. Estas incertezas culturais não foram criadas por Trump, mas foram exploradas e amplificadas de forma consistente e intensa como parte crucial da sua comunicação.

Esta abordagem não constitui uma absoluta novidade na política americana. Um antecedente relevante é *a Southern Strategy*, estratégia adotada pela *Grand Old Party* a partir da segunda metade da década de 1960. Com a aprovação do *Civil Rights Act* (1964) e do Voting Rights Act (1965), os republicanos viram a oportunidade de atrair e converter o eleitorado branco proveniente do Sul, que, tradicionalmente, era democrata. Foi por via de linguagem codificada, *dog whistle*, associadas a Nixon e Reagan, que discursos republicanos camuflavam linguagem abertamente racista e, por via de expressões como "law and order" e "states rights", velavam apelos raciais sem que violasse as novas normas.

De igual relevância para a construção do trumpismo devemos citar as campanhas de Pat Buchanan. Buchanan, conhecido conservador, que proclamou no seu discurso na Convenção Republicana de 1992, que nos Estados Unidos se vivia uma *culture war*. O republicano defendia o nacionalismo económico e opunha-se à imigração, ao multiculturalismo, aos direitos LGBTQ+ e ao feminismo, isto em nome da alma da nação. A retórica que utilizava já visava a combinação entre a ansiedade económica e a defesa identitária de forma explícita.

Embora não se trate de uma abordagem completamente nova, Trump distinguiu-se tornando estes elementos indissociáveis da sua marca pessoal. Enquanto as abordagens anteriores operam sob um registo codificado e limitado a certos círculos eleitorais, Trump deu um toque de século XXI à sua estratégia. Elevou estes elementos e operou com a visceralidade e visibilidade mediática desconhecidas pelo século anterior, beneficiando das novas dinâmicas de fragmentação dos média e das redes sociais.

Foi esta articulação entre uma ameaça étnica e cultural, e o declínio económico que se revelou especialmente potente, combinando necessidades simbólicas de reconhecimento, pretensão e restauração de estatuto com interesses materiais.

3.1.3. Fragmentação mediática, câmaras de eco e liderança carismática

O crescimento das redes sociais, a fragmentação dos media tradicionais e a formação de câmaras de eco ideológicas beneficiaram a escalada do movimento MAGA, criando condições para a consolidação de uma liderança carismática e personalista.

Ao contrário do que pudemos constatar na década anterior, com a hegemonia de cerca de três grandes redes televisivas, e a referência de alguns jornais, hoje verificamos um sistema mediático especialmente fragmentado e polarizado. Embora os media tradicionais tenham apresentado limitações é importante reconhecer que funcionaram de forma relativamente centrada, era partilhado um certo consenso sobre normas, ética e objetividade jornalística. No entanto, esta realidade foi se dissolvendo, e é inevitável referir o surgimento de alguns meios de comunicação tradicionais, acompanhada da revolução digital, como principais catalisadores.

O estudo Political Polarization & Media Habits, realizado pelo centro de pesquisas e think tank Pew Research Center (2014), revelou-se particularmente interessante neste contexto. Este estudo revelou que indivíduos com orientações mais liberais consumiam uma ampla variedade de fontes mediáticas, enquanto os conservadores concentravam o seu consumo num grupo de veículos de índole fortemente ideológica.

A dependência de uma única narrativa foi confirmada quando, dentro deste grupo de conservadores, 47% indicaram a Fox News como a principal fonte de informação política. Este canal de televisão a cabo demonstrou um modelo jornalístico abertamente conservador e opinativo, que funcionou como um poderoso amplificador narrativo do trumpismo. Programas com comentadores como Sean Hannity e Tucker Carlson funcionaram como intensificadores da narrativa contra as elites, a imigração e os media ditos liberais. A instrumentalização da Fox News, em conjunto com outros meios de comunicação, igualmente ideológicos, como Breitbart, The Sean Hannity Show, The Rush Limbaugh Show, Newsmax e One America News Network, entre outros, criaram uma espécie de sinergia de extrema eficácia entre o líder, Trump, e meios de comunicação de massas.

No entanto, o verdadeiro ponto de viragem ocorreu com a ascensão das plataformas digitais. Foi com a utilização intensiva do Twitter, atual X, que Trump demonstrou uma capacidade estratégica particularmente sofisticada. Durante o primeiro mandato presidencial foram emitidas mais de 25 mil publicações nesta rede (The Washington Post, 2026) que permitiram ao atual presidente beneficiar de uma comunicação desintermediada, contornando *gatekeepers* jornalísticos tradicionais e, assim, definir a agenda pública enquanto mantinha uma relação praticamente contínua e afetiva com a sua base (Ott & Dickinson, 2019).

O próprio ecossistema do Twitter favoreceu o crescimento de bolhas algorítmicas e, consequentemente, de câmaras de eco digitais. Segundo Recuero, Soares e Zago (2021):

> "[…]we understand echo chambers as groups that filter the content they share, favoring information that reinforces a specific political narrative [...]. As highlighted above, we know that those users are exposed at some level to antagonistic information, and even criticize them in order to reinforce their views [...]. Still, information shared by users in an echo chamber represents a media diet that is distinct from those that are not part of the group. In this sense, the formation of the echo chamber is problematic because it can create what Benkler et al. (2018) call Propaganda Feedback Loop, that is, an information ecosystem in which a variety of users (including opinion leaders, hyperpartisan media, etc.) seek ways to reinforce a specific narrative, often generating more radicalization of users and increasing the circulation of disinformation."

Assim, nestes ambientes comunicacionais os republicanos foram expostos predominantemente a conteúdos que incentivam as suas crenças. Segundo as autoras, isto não se traduz para um isolamento total. O que acontece nestes casos é que a informação contraditória circula, mas é filtrada e usada como reforço para a narrativa do próprio grupo. Esta tendência foi constantemente reforçada através do recurso à homofilia, ou seja, à tendência para interagir com o semelhante, aos algoritmos de recomendação e às dinâmicas de reforço coletivo presentes na plataforma. Embora as *eco chambers* estejam presentes nos dois lados do espectro político, diversos estudos demonstram que as comunidades pertencentes à direita tendem a estar mais

conectadas internamente, isolando-se do exterior, aumentando o processo de polarização (Cinelli et al., 2021).

Deste modo, o atual presidente dos EUA não só beneficiou, como procurou reforçar esta dinâmica ao criar o seu próprio ecossistema. Em outubro de 2021, após ser banido do Twitter no início desse ano, Trump anunciou a Truth Social, lançada posteriormente em fevereiro de 2022, anunciada e divulgada como uma alternativa às redes sociais que visava promover um espaço sem censura e aberto à liberdade de expressão. A verdade é que, mais que uma aplicação, esta nova rede representou a institucionalização de uma ainda mais cristalina câmara de eco, um espaço ideologicamente homogéneo, sem exposição a outras narrativas e com grande sentido de reforço mútuo entre utilizadores, amplificando as teorias conspiratórias e a vitimização.

Através de uma comunicação mais visual e performativa o Instagram assumiu um papel complementar, mas de igual importância neste enredo. A plataforma, ao permitir uma maior diversidade visual, foi utilizada para construir uma estética apelativa de força, sucesso e proximidade carismática, no entanto, nunca deixou de lado o conteúdo trumpista, de carácter igualmente ideológico. A polarização, a construção de uma identidade coletiva e a projeção da narrativa de restauração nacional continuam como os pilares da comunicação de Trump.

A mistura de todos estes ingredientes referidos anteriormente resulta na base perfeita para uma identificação política assente sob a emoção e a pretensa. Com um nível de envolvimento elevado vêm também as reações intensas e o reforço da polarização afetiva. Neste contexto, a lealdade emocional ao líder prevalece e Trump é projetado como o líder autêntico encaixando no conceito de liderança carismática de Max Weber. Este tipo de liderança está assente sob a autoridade que é diretamente dependente da contínua validação do público. Os seguidores veem no líder qualidades extraordinárias e, consequentemente, atribuem-lhe o poder para comandar, acreditando que se trata de uma missão excecional que tem que ser cumprida (Light, 2023). O estilo transgressor e hiperbólico de Donald J Trump contrasta com o que conhecemos da racionalidade tradicional das elites e materializa esta liderança.

Como Tourish (2024) argumenta, é esta convergência entre a fragmentação mediática, as câmaras de eco e a liderança carismática que beneficiam o personalismo político, em que a figura de líder sobrepõe-se à ideologia partidária e a qualquer órgão institucional.

3.1.4. Comícios e identificação grupal

Se previamente exploramos a forma como as câmaras de eco e a fragmentação mediática constituíram o ecossistema ideal para o *trumpismo*, não poderíamos deixar de fora desta equação o seu principal palco performativo, os comícios. Estes não se resumem a meros eventos exigidos pela campanha, trata-se de verdadeiros rituais de reforço identitário, que visam consolidar a identificação grupal entre o líder e os respetivos seguidores. A liderança carismática do atual presidente dos EUA é materializada e, de forma visceral, o sentimento coletivo de ressentimento económico e cultural é transformado numa experiência emocional e ritualizada.

Trump transforma cada comício no que é apelidado de efervescência coletiva, segundo Durkheim (1912/2008), este é um conceito que descreve o estado de energia e união vigorosa que predomina quando determinados grupos se reúnem com um propósito comum. É importante termos em consideração que a multidão presente em cada comício não é passiva, é ativa e torna-se inclusive coautora emocional da própria performance num ambiente de excitação e partilha. Este efeito só é efetivamente alcançado com base num estilo de discurso característico de Trump, onde a repetição, a hiperbolização e o apelo à emoção são base inegociáveis. É através destes recursos que é gerado um sentimento de unidade que transcende o individual e reforça de forma poderosa a identificação grupal. Tal como analisado na Teoria da identidade Social (Tajfel & Turner, 1979): "The aim of differentiation is to maintain or achieve superiority over an out-group on some dimensions" este procedimento manifesta-se de forma inteligível nos seus discursos. O *ingroup,* protagonizado pelos "verdadeiros americanos", é sinónimo de prestígio e é quase sacralizado, enquanto o *outgroup*, as elites de Washington, os media responsabilizados pelas "*fake news*", imigrantes, "globalistas" e a comunidade "*woke*", é sistematicamente demonizado e desumanizado.

Facilmente compreendemos um padrão, o líder elabora o diagnóstico de uma crise existencial permanente, e é aí que se posiciona como o único detentor das capacidades que vêm salvar e restaurar a grandeza outrora perdida. A multidão é ativamente convidada a fazer parte desta coreografia retórica, manifestando-se através da repetição de slogans, vaias coletivas aos respetivos inimigos, e aplausos fervorosos a quem ao seu grupo pertence. Esta dinâmica pode ser compreendida, segundo Moffitt (2016), através de uma tríade ***crise + proximidade + redenção***, gerando assim um forte laço afetivo entre o líder e os seus seguidores. Trata-se de uma identificação que ultrapassa a mera ideologia, é profunda, emocional e identitária. Estes apoiantes não se limitam a concordar de longe com estas propostas, sentem que fazem parte de um movimento histórico, de uma comunidade de resistência, que participam vivamente do projeto. Esta dinâmica revela uma lealdade invulgar que prevalece mesmo perante processos judiciais, derrotas eleitorais e até escândalos de grande envergadura.

Estes comícios além de um grande envolvimento pessoal e físico estendem-se também ao virtual. O conteúdo mediático é captado, editado, publicado e amplificado pelas câmaras de eco digitais que enumeramos anteriormente, gerando um grande impacto no mundo digital, e não permitindo que o comício seja uma performance finita, esta transcende o espaço físico e transforma-se num evento mediático permanente. A articulação entre o ecossistema mediático e a performance ritualista presente nos comícios resulta numa fórmula potente que combina os mecanismos clássicos do populismo com elementos da liderança carismática *weberiana*. Resta-nos analisar, teoricamente e empiricamente, em que medida esta mobilização identitária e emocional se aproxima de padrões ditos populistas ou já se incorpora nos traços autoritários de culto à personalidade.

4. Objetivos

Como principal objetivo desta investigação queremos analisar o comportamento político-comunicacional de Donald Trump no período que se seguiu à captura de Nicolás Maduro, em janeiro de 2026. Para que tal seja possível serão mobilizadas e confrontadas as matrizes de comportamento populista e fascista desenvolvidas anteriormente. Não é do nosso interesse classificar o trumpismo de forma essencialista, nem tampouco enquadrá-lo numa categoria fixa e imutável. O objetivo é conseguir identificar os padrões discursivos, simbólicos e performativos presentes na sua comunicação e perceber em que medida estes estão mais próximos de uma lógica populista, de uma lógica fascista ou de uma possível zona de sobreposição entre ambas.

A pertinência deste objetivo prende-se com a necessidade de colocar em diálogo o enquadramento teórico desenvolvido ao longo da investigação com um conjunto de materiais empíricos concretos. Neste confronto, serão particularmente importantes as distinções propostas por Finchelstein entre o fascismo clássico e o populismo moderno, a dimensão performativa trabalhada por Moffitt e a ideia de sacralização da política desenvolvida por Gentile. É neste sentido que o acontecimento escolhido assume particular relevância, apesar de se tratar de um período relativamente curto, concentra diferentes elementos que permitem observar estas dimensões, nomeadamente a construção da autoridade, a definição do inimigo, a dramatização da ação política e a legitimação do recurso à força.

A partir deste objetivo geral, foram definidos quatro objetivos específicos:

- identificar os recursos discursivos através dos quais Trump constrói e projeta a sua imagem de líder.
- analisar a construção do *demos* e do *outgroup*, procurando perceber quem é apresentado como parte do "povo" e quem é colocado na posição de ameaça
- confrontar os padrões identificados com as matrizes populista e fascista
- analisar a dimensão afetiva e ritual presente nesta comunicação.

4.1. Objeto e corpus

O objeto da presente investigação resume-se a analisar o comportamento político e comunicacional de Donald Trump no período delimitado entre 3 e 12 de janeiro de 2026, período esse após a captura de Nicolás Maduro. Assim, pretende-se analisar de que forma Trump constrói a sua identidade política perante o público. Para esse efeito, vão ser considerados diferentes elementos, desde discursivos, simbólicos e performativos. Para um *corpus* de investigação completo este divide-se em dois conjuntos de materiais que se complementam entre si.

4.1.1. Instagram da Casa Branca e Truth Social

O primeiro grupo diz respeito às publicações da conta oficial da Casa Branca no Instagram (@whitehouse) entre 3 e 12 de janeiro de 2026. Esta plataforma foi escolhida dada a importância que a comunicação visual assume atualmente na construção da imagem, especialmente no que diz respeito à imagem presidencial. Assim, o Instagram permite uma análise que ultrapassa o conteúdo textual das publicações, abarcando também uma dimensão visual e estética do que são as formas de encenação da força, da proximidade e da autoridade presidencial. Estes *posts* serão analisados enquanto dispositivos de comunicação estratégica, para tal, será considerando a relação entre imagem e a própria legenda, as possíveis repetições e a forma como todos estes elementos contribuem para a construção de uma narrativa.

A delimitação inicial do corpus recairia apenas sobre o Instagram, no entanto, ao longo da recolha, verificou-se que as publicações que detinham maior densidade simbólica circulavam de forma igual ou idêntica nas restantes redes sociais oficiais, o que tornaria redundante a repetição da sua análise. Por este motivo, optou-se por manter o Instagram como principal corpus visual. Durante esse processo, foi identificada uma publicação de 11 de janeiro no Truth Social (@realDonaldTrump) que não tinha equivalente no Instagram, e que não poderíamos deixar de fora desta equação. Esta publicação assume assim a função de unidade final de fecho do período analisado.

É de salientar que esta seleção não privilegia a totalidade da agenda da conta no período mencionado anteriormente, mas sim conteúdos com densidade simbólica.

Constituem o *corpus* da análise seis unidades, o anúncio da "large scale strike", a fotografia de Maduro a bordo do USS Iwo Jima, o reel "If you don't know, now you know", o post "stands with the Venezuelan people" e o post "Democrats have switched their tune", juntamente com a unidade presente na Truth Social, em que o atual presidente dos EUA surge como "Acting President of Venezuela". De salientar que foram excluídos conteúdos considerados rotineiros, sem qualquer ligação ao acontecimento. Cada unidade compreende imagem, ou vídeo, e a sua respetiva legenda quando esta existe, sendo que a pergunta analítica está assente sob a ideia de líder, de inimigo e de força que as publicações fabricam.

A restrição deste corpus não resulta da escassez de publicações da conta @whitehouse durante o período analisado, no total, durante este período foram publicadas 64 publicações, das quais 19 tem como tema ou mencionam a captura de Maduro. O que acontece nas restantes publicações é a constante repetição de fórmulas já presentes no nosso *corpus,* por estes motivos foi aplicado um critério de saturação. A inclusão de todas as publicações que repetem esta mesma gramática acabaria, por isso, por tornar a análise mais enumerativa do que analítica, sem acrescentar elementos significativamente diferentes às matrizes propostas. Optou-se, assim, por selecionar unidades com diferentes níveis de densidade simbólica e por completar o corpus com a publicação de 11 de janeiro no Truth Social. Esta última introduz um elemento que não surge no Instagram do período com a mesma intensidade: a própria reivindicação do título de "Acting President".

4.1.2. Declarações públicas e cobertura mediática

O segundo grupo trata de reunir entrevistas, declarações e outras intervenções públicas de Donald Trump. Esta análise de conteúdo dos media está compreendida durante o mesmo período, bem como a cobertura da CNN e da Fox News relativa a essas comunicações. A inclusão deste material permite observar não apenas o discurso produzido pelo próprio Trump, mas também a forma como este é apresentado e enquadrado no espaço mediático. Interessa, em particular, perceber quais os elementos da sua comunicação que são destacados pela narrativa jornalística e de que modo esse enquadramento reforça, coloca em tensão ou reformula os traços identificados nas matrizes de comportamento populista e fascista. Nesta fase analisaremos:

A. O documento-âncora para esta fase da investigação é a conferência de imprensa realizada a 3 de janeiro de 2026, em Mar-a-Lago, onde o presidente dos EUA descreve, pelas suas palavras, a operação;
B. Entrevistas e declarações, tanto imediatas, como nos dias seguintes, em canais de grande exposição, em particular à Fox News, dia 3 de janeiro;
C. Declarações públicas de consolidação ao longo do período, em que Trump reforça que os Estados Unidos estão “in charge”
D. Cobertura da CNN e da Fox News relativa a estas comunicações, citando diretamente estas fórmulas

As grandes questões

As perguntas de investigação procuram satisfazer as cinco dimensões das matrizes de análise em elementos que possam ser efetivamente ser observados diretamente no corpus, a partir daqui, colocam-se as seguintes questões:

1. **Que figura de líder é projetada neste período?** Trump apresenta-se como voz do povo, como encarnação da nação, ou articula estas duas dimensões?
2. **Como são construídos o povo e o inimigo?** Maduro é apresentado como uma elite corrupta, um ditador ilegítimo, um "narco-terrorista" ou como uma presença incompatível com a ordem que Trump pretende afirmar?
3. **Qual é o *pathos que* organiza esta narrativa?** A comunicação mobiliza sentimentos de alívio, orgulho, medo, humilhação do adversário ou uma promessa de regeneração? Aproxima-se mais da sequência crise–proximidade–redenção, característica da lógica populista, ou de um mito de rutura e restauro através da força?
4. **Que relação é estabelecida com as instituições e com o direito?** A ação é apresentada como uma operação de *law enforcement* ou como uma decisão que se sobrepõe às formas institucionais?
5. **De que forma é legitimado o recurso à força?** Surge como uma operação pontual de justiça, como um espetáculo de poder ou como um instrumento necessário para gerir e regenerar um país?

Estas questões convergem numa questão central: neste conjunto de publicações, o comportamento comunicacional de Trump aproxima-se mais da gramática populista, da gramática fascista ou de uma zona de sobreposição entre ambas?

4.2. Metodologia

A opção metodológica escolhida para esta dissertação recai sobre a análise de conteúdo na sua vertente qualitativa, este é um procedimento clássico das ciências sociais que visa inferir, de forma sistemática, sentidos a partir de um corpus delimitado (Bardin, 1977/2011; Entman, 1993).

Bardin (2011) descreve esta técnica como um processo organizado em três momentos, que se interligam entre si, a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. É através deste processo que nos é permitido passar da leitura flutuante do *corpus* à construção de categorias e, posteriormente, à interpretação dos dados em si.

A linha de investigação procura cruzar as publicações oficiais com a cobertura jornalística, enquanto identifica traços populistas na comunicação de líderes políticos, como acontece no estudo de Mangerotti, Ribeiro e González-Aldea (2021) sobre os tweets de campanha de Jair Bolsonaro, aplicando uma abordagem semelhante na procura por traços fascistas. Mais do que a quantidade de mensagens publicadas, procurou-se perceber de que forma determinados recursos discursivos se repetem.

O contributo de Robert Entman (1993) sobre o *framing* é, também ele, fundamental para acrescentar à nossa abordagem. Segundo Entman, a seleção e a valorização de determinados aspetos de uma realidade condicionam a forma como esta é apresentada e, por consequência, interpretada. Esta perspetiva revela-se particularmente pertinente para o nosso objeto em análise, dado que o próprio comportamento político-comunicacional de Donald Trump se constrói através da forma como temas, imagens e fórmulas discursivas são selecionados, destacados e reenquadrados nos mais variados espaços mediáticos.

Para esta análise foram consideradas como unidades de análise os posts de Instagram e a publicação do Truth Social, integrando a imagem e/ou vídeo e respetiva legenda, os excertos, declarações e entrevistas, além das suas coberturas pela CNN e Fox News. As categorias utilizadas para análise surgem das matrizes anteriormente apresentadas nos capítulos, sendo elas a matriz do comportamento fascista e a matriz do comportamento

populista. Estas encontram-se organizadas em cinco dimensões principais, começando na liderança, passando para a construção do *demos* e do inimigo, mobilização do *pathos* e narrativa de crise, redenção ou regeneração, relação com as instituições e legitimação da força. Dito isto, é de salientar que uma mesma unidade de análise pode integrar mais do que uma categoria, sempre que apresente diferentes elementos considerados relevantes para a análise.

4.2.1. Análise de conteúdo do Instagram e Truth Social

A análise do Instagram oficial da Casa Branca (@whitehouse) e da unidade de fecho da Truth Social é qualitativa, cada publicação é analisada enquanto dispositivo de encenação política. Assim , vamos procurar perceber quem aparece, quem é colocado numa posição de comando e quem surge numa posição de humilhação, que afetos são mobilizados pelas imagens, como é que a legenda se enquadra e nomeia o acontecimento e, como elementos como a música, o humor ou a montagem contribuem para transformar uma operação político-militar num relato marcado pelo espetáculo.

Neste sentido, as referidas plataformas não são entendidas apenas como um arquivo complementar de comunicação institucional, são antes, um espaço onde a presidência é visualmente construída, através da circulação de imagens, da repetição de símbolos e da condensação de uma determinada narrativa política. É também neste ponto que a grelha das matrizes vai entrar na análise.

4.2.2. Análise de conteúdo das declarações e do noticiário

Esta segunda parte é constituída pelas declarações de Trump e pela cobertura da CNN e da Fox News. Este conteúdo será visto de igual forma a partir da grelha utilizada no primeiro *corpus*, embora com uma função diferente. Nestas declarações presidenciais a análise centra-se no vocabulário que é associado à decisão, à ordem, ao inimigo, ao petróleo e à força, bem como na forma como Trump constrói e desempenha a sua liderança em contexto público. No caso da CNN e da Fox News, o foco desloca-se daquilo que Trump afirma para a forma como as suas declarações são selecionadas, citadas e enquadradas pelo discurso jornalístico.

Dentro do plano qualitativo, procura-se perceber que declarações são destacadas e que lugar ocupam determinados excertos, como é o caso de “we’re going to run the country”, “in charge” ou “boots on the ground”, na construção da narrativa jornalística. Assim é possível perceber se estes fragmentos reforçam, colocam em tensão ou reconfiguram os elementos identificados nas matrizes populista e fascista. É através destes dois canais que é possível observar o mesmo fragmento a ser restituido, desde a restauração, passando pela tutela e pelo problema jurídico.

A comparação entre os dois *corpus* permite, por isso, distinguir entre aquilo que a comunicação oficial procura projetar e aquilo que a mediação jornalística seleciona e devolve ao espaço público. Este confronto entre a voz oficial e a respetiva cobertura jornalística parte da ideia de que, nas redes sociais, a autoridade digital continua sobretudo concentrada nos políticos e nos jornalistas, mais do que nos cidadãos (Casero-Ripollés & Ribeiro, 2023). É, por este mesmo motivo, que o *corpus* centrou-se em torno da conta da Casa Branca e, em simultâneo, em dois canais de grande exposição mediática.

4.2.3. Instrumentos, limitações e uso da IA

Como já foi referenciado a análise parte de uma grelha construída com base nas matrizes de comportamento populista e fascista e aplicada às diferentes unidades do corpus. Este trabalho envolveu a leitura sistemática das publicações da Casa Branca no Instagram, da unidade do Truth Social, das declarações presidenciais e das peças da CNN e da Fox News, tendo em conta dimensões como a liderança, a construção do *demos* e do inimigo, a mobilização do *pathos*, a relação com as instituições e a legitimação da força. A construção das matrizes e o enquadramento teórico do caso tiveram por base obras de referência da literatura especializada, mobilizadas e citadas ao longo dos capítulos anteriores.

O desenho do estudo apresenta, naturalmente, algumas limitações, uma delas sendo o período entre 3 e 12 de janeiro de 2026 que permite observar a forma como se concentra e desenvolve uma narrativa de crise, mas não permite retirar conclusões

sobre o conjunto da comunicação política de Trump. Do mesmo modo, o Instagram da Casa Branca representa apenas uma parte do ecossistema digital da presidência, enquanto a análise da cobertura mediática se centrou em dois canais de grande exposição, selecionados pelo contraste entre os seus enquadramentos, assim sendo, temos que mencionar que a análise procura compreender o sentido estratégico das mensagens e não medir os seus efeitos sobre o público. Estas limitações não anulam os resultados obtidos, mas definem o alcance das conclusões que deles podem ser retiradas. Este recorte focou-se na comunicação oficial e na consequente forma como foi enquadrada pelos meios de comunicação social, deixando de lado a circulação secundária do acontecimento. López-López, Mila Maldonado e Ribeiro (2025) sublinham a forma como, nestas campanhas e ciclos políticos ibero-americanos, a desinformação constrói parte da forma como as mensagens oficiais e as notícias chegam ao público. Neste sentido, a sua exclusão constitui, por isso, uma limitação do estudo, assim, o foco está na comunicação presidencial e na sua cobertura jornalística, não nos rumores e nas narrativas que circulam em torno do acontecimento.

A inteligência artificial foi utilizada como ferramenta auxiliar e pontual, sobretudo na elaboração visual das tabelas que sintetizam as matrizes, Tabela 1, Tabela 2 e Tabela 3, os *prompts* encontram-se no Anexo 1.

5. Análise e resultados

5.1. Análise do Instagram da Casa Branca

Post 1- Anúncio da captura

Data: 3 de janeiro de 2026

Link: https://www.instagram.com/whitehouse/p/DTC5xMrEZap/

Texto da publicação:

"The United States of America has successfully carried out a large scale strike against Venezuela and its leader, President Nicolás Maduro, who has been, along with his wife, captured and flown out of the Country. This operation was done in conjunction with U.S. Law Enforcement. Details to follow. There will be a News Conference today at 11 A.M., at Mar-a-Lago. Thank you for your attention to this matter! President DONALD J. TRUMP"

Este post, publicado no dia da captura de Nicolás Maduro funciona, desde logo, como um ato de nomeação. Longe de relatar o acontecimento de forma neutra, a publicação define aquilo que aconteceu sim, mas também identifica o seu responsável e prepara o público para a encenação que terá lugar logo em seguida.

Um dos primeiros elementos que se destaca é a centralidade da liderança, a mensagem surge assinada pelo "President DONALD J. TRUMP", em maiúsculas, enquanto a Casa Branca assume sobretudo a função de difusor da voz do presidente. A autoridade está fortemente concentrada na figura do líder, mais do que apresentada como resultado de uma decisão institucional compartilhada. É também Trump quem anuncia a conferência de imprensa, marcando a sua realização e finalizando com a expressão "Thank you for your attention to this matter", uma frase que, formulada deste modo, combina autoridade com um tom relativamente próximo e familiar.

A construção muito específica do inimigo é, tambem ela, evidente, Maduro é apresentado apenas como “its leader”, enquanto os Estados Unidos ocupam o lugar principal como sujeito da ação. Foram as forças norte-americanas que o “captured and flown out”. Esta lógica acomapnha igualmente a situação da cônjuge de Maduro, Cilia Flores, também capturada pelas forças estadunidense. O adversário deixa de aparecer como um representante de um Estado soberano e passa a ser apresentado, essencialmente, como alguém que pode, e foi, capturado e deslocado. Em simultâneo, a expressão “in conjunction with U.S. Law Enforcement” reforça a legitimação jurídica da operação, deste modo, a ação, é apresentada não apenas como uma demonstração de força, mas também como uma operação enquadrada nos parâmetros aplicação da lei.

Trump não procura desenvolver uma argumentação, ele comunica o resultado como uma vitória já alcançada, através da expressão “successfully”, e encaminha imediatamente o público para a conferência marcada para as 11h em Mar-a-Lago, que analisaremos posteriormente. Aqui podemos reconhecer a dimensão emocional e performativa presente na publicação, essencial para a construção do *pathos*. O post funciona como uma espécie de antecipação do acontecimento, o Instagram estabelece o enquadramento e apresenta a ação como um facto consumado, a conferência surge depois como o momento de confirmação e amplificação dessa mesma narrativa.

Post 2— Fotografia de Maduro a bordo do USS Iwo Jima

Fonte: Instagram da Casa Branca (@whitehouse)

Data: 3 de janeiro de 2026

Link: https://www.instagram.com/whitehouse/p/DTDig6zj_LW/

Legenda: “Nicolas Maduro on board the USS Iwo Jima.”

Talvez possamos considerar esta como a imagem mais divulgada dentro deste período de análise. Na imagem podemos ver Nicolás Maduro de fato de treino, algemado, vendado, na cabeça tem auscultadores e na mão uma garrafa de água. Embora o fundo não seja tão claro como a figura em primeiro plano, está a bordo de um navio de guerra norte-americano. Ao contrário do post anterior, a Casa Branca não existe uma procura por justificar ou explicar a operação, aqui podemos ver, de forma simples e direta, o resultado da captura.

Se o primeiro post procurava anunciar a vitória, este torna-a visualmente explícita, a comunicação passa do anúncio para a exposição clara do adversário derrotado. É neste sentido, a fotografia assume uma função que vai além do simples registo do acontecimento em si, apresenta a captura como prova da eficácia da ação norte-americana e, simultaneamente, como a representação da própria derrota de Maduro.

No que diz respeito à liderança, Trump não aparece na fotografia, mas a sua presença pode ser lida nas entre linhas através do próprio ato de publicação. A presidência seleciona a imagem e decide como apresentar publicamente o adversário capturado, a exposição do corpo de Maduro, privado dos símbolos associados ao seu cargo, reforça a ideia de autoridade e controlo. Aqui o poder manifesta-se sobretudo através da capacidade de controlar a narrativa e de tornar visível a derrota do adversário.

Neste post Maduro deixa de ser apresentado através da sua condição de presidente da Venezuela e surge, antes, como um indivíduo capturado e submetido à autoridade norte-americana. O próprio cenário contribui para essa representação, e consequentemente para a construção do demos e do inimigo. O USS Iwo Jima, enquanto

navio de guerra dos Estados Unidos, coloca fisicamente o adversário sob o domínio do Estado norte-americano. A oposição entre "nós" e "eles" deixa, assim, de ser construída apenas através da linguagem política e passa também pela representação visual da submissão do inimigo.

No campo do *pathos*, a fotografia produz uma resposta emocional distinta da que seria esperada de uma comunicação baseada na proximidade entre líder e cidadão comum, característica identificada por Moffitt. Neste caso, o efeito parece estar mais associado a um sentimento de satisfação perante a derrota do adversário e à sensação de força e controlo. A própria simplicidade da legenda contribui para esse efeito. Esta limitar-se a identificar Maduro e o local onde se encontra, a Casa Branca não interpreta a imagem, deixa que a própria fotografia produza o impacto.

Na imagem podemos identificar duas dimensões de autoridade. Se, por um lado, o contexto militar, representado pelo USS Iwo Jima, remete para a capacidade de projeção de força dos Estados Unidos, por outro, as algemas e a custódia de Maduro remetem para uma dimensão policial e jurídica da operação. A fotografia combina, assim, a demonstração de poder militar com a representação da aplicação da lei, a força não é apenas referida no discurso, ela torna-se visível através do corpo capturado e do espaço em que este é apresentado.

Post 3 — Reel "If you don't know, now you know"

Data: 3 de janeiro de 2026

Legenda: "If you don't know, now you know 🦅"

Este reel, publicado no mesmo dia da captura de Nicolás Maduro, não procura descrever a operação nem apresentar uma justificação para ela, o que ele faz é transformar o acontecimento numa atitude. Depois do anúncio que apresentou a vitória e da fotografia de Maduro a bordo do USS Iwo Jima, a Casa Branca parece mudar de registo e aposta numa montagem curta, fechada por uma frase retirada da cultura popular e pelo emoji da águia, símbolo patriótico da nação norte-americana. O resultado aproxima-se da lógica controversa de um meme institucional, é breve, facilmente partilhável e pensado para circular.

O primeiro elemento que se destaca é, mais uma vez, a centralidade da liderança, embora aqui ela seja construída de forma diferente da assinatura em maiúsculas presente no primeiro post. A frase "If you don't know, now you know" não procura explicar o que aconteceu na Venezuela. A sua função que esta acarreta é sobretudo a função de reforçar uma determinada imagem de Trump. O presidente surge como a própria prova de que a sua promessa de agir deve ser levada a sério, quem tinha dúvidas sobre a sua disposição para intervir passa agora a ter um acontecimento que a confirma. A águia, colocada no final, reforça esta leitura ao devolver o gesto à simbologia nacional norte-americana, o líder não aparece, portanto, como alguém que devolve o poder ao povo, mas como a personificação de uma presidência que demonstra a sua força através da ação.

A construção do inimigo acontece de forma mais implícita. Maduro quase não precisa de ser nomeado, porque o próprio acontecimento funciona como mensagem. O que lhe aconteceu transforma-se na lição do reel. O adversário deixa de surgir como um interlocutor político e passa a ocupar o lugar de exemplo daquilo que acontece quando

o poder decide agir. A exclusão não é explicada nem argumentada diretamente; é sugerida através da própria imagem e da sequência narrativa. Cabe ao espetador retirar a conclusão sobre o destino reservado a quem se encontra do lado errado dessa relação de forças.

É também na dimensão emocional e performativa que o *reel* se torna particularmente significativo. O afeto dominante não corresponde tanto à tríade de crise, proximidade e redenção democrática identificada por Moffitt, mas a uma lógica de comprovação e triunfo. O público não é interpelado enquanto cidadão a quem se devolve a soberania, mas enquanto espetador a quem é apresentada a moral da história. A frase final funciona quase como uma *punchline*: Ao contrário do que se pode pensar, a informalidade do registo não diminui a força da mensagem, pelo contrário, contribui para a tornar mais eficaz, a força aparece integrada num estilo comunicacional marcado pela virilidade, pela ironia e pela facilidade de reprodução, e não pela explicação de procedimentos jurídicos ou institucionais.

É precisamente por isso que as instituições praticamente desaparecem deste enquadramento. Não há referência ao *law enforcement*, à DEA ou a qualquer instância judicial. O que permanece é o aviso.

Post 4 — "Stands with the Venezuelan people"

5 de janeiro de 2026

Legenda: "For the record, PRESIDENT TRUMP stands with the Venezuelan people and for democracy."

Este post, publicado dois dias depois da captura, é o primeiro do corpus em que o povo venezuelano aparece de forma explícita. Depois do anúncio da operação, da fotografia a bordo do USS Iwo Jima e do *reel* de aviso, a Casa Branca muda, novamente, de registo. A demonstração de força dá lugar a uma linguagem mais centrada no que é a democracia e na ideia de que Trump se posiciona ao lado dos venezuelanos.

A liderança continua a ocupar um lugar central, mas assume agora uma função diferente, "PRESIDENT TRUMP", novamente em maiúsculas, já não surge como o responsável por uma vitória militar, mas como o garante da posição que a publicação procura transmitir. A expressão "stands with" coloca o presidente lado a lado com o povo venezuelano e visa demonstrar o que ele faz em prol da democracia. No entanto, essa relação não é apresentada através de um processo político concreto, como eleições, partidos ou uma transição de poder, nem tampouco através de uma instituição coletiva, é o próprio líder que se coloca ao lado do povo. A legitimidade passa, assim, pela figura presidencial e pela sua capacidade de afirmar que defende os interesses dessa comunidade.

É na construção do *demos* que surge a principal novidade do *post* quando, pela primeira vez, a conta oficial convoca diretamente o "Venezuelan people" enquanto comunidade política. Maduro, por sua vez, desaparece da mensagem, esta sua ausência torna-se relevante quando comparada com as publicações anteriores, o adversário já não precisa de aparecer. A divisão entre "nós" e "eles" deixa, assim, de ser construída sobretudo através das imagens da operação e passa a assumir uma dimensão mais moral e política,

de um lado, Trump, o povo venezuelano e a democracia, do outro, aquele que foi retirado de cena.

Também o tom emocional sofre alterações, a expressão "For the record" não apresenta o mesmo carácter triunfal ou provocatório presente nos conteúdos anteriores, funciona antes como uma forma de fixar uma determinada leitura dos acontecimentos. A Casa Branca quer deixar registado que a operação não deve ser entendida apenas como uma demonstração de força, mas também como uma ação apresentada em defesa do povo venezuelano e da democracia. O *pathos* desloca-se, assim, do espetáculo da punição para a procura de legitimidade.

Ainda assim, "democracy" surge sobretudo como um valor invocado, e não como referência a um processo político concreto, não são apresentados mecanismos eleitorais, atores políticos venezuelanos ou instituições responsáveis por uma eventual transição. O que se estabelece é uma associação direta entre a ação de Trump e uma ideia ampla de democracia e, nesse sentido, a democracia funciona menos como um processo político efetivamente descrito e mais como um enquadramento capaz de conferir legitimidade à intervenção.

Post 5 - “Democrats have switched their tune”

Data: 6 de janeiro de 2026

Legenda: “Democrats have switched their tune on Maduro and Venezuela, while President Trump is the one taking action.”

Um dia depois da sua apresentação como alguém que “stands with the Venezuelan people”, a Casa Branca trata de deslocar o conflito para o interior da política norte-americana. O povo venezuelano e Maduro ainda são parte do tema, no entanto, deixam de estar no centro da mensagem, o foco discursivo está agora assente contra uma elite partidária acusada de inconsistência. Do outro lado, um presidente apresentado como “the one taking action”.

É aqui que a liderança volta a ser personalizada, mas desta vez através de uma técnica de contraste. A narrativa vai além de Trump ser apresentado como quem garante a democracia venezuelana, surgindo como o único agente capaz de agir, enquanto os Democratas são representados como um coletivo que muda de posição. Aqui a legitimidade é construída através da oposição entre quem age e quem apenas fala. Dentro deste *corpus* a gramática povo *versus* elite, discutida por Mudde e Rovira Kaltwasser, torna-se mais evidente, embora com uma particularidade, o “povo” não é explicitamente nomeado, aquilo que é nomeado e criticado é a elite.

O *demos* surge de forma implícita, de um lado está o presidente que age, do outro, os Democratas, apresentados como hipócritas perante a questão de Maduro e da Venezuela. O adversário deixa de ser apenas o ditador capturado e passa também a incluir uma oposição doméstica apresentada como incoerente e deslegitimada. Há, deste modo, dois *outgroups* que se sucedem ao longo do corpus, Maduro e os Democratas. De ressaltar que, em nenhum dos casos a fronteira é construída em termos raciais ou biológicos, trata-se de uma divisão essencialmente moral e política.

O *pathos* dominante é o da denúncia, conseguimos identificar isso através da expressão "switched their tune", onde acusa uma mudança de posição e falta de coerência por parte dos adversários. A crise dramatizada já não é, neste caso, a crise venezuelana, mas a crise de credibilidade da oposição norte-americana. No que diz respeito à tríade crise–proximidade–redenção proposta por Moffitt, a proximidade com o cidadão e a promessa de redenção democrática perdem espaço, o que acaba por ganhar centralidade é o confronto.

Post 6 - Acting President of Venezuela

Data: 11 de janeiro de 2026

Link: https://truthsocial.com/@realDonaldTrump

A publicação consiste numa imagem em tudo semelhante a uma página da Wikipédia que apresenta o retrato de Trump junto designação "Acting President of Venezuela, incumbent January 2026". Para acompanhar a imagem do presidente são feitas referências aos seus mandatos como 45.º e 47.º presidente dos Estados Unidos da América.

Esta publicação surge nove dias depois da captura de Maduro, o *corpus* visual deixa o Instagram da Casa Branca e termina no canal pessoal do próprio presidente. Por isso mesmo a escolha desta publicação não se tratar de algo meramente residual. O que no dia 3 aparecia como anúncio de uma operação e, no dia 5, como uma reivindicação de aproximação "with the Venezuelan people", surge aqui sob a forma de uma reivindicação de cargo. O facto desta publicação surgir sem uma legenda que a acompanhe tem por si só um efeito. Não existe texto que a explique, justifique ou faça um enquadramento da imagem. A montagem é autoexplicativa e suficiente para produzir esse efeito.

É neste momento que a liderança deixa de se apresentar apenas como uma voz que acompanha ou representa um povo, quer estejamos a falar do venezuelano, ou do americano. Trump passa a ocupar, simbolicamente, um lugar institucional dentro do Estado venezuelano. A expressão "Acting President" sugere uma presidência provisória, mas o formato escolhido, numa espécie de ficha enciclopédica, apresenta essa condição como se fosse um facto já consumado. A autoridade não é remetida para uma instituição venezuelana ou para um processo eleitoral, é o próprio líder que a inscreve na sua comunicação, através da atribuição de um título.

O *demos* venezuelano, que tinha sido mobilizado na publicação de 5 de janeiro, volta a desaparecer, já não há referência à democracia ou a qualquer processo de transição. Há, sobretudo, um cargo e um incumbente. Maduro permanece ausente e Delcy Rodríguez, mesmo empossada em Caracas, também não aparece na imagem. A representação da soberania venezuelana fica, assim, associada visualmente à figura de Trump. A oposição entre "nós" e "eles" sofre uma alteração importante, deixa de se organizar apenas em torno do povo e do ditador e passa a colocar em causa quem pode ser apresentado como autoridade legítima sobre o Estado.

O *pathos* produzido pela imagem é marcado por um registo ao qual o presidente norte-americano já nos habituou, a ironia, ao mesmo tempo que resulta num efeito de encerramento. Não existe uma *punchline* verbal declarada, no entanto, a montagem aproxima-se do *reel* de 3 de janeiro na forma como pressupõe um público familiarizado com a narrativa que já tinha vindo a ser construída. A ausência de legenda reforça ainda mais essa sensação de evidência, não é necessário explicar a situação, porque a própria imagem fala por si. Neste sentido, não se trata apenas de dramatizar uma crise para, como em Moffitt, apresentar o líder como alguém capaz que é capaz de devolver o poder ao povo, a publicação sugere antes que o próprio curso da sucessão venezuelana pode ser nomeado e representado pelo líder norte-americano.

As instituições surgem, neste contexto, sobretudo como elementos secundários da representação. A referência à Wikipédia existe através da sua imitação, mas em nenhuma instância constitui uma fonte real de autoridade. O próprio direito internacional, o Congresso ou uma outra autoridade venezuelana reconhecida não aparecem como instâncias capazes de legitimar a afirmação. Depois da força ter sido associada ao navio e ao anúncio da *strike*, ela surge aqui de uma forma diferente, como capacidade de definir, no plano discursivo e simbólico, quem ocupa o lugar do poder.

É dentro deste contexto que período de 3 a 12 de janeiro termina num ponto significativo da narrativa construída, aquilo que inicialmente era apresentado como intenção, "we're going to run" e "in charge", passa a ser representado visualmente e como um título.

5.1.1. Comparação com a matriz populista

A leitura das redes à luz da matriz populista não procura determinar quantos posts podem ser classificados como "populistas". O que interessa é perceber em que dimensões a gramática povo–elite–redenção se manifesta e em que momento do arco comunicacional essas dimensões ganham expressão. O resultado não é uniforme. O *demos* e a referência à democracia surgem mais tarde, enquanto a força, a autoridade e o comando dominam os primeiros dias do corpus.

Liderança

A personalização da comunicação é uma constante e, neste ponto, aproxima-se das leituras de Weyland (2001) e Moffitt (2016): a autoridade é concentrada na figura de Trump e não num sujeito coletivo. No anúncio de 3 de janeiro, a assinatura "President DONALD J. TRUMP" transforma a Casa Branca num veículo direto da voz presidencial. No *reel* "If you don't know, now you know", Trump deixa de ser apenas o autor da mensagem e passa a funcionar como a própria confirmação da ação. Já no post de 5 de janeiro, a afirmação de que "PRESIDENT TRUMP stands with the Venezuelan people" aproxima-se mais claramente da matriz populista, ao apresentar o líder como alguém que está ao lado do povo e fala em seu nome.

Ainda assim, permanece a diferença identificada por Finchelstein (2017). Trump não se limita a dar voz a um eventual ressentimento popular venezuelano. É ele quem, a partir de Washington, define o sentido da operação e antecipa o calendário da transição. Existe, portanto, uma reivindicação de proximidade democrática, mas, ao mesmo tempo, a decisão política permanece fortemente concentrada na figura presidencial. No que diz respeito à rede social Truth, essa proximidade acaba por recuar, retirando Trump do lado do povo, colocando-o como " Acting President of Venezuela".

Construção do povo

É nesta dimensão que o afastamento relativamente à matriz populista se torna mais evidente. Em Mudde e Rovira Kaltwasser (2017) e Laclau (2005), o populismo constrói um povo apresentado como uma comunidade moralmente legítima, em oposição a uma elite que o trai ou impede a realização da sua vontade. Nos três primeiros posts analisados, porém, esse povo praticamente não aparece. O que encontramos são os Estados Unidos enquanto agente da captura, o corpo de Maduro no USS *Iwo Jima* e uma mensagem de advertência. O *demos* venezuelano só é explicitamente nomeado a 5 de janeiro.

Quando surge, aproxima-se da gramática moral do populismo: é apresentado como uma comunidade que deve ser defendida e colocada do lado da democracia, enquanto Maduro é simultaneamente afastado desse espaço. No dia 6, contudo, o eixo do conflito volta a deslocar-se. A afirmação "Democrats have switched their tune" introduz uma oposição dentro do próprio contexto político norte-americano. O adversário deixa então de ser apenas o ditador capturado e passa também a ser uma elite partidária acusada de hipocrisia.

Temos, assim, duas construções do povo a funcionar em paralelo, de um lado o povo venezuelano, apresentado como destinatário da promessa de redenção e, por outro, o "nós" trumpista, construído em oposição aos Democratas. Nenhum destes dois sujeitos é apresentado como uma comunidade orgânica ou biológica.

Pahtos

Dentro deste *corpus* a tríade proposta por Moffitt (2016) surge apenas de forma parcial dado que, nos primeiros três *posts,* não encontramos uma dramatização de crise vivida pelo povo, nem tampouco um apelo à proximidade democrática. Por outro lado, o aspeto que parece predominar é o de comprovação, a operação é apresentada como "successfully" concluída, o corpo de Maduro surge no USS Iwo Jima e a sequência encerra com a expressão "If you don't know, now you know". Desta forma, o público

aperece mais como espectadores perante um resultado que lhes é mostrado, e menos como um conjunto de cidadãos a quem se devolve a soberania.

No dia 5 a mudança de tom é perceptível através da introdução das expressões "For the record" e "stands with the Venezuelan people". A utilização destas formulações aproximam a mensagem de uma linguagem de legitimidade e de defesa, semelhante à lógica de redenção de Moffitt. Contudo, esta redenção surge apenas depois da demonstração de força e não como aquilo que a antecede ou justifica. Já no *post* de dia 6, o *pathos* retorna para o foco no conflito político interno dos EUA com a acusação de hipocrisia dirigida aos Democratas. Por sua vez, a publicação da Truth Social já não remete de nenhuma forma para a dimensão afetiva do povo. Não existe uma crise comum a partilhar, nem uma promessa de redenção, mas sobretudo a afirmação de um título.

Instituições

Neste *corpus* as instituições não apresentam uma presença significativa no que diz respeito ao plano visual. No anúncio de 3 de janeiro é mencionado o "U.S. Law Enforcement", no entanto, esta referência assume apenas o papel de conferir um enquadramento jurídico à ação que, por sua vez, já é apresentada como concluída. Neste sentido, não existem registos referentes ao Congresso, a uma oposição venezuelana institucionalmente reconhecida ou qualquer menção a um calendário eleitoral.

No dia 5, a utilização da palavra "democracy" arca, sobretudo, com o papel de ferramenta de legitimação, não se referindo a um processo democrático em concreto. Por sua vez, no dia 6, a crítica aos opositores Democratas recupera uma dimensão semelhante à do anti-elitismo populista ao apresentar o partido como uma elite hipócrita, sem que esteja em causa o princípio eleitoral em si. Já a publicação Truth Social volta a retirar importância às mediações institucionais através do título de "Acting

President", este é afirmado através da própria montagem, sem que nenhuma instância institucional se apresente responsável por lhe conferir esta posição.

Deste modo, existe uma desvalorização daquilo que são as mediações institucionais ao mesmo tempo que é feito um uso estratégico da linguagem democrática. Estes elementos podem sim ser relacionados com a matriz populista, porém, o corpus não apresenta uma declaração explícita de rutura com o quadro institucional. O que é encontrado, de forma menos presente, é precisamente o sujeito coletivo que, na lógica populista, reivindica as instituições em nome do povo.

Conflito e força simbólica

Para Weyland (2001), a força associada ao populismo assenta sobretudo na componente discursiva, manifestando-se através da estigmatização do adversário, da dramatização do conflito e da sua deslegitimação simbólica. Ora, esta lógica não pressupõe, por si só, a sacralização da violência nem a sua transformação num princípio de organização política. No entanto, é importante realçar que os primeiros *posts* aproximam-se de um ponto que ultrapassa essa dimensão exclusivamente simbólica, sem que isto signifique propriamente a adoção de uma gramática miliciana.

A força é tornada visível através da captura, da utilização das algemas e do próprio *reel* de aviso, tornando o conteúdo altamente partilhável. Desta forma, o inimigo não é apenas denunciado ou deslegitimado através da linguagem, é também colocado diante do olhar do público. É esta passagem da acusação verbal para a exposição do corpo introduz uma diferença importante face a uma forma de populismo limitada à polarização discursiva.

No dia 5, o post procura, novamente, enquadrar essa força numa linguagem de defesa do povo e da própria democracia. No dia seguinte, a comunicação volta a girar em torno do conflito partidário e aproxima-se mais claramente da lógica de denúncia populista. Já o fecho do *corpus*, com o *post* Truth Social, volta novamente a esse sentido, onde a

força já não precisa de ser mostrada, porque a própria ideia de comando é inscrita na imagem através do título.

Assim, seria insuficiente uma leitura exclusivamente populista, a estigmatização do adversário e a polarização estão sim presentes, mas a sequência visual organiza-se, em primeiro lugar, em torno o que é a demonstração de capacidade e, apenas depois, da convocação do povo. A ordem destes elementos, mais do que a agressividade presente no tom, dificulta a redução à tradicional gramática povo–elite–redenção.

5.1.2. Comparação com a matriz fascista

A mesma sequência de posts, lida agora através da matriz fascista, não permite estabelecer uma equivalência direta entre a comunicação de Trump e as experiências fascistas. Mas, permite sim, perguntar em que pontos essa comunicação se aproxima de uma gramática de encarnação do líder, de construção de um *demos* exclusivo, de mobilização de um pathos palingenético, de rejeição do pluralismo e de legitimação da força e, igualmente importante, onde essas aproximações permanecem incompletas.

Liderança

Como visto anteriormente, Gentile (1996, 2004) descreve a sacralização da política como um processo através do qual o chefe deixa de se limitar a representar a comunidade e passa a apresentar-se como a sua própria encarnação. Nas redes analisadas, esta lógica não surge sob a forma de um culto explícito do líder, mas pode ser observada num deslocamento do seu estatuto. No anúncio de 3 de janeiro, Trump surge como a figura que anuncia e, simultaneamente, valida a operação enquanto facto consumado, já no vídeo em formato *reel* “If you don’t know, now you know”, a mensagem não procura traduzir essa vontade de um povo, procura demonstrar a capacidade do próprio líder. Quem duvidava passa a ter diante de si a prova da ação.

A utilização da imagem da águia e, posteriormente, a designação da operação como "Absolute Resolve" reforçam esta associação entre liderança e potência. A força militar funciona como extensão da autoridade presidencial, no entanto, falta uma dimensão essencial à sacralização fascista descrita por Gentile, não encontramos um ritual de fé no chefe, nem a apresentação da nação como um corpo político de natureza quase sagrada. O que existe é uma presidência fortemente personalizada, que procura legitimar-se através da capacidade de agir sem depender de uma mediação visível, assim a personalização é intensa, mas a sacralização permanece apenas parcialmente esboçada. É no remate final, na Truth Social, que o deslocamento vai mais longe, Trump não se limita a validar a operação e inscreve-se como "Acting President of Venezuela".

Construção do *demos*

Griffin (1991) permite pensar o povo fascista a partir de uma fronteira mais restrita, não basta opor o povo a uma elite, é necessário definir quem pertence à comunidade que se pretende regenerar. Nos primeiros *posts*, o *demos* venezuelano praticamente não aparece, o que aparece é sobretudo o inimigo enquanto corpo capturado, Maduro e Cilia Flores deixam de surgir como autoridades políticas e passam a ser apresentados sob a custódia norte-americana. A exclusão assume, neste caso, uma dimensão física antes mesmo de ser explicitamente moral, o navio, a captura e o *reel* transformam o adversário num exemplo de derrota.

A referência ao "Venezuelan people", no dia 5, poderia aproximar o discurso da matriz democrática e afastá-lo da lógica fascista se esse povo fosse apresentado como sujeito da decisão política, mas não é isso que acontece. O povo é apenas convocado para legitimar uma decisão que já foi tomada em Washington e, no dia 6, a fronteira desloca-se novamente para o interior dos Estados Unidos, com os Democratas apresentados como aqueles que "mudaram de discurso". Existe, assim, uma lógica de exclusão, mas o seu fundamento permanece sobretudo político e moral, e não biológico, étnico ou racial. A aproximação à matriz fascista encontra-se mais na transformação do próprio adversário num corpo colocado fora da comunidade legítima do que numa conceção

racializada da nação. A unidade de dia 11 de janeiro confirma a leitura do desaparecimento do povo, sendo que o estado venezuelano tambem é absorvido pelo título atribuído a Trump.

Mobilização do *pathos*

Na formulação de Griffin que temos vindo a seguir, o fascista articula medo, o ressentimento e a expectativa de um renascimento que pressupõe uma rutura com uma ordem entendida como decadente. Nas redes, os afetos mobilizados nos primeiros dias assumem uma configuração diferente, não encontramos propriamente uma comunidade ferida que aguarda uma regeneração, o que predomina é a satisfação perante a comprovação da capacidade de agir e o espetáculo da rendição do adversário.

A fotografia do USS *Iwo Jima* e o *reel* de aviso produzem identificação através da ideia de superioridade e domínio, mais do que através de uma experiência coletiva de humilhação ou perda.

Ainda assim, falta um elemento central do mito palingenético: a ideia de regeneração de uma comunidade através da eliminação de um inimigo apresentado como expressão da decadência dessa própria comunidade. Quando a regeneração aparece no corpus, é sobretudo apresentada através da linguagem da democracia e da defesa do povo venezuelano, e não através da purificação de um corpo nacional. Neste sentido, a aproximação ao *pathos* fascista permanece limitada.

Relação com as instituições

Paxton (2004) e Payne (1995) situam o fascismo numa relação de oposição ao pluralismo liberal enquanto princípio de organização política. O corpus visual não formula explicitamente uma rejeição desse princípio. O que se observa é algo mais específico: a pouca visibilidade das mediações institucionais no momento em que a decisão é apresentada.

Não encontramos referências ao Congresso, a uma oposição venezuelana reconhecida ou a um processo eleitoral através do qual a nova ordem política deveria ser legitimada. A palavra "democracy" surge no dia 5, mas aparece depois de a captura já ter sido apresentada como facto consumado. No dia 6, o ataque aos Democratas recupera uma hostilidade às elites institucionais que se aproxima mais claramente da lógica populista do que de uma rejeição integral do princípio eleitoral.

Neste ponto, a matriz fascista não revela propriamente um projeto de partido único ou uma intenção explícita de abolir as instituições. Revela antes uma possível substituição da deliberação pela demonstração de capacidade: a instituição que permanece mais visível é aquela que executou a operação, enquanto a autoridade política se concentra na voz que a anuncia e legitima.

Legitimação da força

É nesta dimensão que o *corpus* visual apresenta a aproximação mais evidente à matriz fascista. Segundo Paxton (2004), a força fascista não se reduz à repressão, está também associada à afirmação de ordem, disciplina e capacidade de produzir uma rutura com a situação anterior.

Neste anúncio temos presente tanto a linguagem de *strike* com a de *law enforcement*, a fotografia do navio transforma a presença física do adversário capturado numa imagem de poder, o vídeo vertical converte esta mesma demonstração de força num conteúdo facilmente circulável e consumível.

A questão relevante que se levanta aqui não é apenas o facto de a força ter sido utilizada, mas a forma como é comunicada. Não aparece acompanhada de uma expressão significativa de constrangimento ou de dúvida, é mostrada, celebrada e transformada num elemento central da narrativa visual. A violência não é apresentada como um princípio de purificação racial ou nacional, como aconteceria nas formas históricas de fascismo, mas deixa de ser apenas um instrumento descrito no interior da narrativa e passa a funcionar como parte da própria mensagem política.

Assim, quando colocada em conjunto com a análise da matriz populista, a comunicação visual do período parece situar-se numa zona de sobreposição. Há elementos da gramática populista, sobretudo na personalização da liderança, na construção do povo e no confronto com uma elite, mas a sequência comunicacional é fortemente organizada pela demonstração de comando e pela valorização da força. É precisamente esta articulação, mais do que a atribuição de uma etiqueta definitiva de "fascista" ou "populista", que deverá ser confrontada com as declarações de Trump e com a forma como o acontecimento foi posteriormente enquadrado pelo noticiário.

5.2. Análise das declarações e da cobertura mediática

Caso CNN 1 — Conferência de Mar-a-Lago, 3 de janeiro de 2026

Para a análise desta conferencia começamos, desde já, com o palco escolhido, em vez do cenário mais provável, a Casa Branca, esta conferencia teve lugar no clube presidencial de Mar-a-Lago. Esta escolha de espaço não é feita ao acaso, e resulta, por si só, numa forma de comunicação, trata-se de um espaço personalista, altamente associado à figura pessoal de Donald Trump. É assim que, um anúncio de uma operação de Estado é redpara um território simbólico do próprio presidente.

No decorrer da apresentação Trump descreve a ação como "one of the most stunning, effective and powerful displays of American military might", comparando-a com outras operações recentes e reforça a ideia que "no nation in the world could achieve what America achieved". A captura acontece "in the dead of night"; Caracas fica às escuras graças a "a certain expertise that we have"; "it was dark, and it was deadly". É a partir daqui que podemos organizar o discurso em torno de quatro operações principais:

O líder como autor da ação

Neste enquadramento, o líder é construído como o autor da ação. A missão é apresentada como uma decisão de Trump, executada pelas forças armadas e apoiada pelo Departamento de Justiça.

Marco Rubio, secretário de Estado, Pete Hegseth, secretário da Defesa, e o general Dan Caine encontram-se ao lado do POTUS, no entanto cada um assume um papel nesta composição de mesa. Rubio é quem coloca a ação no plano diplomático, Hegseth associa diretamente o poder militar, e Caine contribui para a intensificação da credibilidade operacional ao relato. Prontamente toda a missão é apresentada como sendo a execução de uma ordem presidencial, em resposta a um pedido do Departamento de Justiça, Pam Bondi, procuradora-geral, reforça este mesmo enquadramento no que diz respeito ao plano penal. Bondi afirma inclusivamente que Maduro e Cilia Flores "will soon face the full wrath of American justice on American soil in American courts".

Ao contrário do que seria de supor, a presença destas figuras não é sinónimo de distribuição da autoridade, o efeito produzido é precisamente o contrário. Estas personalidades funcionam como uma espécie de moldura institucional para uma decisão que já foi tomada. Eles confirmam, explicam e legitimam a ação, mas não são participantes ativos do processo de deliberação, o centro da narrativa permanece Trump.

A utilização da primeira pessoa do plural em frases como "we captured, we're going to run" reforçam esta narrativa. O "we" presidencial sobrepõem-se ao Estado no que diz respeito à voz de quem conduz a conferência e, por consequência, a própria operação. O resultado desta conjunção de fatores é uma comunicação fortemente personalista, o Estado está presente no palco, mas é Trump quem fala em seu nome, é o líder quem lhes dá unidade e sentido. A autoridade é assumida e declarada pelo próprio líder.

O inimigo como criminoso

Dentro do discurso de Trump, Nicolás Maduro não aparece como um chefe de Estado, com funções presidenciais equivalentes, mas sim como um "outlaw dictator", ligado à criminalidade, associando-o em concreto ao Cartel de los Soles, alegado cartel integrado em estruturas do Estado venezuelano. Este cartel, nomeado pelo Departamento de

Justiça dos EUA, é também por eles responsabilizado por “lethal poison” e pela morte de “countless Americans”.

Nenhuma palavra é dita ao acaso neste conjunto retórico, a utilização de “poison” vai além da simples descrição de tráfico de droga, ela transforma o adversário numa ameaça, tanto sanitária como moral, dirigida contra o corpo da nação. Cilia Flores, primeira-dama venezuelana, não escapa ilesa destas acusações, também ela foi alvo da operação, e é colocada dentro da mesma lógica penal. Neste contexto, a questão da soberania venezuelana fica, assim, refém de uma narrativa de crime e punição, o adversário deixa de ser apenas um presidente estrangeiro e passa a ser alguém que deve responder perante a justiça americana, “on American soil in American courts”.

O tribunal nesta formulação é implícito, trata-se do sistema federal norte-americano, mais concretamente o Southern District of New York, para onde o casal, outrora governantes da Venezuela, é enviado. No discurso, a justiça americana ocupa o lugar que poderia ser atribuído a uma instância venezuelana, ou até internacional. E é assim que a operação é apresentada não apenas como uma ação militar, mas também como um ato de justiça exercido pelos Estados Unidos.

O povo como destinatário da redenção

O discurso é construído para, na prática, dois públicos principais, os venezuelanos e os americanos. Se aos venezuelanos Trump promete “peace, justice” e “a real country”, que será “rich, independent and safe”, aos americanos, garante que Maduro “will never again be able to threaten an American citizen”. Nas entrelinhas existe ainda um terceiro destinatário intermédio, a própria diáspora venezuelana nos Estados Unidos, que é apresentada como parte de uma comunidade que pode sentir de imediato os efeitos da queda de Maduro.

A lógica é clara e redentora, existe algo que foi perdido ou roubado, o petróleo, a segurança, a grandeza e, que agora, terá que ser recuperado. É aqui que o petróleo

assume um papel particularmente importante, algo que a CNN também irá reforçar, “they stole our oil”; as empresas americanas vão “fix the badly broken infrastructure”; e “it’s gonna make a lot of money”. A fórmula “stole our oil” é especialmente reveladora, nesta frase, o recurso deixa de ser apresentado apenas como um bem que pertence à Venezuela e passa automaticamente a ser enquadrado como algo que foi retirado aos Estados Unidos. Assim, a recuperação do petróleo aparece como um passo inevitável para a recuperação da segurança e da prosperidade.

O uso da força como gestão

Nas palavras de Trump, existe uma frase que resume a utilização da força como gestão, e não como um mero golpe, é: “We’re going to run the country until such time as we can do a safe, proper and judicious transition.” Aqui a força ultrapassa o acontecimento daquela madrugada, passa a ser apresentada como o início de um programa de governação. Trump assume a dimensão que a força pode atingir, o próprio afirma não ter receio de “boots on the ground”, expressão clássica do debate americano sobre ocupação militar, e ameaça uma “second and much larger attack”. Deixa ainda o aviso às elites venezuelanas de que “what happened to Maduro can happen to them”, para prevenir futuras represálias.

Ao mesmo tempo, o líder norte-americano, deixa bem explícito quem também não pode governar a Venezuela, afastando María Corina Machado, líder da oposição venezuelana e prémio Nobel da Paz, da governação do país. Embora Machado fosse a figura mais óbvia para uma governação democrática, Trump argumenta que ela não tem “support” nem “respect” no país. Este afastamento não é casual, é político e significativo, ao abrir essa porta à líder da oposição venezuelana, estaria a permitir a construção de uma narrativa em que a operação americana leva à transferência do poder para uma alternativa democrática interna. Ao recusá-la, Trump mantém o poder nas mãos de Washington, deixando do seu lado a definição de quem pode ocupar esse espaço e, sobretudo, de como deve decorrer essa transição. A transição é anunciada como um

objetivo, mas permanece uma questão central, quem decide quando esta vai acontecer e, sobretudo, quem vai definir quem pode governar? No discurso de Trump não seria de esperar outra coisa, esse critério continua, em grande medida, do lado de Washington. Assim, a promessa de devolver a Venezuela aos venezuelanos convive de perto com uma estrutura discursiva em que os Estados Unidos se apresentam como a autoridade capaz de determinar os termos dessa mesma devolução.

Caso 2 – Declarações de 4 de janeiro de 2026: "We're in charge"

Após a conferência de Mar-a-Lago que abre o programa, as declarações de 4 de janeiro encerram-no com uma frase que dita a mudança de tom. A bordo do Air Force One, Trump é questionado sobre quem governa a Venezuela após a captura de Maduro, no entanto, não existiu uma resposta direta para esta questão, em vez disso o atual POTUS respondeu "Don't ask me who is in charge because I'll give you an answer and it will be very controversial." É nesta sequência que nos presenteia com apenas três palavras que mudam o tom da narrativa, após ser pressionado a esclarecer, responde "We're in charge."

Fonte: C-SPAN, President Trump Speaks with Reporters Aboard Air Force One, 4 de janeiro de 2026.

Recordemos que, no dia anterior, 3 de janeiro, a fórmula ainda era apresentada como um processo, "we're going to run the country until such time as we can do a safe, proper and judicious transition." O que nos era apresentado era uma espécie de ideia de tutela, mas acompanhada da promessa de que essa tutela teria um fim. Porém, é no dia 4 que essa dimensão desaparece, o "In charge" já não é uma descrição daquilo que os Estados Unidos pretendem fazer, é a descrição de uma situação que Trump apresenta como já existente.

O líder como autor da ação

O cenário também se altera, já não estamos na mesa de gabinete de Mar-a-Lago, nem contamos com a presença de secretários e responsáveis militares. Donald Trump fala a bordo do Air Force One, num curto espaço de passagem dentro da própria nave, numa comunicação feita diretamente diante dos jornalistas.

Estas declarações surgem no intervalo temporal entre a operação militar e a necessidade de lhe configurar uma leitura política e mediática, por esse mesmo motivo não existe a necessidade de uma explicação detalhada, ou da própria estrutura institucional. O que importa, dentro destas circunstâncias, é o sound bite, a frase curta, dita com confiança, fácil de repetir e de fazer circular. O facto de ter recusado responder à pergunta, quando diz "don't ask me who is in charge", contribui para esse mesmo efeito, a resposta é apresentada como algo inevitavelmente controverso e, ao fazê-lo, transforma a controvérsia numa demonstração de autoridade.

O inimigo como figura já retirada

Neste dia, já não existe a necessidade de descrever Nicolás Maduro com o mesmo detalhe do dia anterior. A captura do antigo líder veneuzelano é o ponto de partida da declaração e o próprio é resumido a alguém que já foi retirado da cena política e colocado fora da comunidade política que Trump considera legítima.

Esse vazio poderia ser preenchido por uma figura venezuelana, María Corina Machado , que já referimos anteriormente, ou Delcy Rodríguez, que viria a assumir o papel de presidente interina da Venezuela. Mas Trump não organiza a sua resposta em torno de nenhuma destas figuras. A forma como não entrega o centro da narrativa nem a Machado, nem a Rodríguez, nem a um novo governo venezuelano é importante, é esta ausência que, no discurso, continua a localizar a autoridade fora da estrutura política venezuelana.

O povo em segundo plano

Nestas declarações, o povo venezuelano já não ocupa o mesmo lugar que tinha na narrativa anterior de Mar-a-Lago, a promessa insistente de uma Venezuela "rich, independent and safe", desaparece, bem como a referência à recuperação da grandeza do país. O que acaba por substituir estas palavras é uma ideia muito mais simples, alguém tem de estar "in charge" para garantir que a ordem não desapareça.

O destinatário principal da mensagem é alterado, o discurso já não aparenta ter a sua direção apontada ao povo venezuelano, mas sim ao sistema mediático e político internacional, deixando claro quem, segundo ele, controla a situação. A linguagem da redenção, outrora presente, perde espaço, enquanto a linguagem do comando ganha-o.

A força como pressuposto da tutela

Neste momento já não parece existir a necessidade de explicar a força militar, esta fora demonstrada na madrugada de 3 de janeiro e retomada na conferência de Mar-a-Lago, onde Trump chegou a mencionar a possibilidade de uma "second and much larger attack". É esse contexto que dá sentido a "We're in charge", a frase funciona porque a demonstração de força veio antes, Trump não precisa de explicar, basta-lhe condensá-la numa expressão.

Esta simplificação levanta a questão política central, que a CNN tratou como uma questão fundamental, dando significado a expressões como "run" e "in charge", sobretudo perante a ausência de um plano público claro e evidente para a governação da Venezuela. Em termos de comunicação estratégica, é esta unidade que condensa toda a narrativa. O atual presidente dos EUA transforma o Estado no pronome "we", evita responder à pergunta nos seus próprios termos institucionais e faz da controvérsia parte da mensagem. A partir daqui, há uma viragem no que é comunicado, o foco não é

tanto o detalhe operacional da intervenção, o que ganha circulação é a afirmação simples e politicamente mais forte: quem detém o poder.

Caso CNN 3 — 5 de janeiro de 2026: a reiteração do comando

É no dia 5 de janeiro, dois dias depois da captura, que Maduro e Cilia Flores comparecem perante um tribunal federal de Manhattan. Presentes ao juiz, ambos se declaram inocentes, enquanto Maduro afirma continuar a ser "presidente do meu país" e "prisioneiro de guerra". Em simultâneo, Trump volta a dizer que os Estados Unidos estão "in charge", enquanto, num tom hostil, ameaça Delcy Rodríguez com um "very big price, probably bigger than Maduro" caso escolha não cooperar com a agenda norte-americana. A frase "We need total access. We need access to the oil and other things in their country." resume aquilo que Washington espera de Caracas numa fórmula bastante direta, tornando explícita a dimensão estratégica da intervenção norte-americana.

O interesse deste caso reside precisamente naquilo que acontece em simultâneo. Enquanto de um lado Maduro entra no sistema judicial americano na esperança de reafirmar a sua própria legitimidade, Trump mantém a ideia de que Washington controla a situação na Venezuela e procura condicionar, com recurso à ameaça, o comportamento de quem permaneceu em Caracas.

O líder como autor da ação

A repetição desta fórmula parece ser suficiente nesta altura, ao reafirmar que os Estados Unidos estão "in charge", passa também a definir as consequências de quem não aceitar cooperar com essa realidade. Delcy Rodríguez, mesmo estando temporáriamente na frente da governação, não é tratada como uma homóloga com quem Washington negoceia em condições de igualdade, é resumida como alguém que precisa de cooperar.

A utilização do “very big price”, frase à qual Trump recorre, deixa isso bem claro. Aqui conseguimos perceber a forma como a autoridade continua fortemente personalizada. O elemento central do dia não passa apenas por aquilo que acontece em Manhattan dentro do tribunal, é sobretudo a própria afirmação presidencial de que Washington controla o processo e de que a cooperação de Caracas será devidamente avaliada em função do que os Estados Unidos conseguirem obter.

O inimigo como réu

A passagem pelo tribunal completa, de certa forma, a operação iniciada no dia 3 e desenvolve o papel do inimigo como réu. O “outlaw dictator” já não é apenas um adversário político ou militar, é também ele um réu num tribunal de Nova Iorque.

Há aqui um contraste importante a realçar, Maduro continua a reivindicar a sua legitimidade, quando diz ainda ser “presidente do meu país” e um “prisioneiro de guerra”, mas essa reivindicação ocorre dentro de uma estrutura que já o identifica como acusado, segundo a própria lógica penal americana.

O inimigo continua a falar, mas as suas palavras perdem a força, pois já não fala a partir de uma posição soberana, fala como arguido. A sua autoridade política é confrontada com um dispositivo judicial que o transforma em suspeito, número de processo e declaração de inocência.

O povo como argumento de legitimidade

Dentro do parâmetro da legitimidade é também neste momento que regressa a ideia, que parecia ter ficado para trás, de que a intervenção norte-americana acontece em nome dos venezuelanos e da democracia. Depois do recuo dessa linguagem no dia 4, o povo volta a funcionar como fonte de legitimidade, com ainda mais força.

No entanto, há que notar uma diferença importante entre ser destinatário da ação e ser usado para a justificar. Embora o povo seja mobilizado para explicar por que razão a tutela dos EUA seria necessária, o povo da Venezuela não aparece, em nenhuma instância, como quem decide o rumo político do próprio país. A narrativa está sempre assente sob a forma como a intervenção deve ser entendida como uma resposta à situação venezuelana, e não simplesmente como uma ocupação. A linguagem democrática é instrumentalizada para enquadrar uma relação de poder que continua a ser definida a partir de D.C.

A força como articulação entre polícia e regime

A linguagem do law enforcement é introduzida pelo tribunal, enquanto "we're in charge" e a ameaça dirigida a Rodríguez introduzem, por sua vez, a retórica da mudança de regime.

O curioso no dia 5 é o facto destas duas dimensões aparecem lado a lado, Maduro é processado nos Estados Unidos, enquanto Caracas continua sob uma pretensão explícita de direção norte-americana. Esta direção ganha uma dimensão material especialmente concreta quando Trump recorre ao termo "total access" para se referir à utilização de petróleo e a outros recursos do país sul-americano.

Dentro deste contexto, a força deixa de estar apenas centrada na Operação Absolute Resolve de 3 de janeiro, ou como a afirmação de autoridade feita a bordo do Air Force One. Passando assim a funcionar através de dois mecanismos complementares, o processo penal contra o antigo líder e a pressão política e económica sobre quem assumiu o poder na capital venezuelana.

É essa combinação que define o dia 5, Maduro é transformado em réu, enquanto a Venezuela continua a ser tratada como um espaço sobre o qual Washington reivindica o comando.

Caso CNN 4 — Cobertura da CNN

Esta unidade reúne as peças da CNN que citam diretamente Trump ou retomam o enquadramento criado pela sua comunicação. O objetivo não é analisar o jornalismo da CNN em si, mas perceber o que acontece quando determinados elementos da performance presidencial são selecionados, repetidos e recolocados no espaço público.

O recorte centra-se nas fórmulas que já tinham surgido nas unidades anteriores, “we’re going to run the country”, “we’re in charge”, o acesso ao petróleo, o tribunal e a ideia de tutela, e acompanha a forma como estas expressões são retomadas ao longo das peças publicadas entre 3 e 12 de janeiro que citam diretamente estas fórmulas.

O líder como problema de comando

Um dos critérios centrais que identificamos passa pela forma como a CNN mantém Trump no centro da narrativa, mas atribui um significado diferente a essa centralidade. Se em Mar-a-Lago e a bordo do Air Force One, o “we” era utilizado para afirmar uma decisão e transmitir controlo, n cobertura da CNN, as mesmas expressões passam a levantar questões sobre o que acontece depois. Nas peças conseguimos identificar perguntas como, qual é o plano, quanto tempo poderá durar a intervenção, qual é a sua base legal e, sobretudo, como será possível governar um país com cerca de 30 milhões de pessoas. Kevin Liptak, Repórter Sénior da Casa Branca na CNN, e os âncoras retomam várias vezes as expressões “run” e “in charge”, mas estas deixam de funcionar apenas como sinais de força, passam a representar também um problema político. Se os Estados Unidos estão “in charge”, como afirma Trump, então é necessário explicar o que essa afirmação significa na prática e quais são as consequências dessa mesma posição.

A personalização da política mantém-se, portanto, presente o que se altera e é interessante de analisar é a função que lhe é atribuída. Trump deixa de aparecer apenas como aquele que tomou a decisão e passa também a ser apresentado como o responsável por responder às consequências dessa decisão. A liderança, que na

comunicação presidencial funcionava como demonstração de autoridade, é aqui transformada numa questão de responsabilidade, se existe uma tutela, é preciso explicar quem a exerce, durante quanto tempo e com que legitimidade.

O inimigo entre o crime e o regime

A CNN retoma a linguagem penal utilizada pela administração, como "capture", "narco-terrorism", "charges" e o envio de Maduro para Nova Iorque, mas não permite que essa caracterização encerre a questão. Maduro continua a surgir associado ao problema da soberania, criando uma tensão entre duas formas distintas de o representar, por um lado, o homem capturado e acusado de crimes, por outro, o presidente deposto que continua a reivindicar a sua legitimidade política.

A sua comparência em Manhattan, a 5 de janeiro, torna essa tensão particularmente evidente, Maduro afirma continuar a ser presidente e apresenta-se como "prisioneiro de guerra", a narrativa de Trump procurava fechar essa ambiguidade ao defini-lo como "outlaw dictator". No lado oposto, a cobertura da CNN, volta a colocar-la em discussão, assim, a questão deixa de ser apenas a de saber se Maduro é um criminoso que foi capturado e passa a envolver uma dúvida mais ampla: estamos perante uma operação de *law enforcement* contra um indivíduo acusado de crimes ou perante uma mudança de regime?

É precisamente essa tensão que impede que a dimensão penal substitua completamente a dimensão política, Maduro pode ser apresentado como criminoso, mas a sua posição enquanto antigo chefe de Estado continua a colocar em causa a narrativa de uma operação puramente policial. A CNN, ao recuperar essa ambiguidade, acaba por deslocar a discussão da figura do inimigo para o problema mais amplo da legitimidade da intervenção e da autoridade que os Estados Unidos passam a assumir sobre a Venezuela.

O povo como reação dividida

No discurso presidencial, o povo venezuelano aparece sobretudo como destinatário de uma promessa de redenção, na CNN, essa imagem torna-se mais fragmentada. O povo entra na narrativa através das diferentes reações à operação, as celebrações de migrantes na Florida, os protestos contra a intervenção, as declarações de Delcy Rodríguez, primeiro a exigir a libertação de Maduro e depois a mostrar disponibilidade para cooperar, bem como as posições da oposição e as dúvidas em torno de María Corina Machado. O *demos* deixa, assim, de ser apresentado como um bloco homogéneo à espera de ser libertado e surge antes como um conjunto de atores com posições distintas e, em alguns casos, contraditórias. A existência de diferentes respostas à operação torna mais difícil sustentar a ideia de que existe uma vontade popular única que possa ser simplesmente representada pela ação de Trump. Isto também altera o sentido da promessa democrática, a democracia continua presente no enquadramento, mas chega ao ecrã acompanhada de contestação, divergência e incerteza. A questão deixa de ser apenas quem será libertado e passa a envolver um problema mais complexo, quem, dentro da própria Venezuela, tem legitimidade para decidir o que acontece depois.

A força como tutela sem desenho

Depois das primeiras horas, a CNN deixa de concentrar a atenção apenas na dimensão militar e tática da operação, o foco desloca-se progressivamente para o problema que surge quando a força precisa de se transformar em autoridade política. É neste contexto que voltam a aparecer expressões como “run”, “in charge” e “total access” ao petróleo, assim como a possibilidade de uma presença americana destinada a “secure oil” e as ameaças dirigidas a Rodríguez. A questão já não é apenas saber se a operação militar foi eficaz, o que passa a estar em causa é aquilo que essa eficácia produz politicamente e quais são as suas consequências.

Entre a linguagem de *law enforcemen*t e a possibilidade de uma espécie de protetorado, a CNN mantém aberta uma tensão que o discurso presidencial procura simplificar. A força deixa, por isso, de ser apenas o *raid* que marcou o início da operação, passa a colocar uma questão institucional, se Washington afirma estar "in charge", que tipo de autoridade está efetivamente a reivindicar e até onde pretende exercê-la?

Em termos de comunicação estratégica, o percurso torna-se relativamente claro. A Casa Branca projeta decisão, apresenta um inimigo definido em termos criminais, constrói um povo como beneficiário da intervenção e apresenta a força como instrumento de gestão e de mudança. A CNN retoma esses mesmos elementos, mas reorganiza-os: a decisão aparece acompanhada pela ausência de um mapa político claro, o inimigo continua a levantar uma questão de soberania, o povo surge dividido nas suas reações e a força transforma-se num problema de regime.

No final, aquilo que permanece não é apenas a palavra "democracy", nem o detalhe militar da operação. É uma afirmação mais simples, mas também mais difícil de contornar: a pretensão de comando. É aí que a comunicação presidencial encontra o seu principal problema político, porque afirmar que se está "in charge" não encerra a questão da autoridade; pelo contrário, obriga a explicar que autoridade é essa, sobre quem é exercida e com que legitimidade.

Cobertura da Fox News

Esta unidade centra-se no segundo polo mediático do corpus, no entanto o recorte mantém-se. Neste caso, o objetivo não é analisar a Fox enquanto empresa ou avaliar a sua linha editorial em termos gerais, mas perceber quais os elementos da comunicação presidencial que o canal seleciona, enfatiza e faz circular. Será anlisado:

- Entrevista ao *Fox & Friends Weekend*, de 3 de janeiro, em que Trump descreve a captura de Maduro ("bum rushed so fast")
- "US will 'run' Venezuela until a safe transition", de 3 de janeiro
- "Trump vows US 'in charge' of Venezuela", de 4 de janeiro

- Cobertura da comparência de Maduro em Nova Iorque, de 5 de janeiro
- Cobertura das celebrações da diáspora em Doral, na Florida

O líder como autor eficaz

Na Fox, o "we" de Trump surge menos como um problema político e mais como uma demonstração de eficácia e controlo. Na entrevista de 3 de janeiro, o próprio presidente relata a operação a partir da sua perspetiva, explica que esperou pelo momento certo, acompanhou os acontecimentos a partir de Mar-a-Lago e descreve Maduro como alguém que foi "bum rushed so fast". O líder surge, assim, em duas posições ao mesmo tempo: é aquele que tomou a decisão e é também quem tem assume a autoridade para deter o controlo da narrativa. As peças que se seguem retomam as expressões "run" e "in charge" dentro deste mesmo enquadramento, reforçando a ideia de que a intervenção decidida e conduzida sob a autoridade presidencial.

A diferença em relação à CNN é mais clara neste ponto, ao mesmo tempo que a CNN tende a transformar a afirmação de que os Estados Unidos estão "in charge" numa questão sobre os limites e as consequências dessa autoridade, a Fox tende a apresentá-la como uma realidade já estabelecida. A questão deixa de ser "quem manda?" e passa a ser "como será executada essa decisão?".

O inimigo como ditador

A Fox adota rapidamente parte do vocabulário utilizado pela própria administração, desdo do uso do *dictator*, *narco-terrorist*, *captured* e *charges*. A partir deste enquadramento, a comparência de Maduro em tribunal, a 5 de janeiro, é apresentada sobretudo como uma continuação da operação e como o passo seguinte de um processo judicial conduzido pelas autoridades americanas. É verdade que a dimensão política da captura não desaparece por completo, mas fica em segundo plano perante a dimensão criminal. Maduro é apresentado como o indivíduo acusado, capturado e levado perante

a justiça, enquanto a questão da soberania venezuelana perde importância. Ao contrário da cobertura da CNN, onde a reivindicação de legitimidade política de Maduro reabre a discussão sobre a natureza da intervenção, na Fox o enquadramento parte tendencialmente de uma situação já definida, existe um ditador acusado de crimes, os Estados Unidos intervieram e o passo seguinte é responder judicialmente pelos atos que lhe são imputados.

O povo como prova

De forma diferente daquela que observámos na CNN, a cobertura da Fox apresenta o povo venezuelano como uma confirmação moral da própria operação. Podemos observar o reforço presente nesta narrativa na cobertura das celebrações da diáspora em Doral e das declarações dadas pela oposição venezuelana, em que o dia 3 é apresentado como "day that justice defeated tyranny" (Fox News, 5 jan. 2026). Assim, o *demos* é colocado no lugar da testemunha, pois se existe um povo que celebra, a ação passa a ser apresentada como legítima. É neste enquadramento que o povo é convocado, após a força exercida e dentro do enquadramento definido pela administração.

Aqui, o povo é colocado em oposição a um ditador que é apresentado como criminoso, no entanto, não aparece como instância que decide o que vai acontecer em seguida. O povo não escolhe se quer Machado, ou se rejeita a tutela externa, surge antes, como destinatário de uma intervenção que já foi anunciada por Washington. A expressão "stands with the Venezuelan people" circula no polo mediático como uma forma de justificar a operação realizada em seu nome, não como uma devolução da soberania aos venezuelanos. Aqui, o "nós que estrutura o relato continua a ser americano, e é este "we" que "runs" e que fica "in charge", acabando por dar ao povo venezuelano o papel de confirmação da narrativa, sem que este a conduza.

A peça de opinião, publicada a 8 de janeiro, de Bill Hemmer torna este deslocamento particularmente evidente ao afirmar que "The United States is now 'running' Venezuela

after Maduro ouster"(Hemmer, 2026). O texto presente no artigo não questiona em nenhuma instância quem, dentro da própria comunidade venezuelana, autorizou esta gestão, parte já do resultado da intervenção. O lugar de decisão permanece do lado de quem executou a operação, sendo o povo venezuelano apenas o destinatário.

A força como eficácia e restauro

Se, por um lado, na CNN é aberta a questão sobre os limites da tutela, na Fox estas questões são encerradas. As expressões "run" e "in charge" e a reconstrução da operação como "lightning strike" que "overwhelmed Venezuela's defenses", são sobretudo retomadas como sinais de competência, nunca como uma anomalia jurídica que exigisse a sua problematização. Deste modo, a força já não é algo que o relato precisa de explicar, esta passa a funcionar como um dos critérios pelos quais a narrativa se organiza. É interessante perceber que, quem agiu com rapidez e conseguiu impor-se, fica numa posição privilegiada para definir o que acontece depois.

Daqui em diante o noticiário apresenta como consequência aquilo que a CNN ainda questiona enquanto limite. O caso da ameaça dirigida a Delcy Rodríguez, o afastamento de uma alternativa democrática interna e o post de 11 de janeiro, em que Trump se apresenta como "Acting President of Venezuela" já não são entendidos como uma rotura que exija qualquer justificação adicional, surgem antes como um desenvolvimento natural que o próprio relato já apresenta como bem-sucedida.

5.2.1. Comparação com a matriz populista

As declarações de 3 a 5 de janeiro e a forma como foram retomadas pela CNN e pela Fox News permitem testar a matriz populista num registo diferente daquele observado no Instagram. Aqui, a comunicação já não depende apenas da imagem. Assume sobretudo a forma de um programa verbal: "run the country", "we're in charge", petróleo, transição e tribunal. A oposição entre povo, elite e redenção surge com maior densidade do que no *feed*, embora continue ligada a uma ideia central de comando.

Liderança

Em Weyland (2001) e Moffitt (2016), o líder populista personaliza a política e apresenta-se como voz do povo, sem necessariamente rejeitar de forma explícita o princípio eleitoral (Finchelstein, 2017). As declarações em Mar-a-Lago confirmam essa personalização. Rubio, Hegseth, Caine e Bondi aparecem como figuras que acompanham e confirmam a decisão, mas o centro da narrativa permanece no "we" de Trump: *we captured*, *we're going to run*. No Air Force One, essa lógica é ainda mais evidente: "Don't ask me who is in charge… We're in charge."

A proximidade com a matriz populista está no tom, na personalização e na forma como a controvérsia é usada para reforçar a posição do líder. Há, contudo, uma diferença importante. Trump não se limita a apresentar-se como porta-voz de um ressentimento ou de uma vontade popular venezuelana. Assume também, por Washington, a capacidade de decidir quem pode suceder a Maduro. A rejeição de María Corina Machado, justificada pela falta de "support" e "respect", e a ameaça dirigida a Delcy Rodríguez mostram um líder que não se limita a falar em nome da soberania: passa também a definir as condições em que essa soberania poderá ser exercida. A personalização mantém, por isso, uma dimensão populista, mas o alcance atribuído à decisão ultrapassa a simples função de representação.

Construção do povo

Mudde e Rovira Kaltwasser (2017) e Laclau (2005) entendem o *demos* populista como uma construção moral, definida através da oposição a uma elite ou a um exterior constitutivo. Nas declarações analisadas, esse povo aparece de duas formas. Aos venezuelanos é prometida "peace, justice" e uma "real country", "rich, independent and safe". Aos americanos é garantido que Maduro "will never again be able to threaten an American citizen". A reação da diáspora surge, por sua vez, como uma demonstração visível desse alívio.

Maduro ocupa o lugar do traidor e do criminoso, "outlaw dictator", "lethal poison", mais do que o de uma elite política no sentido clássico, a fronteira construída é, por isso,

sobretudo moral e penal, o que continua a ser compatível com a matriz populista. A questão torna-se mais complexa quando se observa o lugar atribuído a esse povo na própria decisão política. María Corina Machado, que permitiria enquadrar a intervenção como uma transferência de poder para uma alternativa interna, é recusada. Rodríguez também não é reconhecida como expressão legítima do *demos*. O povo é convocado como destinatário da redenção, mas fica afastado da definição da sucessão.

É aqui que Laclau ajuda a compreender a ambiguidade. O "povo" é nomeado e apresentado como sujeito da promessa, mas o exterior constitutivo e, sobretudo, o critério para determinar quem pode representá-lo ficam associados ao "we" americano.

Mobilização do pathos

Em Mar-a-Lago, a sequência crise–proximidade–redenção de Moffitt pode ser identificada na forma como Trump apresenta a situação. A crise é associada ao "outlaw dictator" e ao petróleo que fora "roubado", a proximidade surge nas promessas dirigidas tanto aos venezuelanos como aos americanos, e a redenção é projetada na ideia de um "real country" e no fim da própria ameaça. No dia 4, porém, o *pathos* torna-se mais estreito, a afirmação "We're in charge" já não procura dramatizar uma perda ou uma crise, mas procura sim afirmar diretamente quem detém o comando. No dia 5, a ideia de redenção volta a aparecer, embora esta seja acompanhada pela ameaça dirigida a Rodríguez.

Esta diferença também reside na cobertura mediática, a Fox tende a preservar um tom de alívio e eficácia, enquanto a CNN desloca o foco emocional para a incerteza. A gramática populista continua presente no discurso, mas começa a ser atravessada por outra lógica, a lógica da promessa de tutela e de controlo.

Relação com as instituições

No que diz respeito à relação com as instituições, sabemos que o populismo caracteriza-se por uma relação de tensão com as mediações liberais, sem que isso implique

necessariamente uma rejeição do princípio eleitoral (Mudde & Rovira Kaltwasser, 2017; Finchelstein, 2017). No *corpus* que analisamos, o Congresso, uma eventual eleição venezuelana ou uma oposição têm pouca ou nenhuma presença na construção do discurso. No entanto, em contrapartida, surgem o Departamento de Justiça, o tribunal de Manhattan e o "we" presidencial. Neste caso, a operação passa a ser apresentada simultaneamente como *law enforcement* e, ao mesmo tempo, como exercício de governação.

A CNN questiona a base legal e a duração da operação, já a Fox apresenta a passagem pelo tribunal como o passo seguinte de um processo já em curso. Existe, portanto, uma tensão com as mediações institucionais que poderiam limitar ou disputar a autoridade presidencial, mas não aparece, neste conjunto, um projeto explícito de rejeição do princípio eleitoral, é nesta zona de sobreposição que a matriz populista se torna mais complexa.

Conflito e força simbólica

Na matriz populista, conseguimos ver a força funcionar sobretudo como linguagem de confronto, não assumindo o sentido de princípio de purificação política (Weyland, 2001). Porém, expressões utilizadas, como "boots on the ground", "second and much larger attack", "what happened to Maduro can happen to them" e "total access", contudo, surgem como algo que vai além da simples denúncia do adversário. Dentro detas formulações identificamos a forma como a força adquire uma função prática, esta não serve apenas para fins de distinção em relação ao inimigo, é apresentada também como instrumento de gestão e de exercício do poder.

No caso da Fox News, há uma tendência para reproduzir essa dimensão como sinal de eficácia, enquanto a CNN a converte numa questão sobre os limites e as consequências da ação. O padrão populista mantém-se na estigmatização de Maduro e daqueles que não cooperam com Trump. O elemento que começa a ultrapassá-lo é a forma como a força deixa de funcionar apenas como recurso retórico de confronto e passa a ser apresentada como parte de uma lógica de comando.

5.2.2. Comparação com a matriz fascista

Aplicada às declarações de Trump e ao modo como estas foram posteriormente enquadradas pelo noticiário, a matriz fascista não permite afirmar a existência de um regime fascista. Permite, antes, perceber o que a matriz populista não explica totalmente: a forma como o líder se coloca no centro da decisão, a definição de quem pode integrar o *demos* legítimo, a mobilização de um discurso de regeneração, a relação com o pluralismo e o recurso à força como forma de afirmar ordem e autoridade.

Liderança

Em Gentile (1996, 2004), o chefe fascista não se limita a falar em nome do povo. Apresenta-se como a própria expressão da vontade nacional e como figura indispensável ao seu destino. Em Mar-a-Lago, Trump não constrói um culto litúrgico do líder. Há, contudo, uma ideia de indispensabilidade que atravessa as suas declarações. O gabinete e o comando militar aparecem sobretudo como instâncias que confirmam a decisão já tomada, e não como espaços de deliberação. Expressões como “we captured” ou “we’re going to run” colocam o Estado dentro da voz do próprio Trump. No dia 4, quando afirma “we’re in charge”, o horizonte processual que ainda aparecia na véspera torna-se mais distante. No dia 5, a reafirmação desse comando surge associada ao tribunal e ao aviso dirigido a Rodríguez.

Não se trata, portanto, de uma sacralização plena do líder. Falta aqui a dimensão de fé política identificada por Gentile. Existe, no entanto, uma alteração no estatuto da autoridade: o líder apresenta-se como aquele que pode decidir quem governa, quem sucede e em que momento ocorre a transição. A Fox tende a reforçar esta imagem de Trump como agente eficaz e capaz de produzir resultados. A CNN, pelo contrário, apresenta-a sobretudo como um problema de tutela e de ausência de um mapa institucional claro. Apesar da diferença de enquadramento, há um elemento comum: em ambos os casos, o centro da narrativa é o chefe e não a mediação institucional.

Construção do demos

Griffin (1991) descreve um povo relativamente homogéneo cuja fronteira estabelece quem pode fazer parte da comunidade que deverá ser regenerada. No caso analisado, Trump não recorre a uma definição racial do povo venezuelano. A exclusão é feita por outras vias, sobretudo políticas e jurídicas. Maduro é retirado da posição de representante legítimo e colocado na condição de réu. Machado, que poderia surgir como alternativa para uma sucessão política interna, é afastada por falta de "support" e "respect". Rodríguez, por sua vez, é apresentada como alguém que deve ceder, sob a ameaça de um preço "probably bigger than Maduro".

Ao mesmo tempo, o povo venezuelano é explicitamente convocado: é descrito como "rich, independent and safe" e Trump afirma que "stands with the Venezuelan people". Mas esse povo não é quem define os critérios da sua própria representação. A comunidade política considerada legítima é definida a partir daquilo que se enquadra no "we" americano. A fronteira, neste caso, não é biológica ou racial, mas política e penal. Ainda assim, é mais fechada do que a simples oposição populista entre povo e elite. Não está apenas em causa denunciar quem trai o povo, mas também assumir para Washington a capacidade de determinar quem pode falar ou governar em seu nome.

Mobilização do pathos

O pathos fascista combina frequentemente medo, ressentimento e a expectativa de um renascimento que implica uma rutura com uma ordem considerada decadente. A conferência de Trump mobiliza alguns destes elementos, embora de forma seletiva. O medo surge na referência ao "lethal poison", ao tráfico e à possibilidade de uma "second and much larger attack". O ressentimento aparece na afirmação de que "they stole our oil". Já a ideia de regeneração está presente na promessa de reparar uma infraestrutura "badly broken" e de devolver à Venezuela um país "real".

Ainda assim, falta o mito palingenético em sentido pleno. Não existe aqui a representação de uma nação como organismo que só pode renascer através da destruição de um inimigo interno. O que aparece é antes uma forma de redenção

administrada a partir do exterior, associada às empresas americanas e ao "total access" aos recursos do país. A Fox aproxima este discurso de uma narrativa de recuperação da ordem e da potência americana no hemisfério. A CNN, por outro lado, tende a retirar-lhe essa dimensão celebratória, transformando a mesma situação em questões sobre a duração da intervenção, a sua legalidade e o modelo de governo que poderá resultar dela. O pathos está presente, mas a palingenesia permanece incompleta.

Relação com as instituições

Paxton (2004) e Payne (1995) colocam a rejeição do pluralismo liberal entre os elementos importantes da experiência fascista. Trump não formula, neste caso, uma rejeição explícita desse princípio. O que se observa é antes uma suspensão prática de alguns dos seus mecanismos. A soberania venezuelana é substituída, no discurso, pela referência ao Southern District of New York. A sucessão política interna é desvalorizada, Machado é afastada, Rodríguez é condicionada, e a própria transição de poder é remetida para um "safe, proper and judicious transition", sem que assime Trump estabeleça um calendário concreto. Dentro deste contexto o princípio eleitoral não é apresentado com algo que deve ser eliminado, mas como algo inevitável, que não pode ser adiado.

Esta deslocação é importante porque altera o lugar a partir do qual a legitimidade é produzida. Em vez de resultar, em primeiro lugar, das regras e instituições que deveriam organizar a transição, passa a depender da relação direta entre o líder e a comunidade que afirma estar a proteger. A CNN tende a interpretar esta situação como um vazio institucional e político. A Fox, em diferentes peças de opinião e de noticiário, aproxima-se mais da ideia de um interregno necessário para reorganizar a situação. Nenhum dos dois enquadramentos apresenta um Estado fascista. Ambos permitem, contudo, observar uma pretensão de governação que, naquele momento, prescinde parcialmente do pluralismo próprio de uma transição democrática.

Legitimação da força

É nesta dimensão que a aproximação à matriz fascista se torna mais evidente. Em Paxton, a força não funciona apenas como instrumento para alcançar determinado objetivo. Ela também comunica disciplina, autoridade e capacidade de impor uma nova ordem. A madrugada de 3 de janeiro, descrita como “dark and deadly”, a ameaça de uma segunda vaga, a afirmação de que “what happened to Maduro can happen to them”, a passagem pelo tribunal e a referência ao “total access” ao petróleo constroem uma sequência em que a violência deixa de aparecer apenas como um acontecimento excecional e passa a integrar a própria linguagem da autoridade.

É nesse contexto que “we’re in charge” ganha particular significado. A frase só assume essa força porque é proferida depois da demonstração de capacidade militar. A CNN não contesta a existência dessa força, mas questiona a sua transformação em forma de governo. A Fox, por sua vez, valoriza com maior frequência a precisão da operação, a ausência de baixas americanas e a comparação com outros episódios de captura de líderes. Os enquadramentos são diferentes, mas partem de um mesmo facto: a força constitui o pressuposto sobre o qual a nova ordem é apresentada. A diferença está sobretudo na avaliação que cada canal faz desse pressuposto.

6. Considerações Finais

Esta dissertação partiu de um objetivo específico, analisar o comportamento político-comunicacional de Donald Trump no período imediatamente posterior à captura de Nicolás Maduro, em janeiro de 2026, confrontando-o com as matrizes de comportamento do populismo, bem como do fascismo. Não se procurou classificar o trumpismo, nem determinar se Trump é, em si mesmo, populista ou fascista. O objetivo foi, antes, perceber que padrões discursivos, simbólicos e performativos estruturam a sua comunicação e até que ponto esses padrões mobilizam lógicas populistas, elementos de radicalização autoritária ou uma combinação entre os dois.

O percurso teórico desenvolvido ajudou a compreender por que razão a distinção entre estes fenómenos nem sempre é simples. Populismo e fascismo partilham sim alguns elementos importantes, como a centralidade do líder, a construção de um povo, a identificação de um inimigo e a mobilização das emoções coletivas, o que os distingue está, sobretudo, na forma como estes elementos são articulados. O populismo, na linha de Mudde e Rovira Kaltwasser, Moffitt, Laclau e Finchelstein, apresenta-se como uma reivindicação da "verdadeira" vontade popular dentro de uma linguagem ainda ligada à democracia. Já o fascismo, tal como discutido por Griffin, Paxton, Payne e Gentile, aproxima-se de uma conceção mais orgânica da comunidade, de uma liderança fortemente sacralizada e de um projeto de regeneração no qual a rutura com o liberalismo pluralista ocupa um lugar central. Ambas as matrizes foram, por isso, construídas de forma a permitir observar estas diferenças no material empírico.

O recorte escolhido, ou seja, o Instagram da Casa Branca, as declarações presidenciais e a circulação dessas declarações na CNN e na Fox News, entre 3 e 12 de janeiro de 2026, permitiu testar estas duas matrizes num acontecimento particularmente carregado de significado político e simbólico, mesmo com as diferenças entre os dois, a análise revela algumas tendências comuns.

Em primeiro lugar, importa considerar não apenas o que é dito, mas também a ordem pela qual as diferentes ideias aparecem. No Instagram, a vitória é primeiro afirmada, o corpo do adversário é exibido e a força é transformada em atitude política, só depois

disto é que surge a referência ao "Venezuelan people" e à "democracy". No dia 11, a sequência fecha-se com a reivindicação do atual presidente dos EUA como também "Acting President of Venezuela", não existe convocação do povo, restando apenas o cargo. Nas declarações presidenciais, encontramos uma sequência semelhante. Mar-a-Lago introduz uma ideia de tutela, o Air Force One condensa-a na expressão "we're in charge" e, no tribunal, a 5 de janeiro, a referência ao *law enforcement* surge associada a uma clara pretensão de comando. Neste sentido, a força aparece antes do povo. A democracia surge sobretudo como forma de legitimar uma ação que já foi tomada, e não como o mecanismo a partir do qual a decisão é construída.

Em segundo lugar, a liderança surge fortemente personalizada, o "we" presidencial tende a concentrar em Trump uma autoridade que ultrapassa a figura individual do presidente e se aproxima da própria ação do Estado. Rubio, Hegseth, Caine e Bondi aparecem sobretudo como figuras que conferem legitimidade e sustentação à sua decisão, mais do que como atores envolvidos numa deliberação que seja visível no discurso. Esta personalização pode ser enquadrada na matriz populista, o que parece ultrapassá-la é, contudo, a própria natureza da decisão. Trump não se limita a afirmar que representa o ressentimento ou a vontade dos venezuelanos, ele recusa a possibilidade de uma sucessão definida por Machado, ameaça Rodríguez e atribui a Washington o poder de decidir quem poderá suceder e em que momento poderá ocorrer uma transição. Há, portanto, uma voz que se apresenta como voz do povo, mas também uma prática de comando que concentra no líder a capacidade de decidir.

Em terceiro lugar, o *demos* construído nesta comunicação é sobretudo moral e político, e não biológico, étnico ou racial. Maduro surge como *outlaw*, como "veneno" e como réu, enquanto o povo venezuelano é apresentado como destinatário de uma redenção que deverá resultar da intervenção norte-americana. No Instagram de 6 de janeiro, os Democratas assumem, por sua vez, o lugar da elite apresentada como hipócrita, esta construção é claramente compatível com a gramática populista. A aproximação à matriz fascista torna-se mais evidente, contudo, quando esse povo é invocado sem que lhe seja efetivamente atribuída capacidade de decisão e quando as alternativas democráticas internas são afastadas em favor de uma solução definida externamente.

Em quarto lugar, o *pathos* mobilizado combina elementos das duas matrizes, embora não corresponda inteiramente a nenhuma delas. A tríade de Moffitt definida por crise, proximidade e redenção, está presente na referência ao petróleo "roubado", na descrição de um país "broken" e na promessa de um país "real". Ainda assim, a dinâmica própria do populismo performativo não se concretiza na sua totalidade, dado que a força já foi exercida antes de a promessa de redenção ser apresentada. Também o mito palingenético identificado por Griffin não surge na sua forma clássica, não existe aqui uma regeneração da comunidade através da destruição de um inimigo racializado. O que encontramos é, antes, uma ideia de restauro administrado a partir do exterior, acompanhada pela reivindicação de "total access" aos recursos do país.

É na questão da força que surge talvez a maior tensão entre as duas matrizes. Não existe uma milícia sacralizada, nem uma doutrina explícita de purificação ou de eliminação de grupos considerados inimigos da comunidade, existe, contudo, uma comunicação em que capturar, exibir, ameaçar e "gerir" passam a funcionar como formas de linguagem política e de demonstração de ordem. A leitura de Paxton é particularmente útil neste ponto, porque permite perceber como a força pode deixar de ser apresentada apenas como um instrumento e passar também a comunicar disciplina, autoridade e capacidade de impor uma nova ordem. A CNN tende a interpretar esta passagem como uma forma de tutela ainda sem um mapa político definido, por sua vez, a Fox News, pelo contrário, aproxima-se com maior frequência de uma leitura de correção e restauro. Apesar destas diferenças, ambas acabam por colocar em circulação a mesma fórmula: "we're going to run the country".

É neste ponto que se encontra a resposta ao objetivo principal da investigação. A comunicação de Trump neste recorte não corresponde ao fascismo clássico, faltam-lhe elementos fundamentais, como uma sacralização plenamente consolidada do chefe, a construção de um *demos* orgânico e racializado, a existência de um partido-milícia ou uma rejeição explícita do princípio eletivo. Ainda assim, seria igualmente insuficiente descrevê-la apenas como populismo, o povo é convocado sobretudo depois da ação, a redenção surge como justificação de uma tutela que já foi exercida e a decisão sobre a

sucessão não é devolvida a uma alternativa democrática interna, a própria unidade de dia 11 de janeiro, na Truth Social, torna esse excesso claro e explícito.

O que este caso revela é, portanto, uma zona de sobreposição entre diferentes lógicas políticas:

Tabela 3 – Aplicação das matrizes ao *corpus*

Dimensão	**Corpus**	**Populista**	**Fascista**	**Sobreposição**	**Intensidade**
Liderança	Instagram Truth	Líder como voz e prova da ação	"Acting President"; líder que não representa, inscreve-se	Personalização extrema sem culto de Estado	++
Liderança	CNN Fox	"we" que fala em nome da operação	"we're going to run"; "in charge"	Comando na 1.ª pessoa, mediado depois como tutela	++
Demos / inimigo	Instagram Truth	Povo venezuelano (5 jan.); Democratas como elite	Maduro reduzido a corpo capturado	Povo nomeado depois da exclusão do adversário	+
Demos / inimigo	CNN Fox	Povo a redimir; elite hipócrita	Inimigo criminalizado Machado afastada	Destinatário sem capacidade de decidir	+
Pathos	Instagram Truth	Redenção democrática	Triunfo, aviso,	Força emocional antes da	+

		tardia	*punchline*	proximidade	
Pathos	CNN Fox	Crise + país “real” (Moffitt incompleto)	Restauro administrado do exterior, não palingenesia racial	Redenção depois da captura	+
Instituições	Instagram Truth	“democracy” como significante	Mediações invisíveis; cargo por montagem	Linguagem democrática sem processo	+
Instituições	CNN Fox	Crítica aos Democratas, não ao voto	Tutela sem calendário eleitoral	Instituição que resta é quem executa	++
Força	Instagram Truth	Conflito simbólico / denúncia	Exibição do corpo; *reel* de advertência	Força como espetáculo e prova	++
Força	CNN Fox	Polarização discursiva	Força convertida em governo “run”	Tutela anunciada como ordem	++

Fonte: Elaboração própria, com base na análise do corpus (Instagram da Casa Branca, Truth Social, CNN e Fox News, 3–12 de janeiro de 2026)

Finchelstein (2024) designa esta zona de sobreposição através do conceito de *wannabe fascist.* Esta designação fala por si só, trata-se de uma forma incompleta de fascismo, em que o líder recorre à violência política, à propaganda e à xenofobia sem concluir efetivamente uma passagem à ditadura.

A comunicação articula elementos reconhecíveis do populismo como o povo, a elite, a crise e a democracia enquanto significante, com uma gramática de comando, de exclusão física do adversário e de força transformada em espetáculo político. É precisamente esta combinação que importa destacar, mais do que simplesmente atribuir uma etiqueta ao comportamento a Trump, interessa perceber como diferentes lógicas podem coexistir e reforçar-se dentro de uma mesma estratégia comunicacional.

Mesmo que o assalto ao Capitólio não componha o *corpus* de análise, o respetivo debate aberto por Tourish (2024) e pela revisão da posição de Paxton (2021), devem ser tidos em consideração neste momento. Tanto Tourish como Paxton atribuem ao dia 6 de janeiro de 2021 um ponto de viragem que atribui ao trumpismo uma leitura que vai além do populismo. No entanto, no caso de Maduro não está em causa o ataque a uma instituição política, tampouco uma tentativa de reverter um resultado eleitoral interno, assim, a dinâmica observada é diferente. No nosso caso, estamos a observar a transformação de uma operação realizada no exterior numa pretensão de comando. Ora, se Tourish e Paxton colocam a violência dirigida contra o processo democrático doméstico no centro da sua análise, o material de janeiro de 2026 permite explorar outra dimensão, a afirmação de autoridade sobre outro Estado, formulada na primeira pessoa. A ausência de uma análise empírica do 6 de janeiro é, por isso, deliberada, mas constitui também uma limitação do estudo.

É, antes de mais, importante explicitar que este desenho tem um limite. As matrizes desenvolvidas neste estudo têm como objetivo pensar a relação entre um líder e o seu *demos,* ou seja, a comunidade em que são disputadas as questões de representação, pertença e, no caso fascista, de regeneração nacional (Griffin, 1991; Paxton, 2004; Gentile, 1996; Mudde & Rovira Kaltwasser, 2017). Ora, o conteúdo desta dissertação incide sobre a comunicação de Trump em torno da Venezuela, uma população que não corresponde ao seu eleitorado, assim, é importante ter em consideração que, quando

se afirma que “o povo é convocado mas não decide”, aquilo que está em causa é uma relação de tutela e uma lógica de política externa, não a construção de um regime político dentro da própria comunidade nacional. Um exemplo próximo, mesmo que com contornos diferentes, é o estudo de Bronze e Ribeiro (2020), que analisam o discurso de Bolsonaro na Assembleia Geral das Nações Unidas a partir de uma matriz populista. No discurso em questão, a Venezuela é apresentada como uma prova da “crueldade do socialismo”, mas Bolsonaro não reivindica qualquer autoridade sobre esse território. Já no caso de janeiro de 2026, esta diferença reside precisamente neste ponto. A Venezuela já não surge apenas como inimigo externo, ela passa a ser objeto de uma pretensão de comando.

Quando aplicamos a matriz fascista o nosso objetivo é perceber até que ponto é que a gramática de comando, de exclusão e de uso da força reaparece quando o líder fala sobre um *demos* que não é o seu, longe de querer classificar o trumpismo como fascismo clássico. Esta análise é, assim, relevante para que possamos compreender a comunicação estratégica, na medida em que nos é possível observar como a linguagem do povo e da democracia pode ser deslocada para assumir um papel de legitimação para uma intervenção no exterior.

Neste sentido, a ideia de que “a força aparece antes do povo” deve ser lida com alguma cautela. O facto da comunicação girar em torno de uma operação militar de captura poderia tornar expectável que o anúncio começasse pela ação, mas não é isso que está em cima da mesa neste momento. O elemento distintivo deste caso não reside no simples facto de a força ser apresentada em primeiro lugar, mas sobretudo naquilo que Trump faz após anunciar a operação. Ao analisarmos dois anúncios presidenciais de capturas no exterior esta diferença torna-se visível. Em dezembro de 2003, quando o 43º presidente dos Estados Unidos, George W. Bush anunciou a captura de Saddam Hussein a ação militar foi, evidentemente, colocada no centro da declaração, no entanto, prontamente deslocou-se para o povo iraquiano e para a ideia de soberania. Numa primeira fase Bush afirma “United States military forces captured Saddam Hussein alive”, continuando posteriormente com “You will not have to fear the rule of Saddam Hussein ever again” e “sovereignty for your country” (Bush, 2003).

O caso da morte de Osama Bin Laden, durante a presidência de Barack Obama, assume contornos semelhantes. Em maio de 2011, a operação que resultou na morte do fundador da Al-Qaeda, foi apresentada como um ato de justiça perante o povo americano, onde afirma "Justice has been done" (Obama, 2011). No entanto, em nenhum momento do discurso existe qualquer referência a transformar esta ação numa reivindicação de governo sobre o território onde ocorreu.

No nosso recorte, Trump também parte da força, mas o que merece a nossa atenção é o passo que se segue, a passagem da descrição da captura para expressões como "we're going to run the country", "we're in charge" e, já no dia 11, "Acting President of Venezuela", posteriormente reproduzida pela Fox News no dia 12. Aqui, a questão não reside no facto de uma operação militar ser anunciada como uma vitória, mas na forma como essa mesma vitória é discursivamente prolongada, passando de uma ação militar para uma pretensão de comando.

Algo que também é importante salientar é o facto de que dez dias não são suficientes para caracterizar uma presidência, nem para retirar conclusões gerais sobre o trumpismo. O Instagram da Casa Branca representa apenas uma parte do ecossistema digital da administração e a análise de dois canais televisivos também não permite falar em representação do sistema mediático norte-americano como um todo. Além disso, a investigação procurou analisar estratégias de construção de sentido, e não os seus efeitos concretos junto das audiências. Estas limitações não anulam os resultados, mas ajudam a definir o alcance das conclusões. O que esta análise permite compreender é a forma como um acontecimento específico é simbolicamente construído e comunicado, e não uma essência permanente do trumpismo.

A contribuição desta dissertação situa-se, assim, no campo da comunicação estratégica. Em vez de perguntar se Trump "é" populista ou fascista, a análise procurou perceber como a sua comunicação constrói autoridade, quem inclui e quem exclui da comunidade política, que emoções mobiliza, que lugar atribui às instituições e de que forma transforma a força num argumento político. Neste sentido, o caso da captura de Maduro revela-se particularmente útil, demonstrando como a linguagem do povo e da democracia pode coexistir com uma narrativa de tutela e como o sistema mediático, ao

colocar em circulação uma mesma fórmula, pode tanto questionar como reforçar essa narrativa.

É precisamente por isso que a análise destas formas de comunicação continua a ser relevante. Mais do que procurar encaixar Trump numa categoria fechada, importa observar como determinadas ideias, imagens e formas de exercer autoridade são articuladas e colocadas em circulação. Perceber essas diferenças e, sobretudo, perceber como são produzidas e comunicadas, permite compreender melhor as transformações da comunicação política contemporânia.

Fontes Primárias

Redes Sociais

CASA BRANCA – Anúncio da large scale strike e da captura de Nicolás Maduro e Cilia Flores. Instagram [@whitehouse]. 3 janeiro 2026. Disponível em: https://www.instagram.com/whitehouse/p/DTC5xMrEZap/

CASA BRANCA – Nicolás Maduro on board the USS Iwo Jima. Instagram [@whitehouse]. 3 janeiro 2026. Disponível em: https://www.instagram.com/whitehouse/p/DTDig6zj_LW/

CASA BRANCA – If you don't know, now you know. Instagram [@whitehouse]. 3 janeiro 2026. Disponível em: https://www.instagram.com/whitehouse/reel/DTEJ_FHkezQ/

CASA BRANCA – For the record, PRESIDENT TRUMP stands with the Venezuelan people and for democracy. Instagram [@whitehouse]. 5 janeiro 2026. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DTJDVWWkdAR/

CASA BRANCA – Democrats have switched their tune. Instagram [@whitehouse]. 6 janeiro 2026. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DTML9zIEhhR/

TRUMP, Donald J. – Acting President of Venezuela. Truth Social. 11 janeiro 2026. Disponível em: https://truthsocial.com/@realDonaldTrump/posts/115879509461234235

Declarações presidenciais

TRUMP, Donald J. – The President's News Conference in Palm Beach, Florida. Mar-a-Lago, 3 janeiro 2026. C-SPAN. Disponível em: https://www.c-span.org/clip/white-house-event/president-trump-says-we-are-going-to-run-the-country-after-airstrikes-on-venezuela-and-maduro-capture/5186602.

Versão oficial: Compilation of Presidential Documents, DCPD-202600003. Disponível em: https://www.govinfo.gov/app/details/DCPD-202600003

TRUMP, Donald J. – Entrevista. Fox & Friends Weekend. Fox News, 3 janeiro 2026. Disponível em: https://www.foxnews.com/politics/trump-reveals-venezuelas-maduro-captured-fortress-like-house-he-got-bum-rushed-so-fast.

TRUMP, Donald J. – Remarks to reporters aboard Air Force One. 4 janeiro 2026. C-SPAN. Disponível em: https://www.c-span.org/program/white-house-event/president-trump-speaks-with-reporters-aboard-air-force-one/671169.

TRUMP, Donald J. – The Inaugural Address. Washington, DC: The White House, 20 janeiro 2017. Disponível em: https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/the-inaugural-address/

BUSH, George W. – Remarks by the President on the Capture of Saddam Hussein. Washington, DC: The White House, 14 dezembro 2003. Disponível em: https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/12/20031214-3.html

OBAMA, Barack – Remarks by the President on Osama Bin Laden. Washington, DC: The White House, 2 maio 2011. Disponível em: https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2011/05/02/remarks-president-osama-bin-laden

Cobertura da CNN

CNN – Trump: We’re going to run Venezuela. 3 janeiro 2026. Disponível em: https://www.cnn.com/2026/01/03/politics/video/trump-venezuela-run-the-country-digvid-vrtc.

CNN – Nicolás Maduro captured in Venezuela [galeria]. 3 janeiro 2026. Disponível em: https://www.cnn.com/2026/01/03/world/gallery/nicolas-maduro-captured-venezuela.

CNN – General Caine describes Maduro capture timeline. 3 janeiro 2026. Disponível em: https://www.cnn.com/2026/01/03/world/video/general-caine-describes-maduro-capture-timeline.

CNN – Transcrição. 4 janeiro 2026. Disponível em: https://transcripts.cnn.com/show/cnr/date/2026-01-04/segment/19.

CNN – The Whole Story: Inside the Raid. 11 janeiro 2026. Referência de circulação: https://www.newscaststudio.com/2026/01/08/cnn-whole-story-maduro/.

Cobertura da Fox News

FOX NEWS – Breaking: captura de Maduro. 3 janeiro 2026. Disponível em: https://x.com/FoxNews/status/2007404727076790447.

FOX NEWS – Trump says Cuba is ready to fall after capture of Venezuela’s Maduro. 4 janeiro 2026. Disponível em: https://www.foxnews.com/world/trump-says-cuba-ready-fall-after-capture-venezuelas-maduro.

FOX NEWS – Venezuela orders nationwide manhunt for supporters after Maduro's arrest by US forces. 5 janeiro 2026. Disponível em: https://www.foxnews.com/world/venezuela-orders-nationwide-manhunt-supporters-after-maduros-arrest-us-forces.

FOX NEWS – Venezuelan opposition leader celebrates January 3 as day justice defeated tyranny after Maduro capture. 5 janeiro 2026. Disponível em: https://www.foxnews.com/media/venezuelan-opposition-leader-celebrates-january-3-day-justice-defeated-tyranny-after-maduro-capture.

HEMMER, Bill – Morning Glory: The United States is now running Venezuela after Maduro ouster. Fox News, 8 janeiro 2026. Disponível em: https://www.foxnews.com/opinion/morning-glory-united-states-now-running-venezuela-after-maduro-ouster.

FOX NEWS – Trump declares himself Venezuela's acting president in online post after Maduro ouster. 12 janeiro 2026. Disponível em: https://www.foxnews.com/politics/trump-declares-himself-venezuelas-acting-president-online-post-after-maduro-ouster.

FOX NEWS – Inside the lightning US strike that overwhelmed Venezuela's defenses and seized Maduro. 12 janeiro 2026. Disponível em: https://www.foxnews.com/politics/inside-lightning-us-strike-overwhelmed-venezuelas-defenses-seized-maduro

Referências Bibliográficas

ARENDT, Hannah – The Origins of Totalitarianism. New York: Harcourt, Brace, 1951.

BARDIN, Laurence – Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2011. (ed. orig. 1977).

BARSTOW, David; CRAIG, Susanne; BUETTNER, Russ – Trump engaged in suspect tax schemes as he reaped riches from his father. The New York Times. 2 outubro 2018.

BEN-GHIAT, Ruth – Strongmen: Mussolini to the Present. New York: W. W. Norton, 2020.

BENKLER, Yochai; FARIS, Robert; ROBERTS, Hal – Network Propaganda: Manipulation, Disinformation, and Radicalization in American Politics. New York: Oxford University Press, 2018.

BRONZE, Ana Paula da Costa; RIBEIRO, Vasco – A matriz do comportamento do político populista: uma perspectiva da ascensão do bolsonarismo no Brasil. Mediapolis – Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público. N.º 12 (2020)

CANOVAN, Margaret – Populism. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1981.

CASERO-RIPOLLÉS, Andreu; RIBEIRO, Vasco – Blurring boundaries in political journalism? The digital authority of citizens in the public debate on Twitter. In NEGREIRA-REY, María-Cruz; VÁZQUEZ-HERRERO, Jorge; SIXTO-GARCÍA, José; LÓPEZ-GARCÍA, Xosé, ed. – Blurring Boundaries of Journalism in Digital Media: New Actors, Models and Practices. Cham: Springer, 2023.

CINELLI, Matteo [et al.] – The echo chamber effect on social media. Proceedings of the National Academy of Sciences. Vol. 118, n.º 9 (2021).

DURKHEIM, Émile – As formas elementares da vida religiosa. Lisboa: Relógio D'Água, 2008. (ed. orig. 1912).

ENTMAN, Robert M. – Framing: toward clarification of a fractured paradigm. Journal of Communication. Vol. 43, n.º 4 (1993).

FALASCA-ZAMPONI, Simonetta – Fascist Spectacle: The Aesthetics of Power in Mussolini's Italy. Berkeley: University of California Press, 1997.

FINCHELSTEIN, Federico – From Fascism to Populism in History. Oakland: University of California Press, 2017.

FINCHELSTEIN, Federico – The Wannabe Fascists: A Guide to Understanding the Greatest Threat to Democracy. Oakland: University of California Press, 2024.

FRASER, Nancy – From progressive neoliberalism to Trump — and beyond. American Affairs. Vol. 1, n.º 4 (2017).

FRASER, Nancy – The Old is Dying and the New Cannot Be Born. London: Verso, 2019.

GENTILE, Emilio – The Sacralization of Politics in Fascist Italy. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1996.

GENTILE, Emilio – Fascismo: storia e interpretazione. Roma: Laterza, 2004.

GOETHALS, George R. – Realignment, Region, and Race: Presidential Leadership and Social Identity. Bingley: Emerald, 2018.

GOFFMAN, Erving – A apresentação do eu na vida quotidiana. Lisboa: Relógio D'Água, 1993. (ed. orig. 1956).

GRIFFIN, Roger – The Nature of Fascism. London: Pinter, 1991.

HICKS, John D. – The Populist Revolt: A History of the Farmers' Alliance and the People's Party. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1931.

HOFSTADTER, Richard – The Paranoid Style in American Politics and Other Essays. New York: Knopf, 1965.

IMMELT, Jeffrey – Hot Seat: What I Learned Leading a Great American Company. New York: Avid Reader Press, 2021.

KAZIN, Michael – The Populist Persuasion: An American History. New York: Basic Books, 1995.

LACLAU, Ernesto – On Populist Reason. London: Verso, 2005.

LEVITSKY, Steven; LOXTON, James – Populism and competitive authoritarianism in the Andes. Democratization. Vol. 20, n.º 1 (2013).

LIGHT, Ivan – Trump's Charisma. Critical Sociology. Vol. 49, n.º 3 (2023).

LÓPEZ-LÓPEZ, Paulo; MILA MALDONADO, Andrea; RIBEIRO, Vasco – Desinformación y campañas electorales en las democracias iberoamericanas: ¿en qué punto estamos? In LEVOYER SALAS, Saudia; ESCANDÓN MONTENEGRO, Pablo, ed. – Desinformación, sociedad política: atisbos, reflexiones y recomendaciones apresuradas. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar / Editorial El Conejo, 2025.

MACHADO, Sara Monteiro; RIBEIRO, Vasco; MENESES, Raquel – Diz-me muito: a influência da Covid-19 e da subida do populismo de extrema-direita na participação eleitoral dos jovens. Media & Jornalismo. Vol. 22, n.º 40 (2022)

MANGEROTTI, Paulo; RIBEIRO, Vasco; GONZÁLEZ-ALDEA, Patricia – Populism, Twitter, and political communication. Brazilian Journalism Research. Vol. 17, n.º 3 (2021)

MARCHI, Riccardo – A Nova Direita Anti-Sistema: O Caso do Chega. Lisboa: Edições 70, 2020.

MILLAN, Matteo – Squadrismo e squadristi nella dittatura fascista. Roma: Viella, 2013.

MOFFITT, Benjamin – The Global Rise of Populism: Performance, Political Style, and Representation. Stanford: Stanford University Press, 2016.

MUDDE, Cas – The populist zeitgeist. Government and Opposition. Vol. 39, n.º 4 (2004).

MUDDE, Cas; ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal – Populism in Europe and the Americas: Threat or Corrective for Democracy? Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

MUDDE, Cas; ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal – Populism: A Very Short Introduction. Oxford: Oxford University Press, 2017.

MÜLLER, Jan-Werner – What is Populism? Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

O'CONNOR, Lydia – Trump Bankruptcy Math Doesn't Add Up. NBC News. 2 maio 2016.

OTT, Brian L.; DICKINSON, Greg – The Twitter Presidency: Donald J. Trump and the Politics of White Rage. New York: Routledge, 2019.

PAXTON, Robert O. – The Anatomy of Fascism. New York: Alfred A. Knopf, 2004.

PAXTON, Robert O. – I've Hesitated to Call Donald Trump a Fascist. Until Now. Newsweek. 11 janeiro 2021.

PAYNE, Stanley G. – A History of Fascism, 1914–1945. Madison: University of Wisconsin Press, 1995.

PEW RESEARCH CENTER – Political Polarization & Media Habits. Washington, DC: Pew Research Center, 2014.

RECUERO, Raquel; SOARES, Felipe Bonow; ZAGO, Gabriela – Polarization, hyperpartisanship, and echo chambers: how the disinformation about COVID-19 circulates on Twitter. Contracampo. Vol. 40, n.º 1 (2021).

REISIGL, Martin; WODAK, Ruth – Discourse and Discrimination: Rhetorics of Racism and Antisemitism. London: Routledge, 2001.

SCURATI, Antonio – M. Il figlio del secolo. Milano: Bompiani, 2018.

SIDES, John; TESLER, Michael; VAVRECK, Lynn – Identity Crisis: The 2016 Presidential Campaign and the Battle for the Meaning of America. Princeton: Princeton University Press, 2018.

SKOCPOL, Theda; WILLIAMSON, Vanessa – The Tea Party and the Remaking of Republican Conservatism. Oxford: Oxford University Press, 2012.

STANLEY, Jason – How Fascism Works: The Politics of Us and Them. New York: Random House, 2018.

STREET, John – What is Donald Trump? Forms of 'celebrity' in celebrity politics. Political Studies Review. Vol. 17, n.º 1 (2019).

TAJFEL, Henri; TURNER, John C. – An integrative theory of intergroup conflict. In AUSTIN, William G.; WORCHEL, Stephen, ed. – The Social Psychology of Intergroup Relations. Monterey: Brooks/Cole, 1979.

THE WASHINGTON POST – The newly operational Trump Presidential Library […] tweeted over 25,000 times during his first administration. 4 junho 2026.

TOURISH, Dennis – It is time to use the F word about Trump: fascism, populism and the rebirth of history. Leadership. Vol. 20, n.º 1 (2024).

TURCHIN, Peter – End Times: Elites, Counter-Elites, and the Path of Political Disintegration. New York: Penguin Press, 2023.

WEBER, Max – Economy and Society. Berkeley: University of California Press, 1978. (ed. orig. 1922).

WEYLAND, Kurt – Clarifying a contested concept: populism in the study of Latin American politics. Comparative Politics. Vol. 34, n.º 1 (2001).

WODAK, Ruth – The Politics of Fear: What Right-Wing Populist Discourses Mean. London: Sage, 2015.

ZÚQUETE, José Pedro; PIMENTA, David – Portugal's new kid in town: the populism of Chega. Revista Española de Ciencia Política. N.º 67 (2025).

Anexo 1 - Prompt IA

Prompt 1

Gera uma tabela em português europeu para uma dissertação de mestrado, com cinco linhas: Liderança; Construção do demos e do inimigo; Mobilização do pathos; Relação com as instituições; Conflito e força simbólica. Usa o texto da matriz de comportamento populista que te envio. Indica como fonte: Elaboração própria, a partir de Mudde e Rovira Kaltwasser (2017), Moffitt (2016), Laclau (2005), Finchelstein (2017) e Weyland (2001). Letra legível em A4.

Prompt 2

Gera uma tabela equivalente para a matriz de comportamento fascista, com as dimensões: Liderança; Construção do demos; Mobilização do pathos; Relação com as instituições; Legitimação da força. Fonte: Elaboração própria, a partir de Griffin (1991), Paxton (2004), Payne (1995), Gentile (1996, 2004) e Finchelstein (2017).

Prompt 3

Gera uma terceira tabela de síntese que cruze as cinco dimensões com dois tipos de fonte (Instagram / Truth Social; declarações e cobertura da CNN e da Fox News). Colunas: Populismo | Fascismo | Leitura | Intensidade (+ / ++). Título: Tabela 3 – Síntese comparativa das cinco dimensões no corpus (3–12 de janeiro de 2026). Fonte: Elaboração própria, com base na análise do corpus.

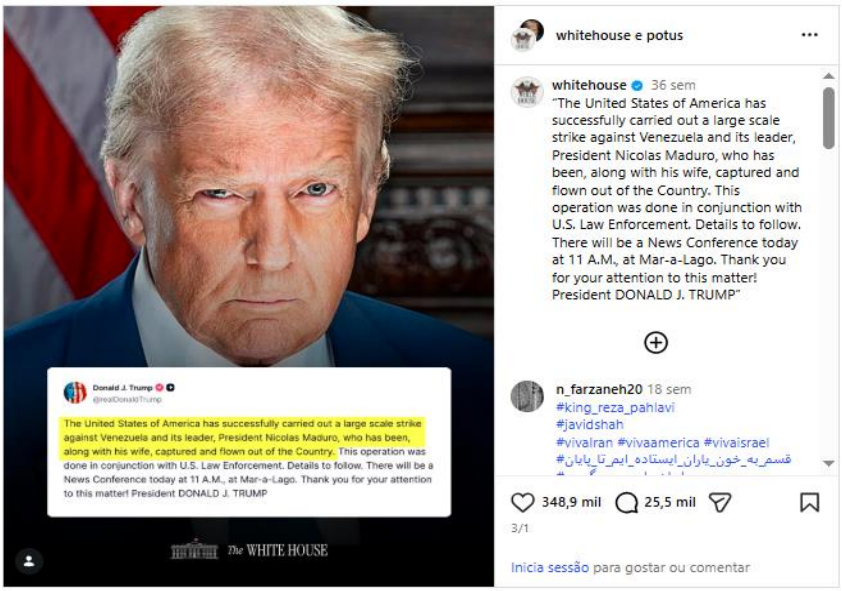
Prompt 4

Traduz o seguinte resumo para inglês académico britânico, mantém a lógica argumentativa, os nomes dos autores e as aspas em “democracy”. Não acrescentes informação que não esteja no original. No fim, traduz as palavras-chave: comunicação política; populismo; fascismo; Donald Trump; enquadramento mediático. (seguir o texto do Resumo em português)

A versão inglesa foi depois revista pela autora antes de ser incluída como Abstract.

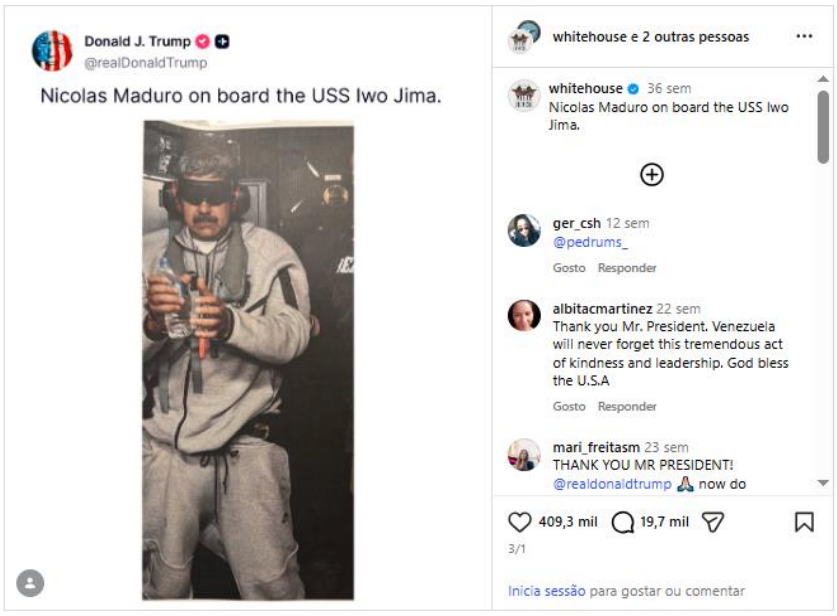
Anexo 2 - Imagens dos *Posts*

Figura 1 – Anúncio da *large scale strike* e da captura de Nicolás Maduro



Fonte: Casa Branca, Instagram [@whitehouse], 3 janeiro 2026.

Figura 2 – Nicolás Maduro a bordo do USS Iwo Jima



Fonte: Casa Branca, Instagram [@whitehouse], 3 janeiro 2026.

Figura 3 – Fotograma do *reel* «If you don't know, now you know»



Fonte: Casa Branca, Instagram [@whitehouse], 3 janeiro 2026.

Figura 4 – «PRESIDENT TRUMP stands with the Venezuelan people and for democracy»



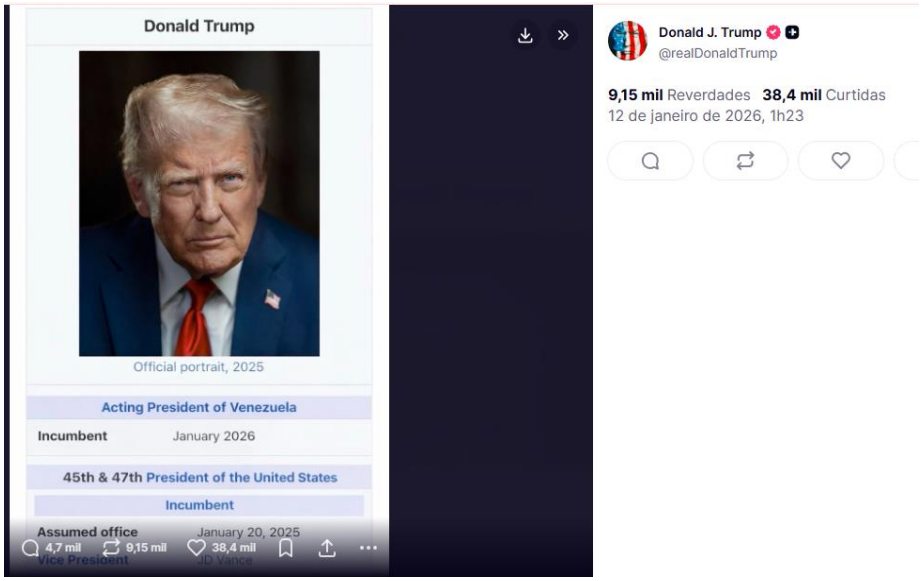
Fonte: Casa Branca, Instagram [@whitehouse], 5 janeiro 2026.

Figura 5 – «Democrats have switched their tune»



Fonte: Casa Branca, Instagram [@whitehouse], 6 janeiro 2026.

Figura 6 – Montagem «Acting President of Venezuela»



Fonte: Trump, Truth Social, 11 janeiro 2026. Reproduzido em Fox News, 12 janeiro 2026.